

Raquel Sizanoski

**O NOVO DENTRO DO VELHO: COOPERATIVAS DE
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MST**

(Possibilidades e limites na construção de outro coletivo social)

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Bernardete Wrublevski Aued

Florianópolis, setembro de 1998


Raquel Sizanowski

**O NOVO DENTRO DO VELHO: COOPERATIVAS DE
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MST
(Possibilidades e limites na construção de outro coletivo social)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, pela Comissão formada pelos professores:



Profª Drª Bernardete Wrublevski Aued - Orientadora

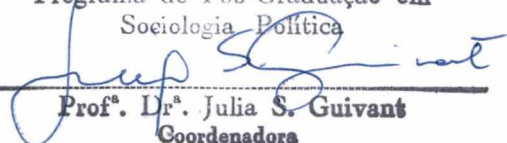


Profª Drª Angela Duarte Damasceno Ferreira



Profª Drª Maria Ignez Paulilo

Florianópolis, setembro de 1998
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política



Profª. Drª. Julia S. Guivant
Coordenadora

*Os funcionários não funcionam.
Os políticos falam mas não dizem.
Os votantes votam mas não escolhem.
Os meios de informação desinformam.
Os centros de ensino ensinam a ignorar.
Os juizes condenam as vítimas.
Os militares estão em guerra contra seus compatriotas.
Os policiais não combatem os crimes, porque estão
ocupados cometendo-os.
As bancarrotas são socializadas, os lucros são
privatizados.
O dinheiro é mais livre que as pessoas.
As pessoas estão a serviço das coisas.*

(O SISTEMA - Eduardo Galeano)

Este trabalho é oferecido aos trabalhadores da COOPROSERP e a todos aqueles que buscam a realização da utopia, mantendo acesa a chama da contestação.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho contou com a colaboração de várias pessoas, sem as quais não teria alcançado seus objetivos. Por isso quero agradecer:

- Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC;
- À minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Bernardete Wrublevski Aued, pelo incentivo e dedicação;
- Aos Profs. Drs. Fernando Pont de Souza e Luzinete Simões Minella pelas oportunas sugestões feitas ao início deste trabalho e pela pronta indicação e empréstimo de material bibliográfico;
- Aos Profs. Drs. da UFPR, Silvia Maria Pereira de Araújo e Dimas Floriani, pelo estímulo e pela pronta disposição na indicação de bibliografia e cessão de materiais;
- À Prof^ª. Adelaide Gonçalves, por sua presença, opiniões e dicas, mas, principalmente, por sua amizade e companheirismo;
- À Prof^ª. Zélia de Oliveira Passos e Dr. Edésio Passos, amigos que, com sua presteza, paciência e interesse, ofereceram sugestões e críticas importantes para o resultado deste trabalho;
- Aos meus colegas do mestrado, especialmente Maria José, Margarida, Marlene e Mauri pelo apoio nos momentos mais difíceis que se seguiram no fazer a dissertação, e pelos momentos de descontração;
- A Walter, meu companheiro, pela paciência, intercâmbio de opiniões e pelo auxílio prestado em vários planos durante a consecução deste trabalho;
- Aos meus pais e a meus irmãos, pelo apoio e incentivo;

- À Cooperativa Central dos Assentados em Reforma Agrária do Estado do Paraná, especialmente na pessoa de Izabel Maria Grein, pela cessão de materiais e informações essenciais à realização deste trabalho;

- Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Estado do Paraná;

- Finalmente, a todos os trabalhadores da COOPROSERP, por sua amabilidade, prontidão e paciência. Sua vontade em fazer da cooperativa uma experiência dos e para os trabalhadores, é um exemplo de que a transformação social é possível.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - O MOVIMENTO, A ORGANIZAÇÃO, AS FORMAS DE COOPERAÇÃO, A COOPERATIVA DO MST	16
Caracterização da Região	17
A emergência social do MST ...x.....	21
O Movimento e suas bandeiras .x.....	26
A organização do MST e do Sistema Cooperativista dos Assentados.....	30
As formas de cooperação em assentamentos de reforma agrária .x.....	38
O Assentamento “Novo Paraíso,” em Boaventura de São Roque-Pr.....	43
Antecedentes	43
A origem da COOPROSERP : os “Laboratórios Experimentais”	43
A ocupação de “Novo Paraíso,” em Pitanga-Pr	45
O Assentamento: a Cooperativa (COOPROSERP) e a Associação (ASTROAGRI)	47
Caracterização atual da COOPROSERP	49
Limites da cooperação.....	57
CPAs X cooperativas capitalistas.....	58
CPAs: potencialidade contraditória.....	62
CAPÍTULO 2 - COOPERATIVAS E TRANSIÇÃO SOCIAL	64
Breves antecedentes históricos.....	65
As críticas ao cooperativismo	69
Um projeto conservador e uma ferramenta de luta da transição.....	73
Autogestão e Socialismo	75
As lutas operárias pela autonomia e autogestão.....	78

CAPÍTULO 3 - EM BUSCA DE OUTRO COLETIVO SOCIAL.....	86
Construindo outra subjetividade	91
1. Rompendo o individualismo: “aqui não tem nada que seja meu, é de todo mundo junto”.....	91
2. Noção de autogestão: “a experiência não está acabada”.....	103
3. Organização da Direção: “todos são responsáveis”	110
4. Organização do trabalho e da produção: “o que vai dar lucro é a produção”	112
5. O conteúdo do trabalho: “é o trabalho que gera riqueza”	113
6. Visão de socialismo: “socialismo é a cooperativa”.....	115
7. A Cooperativa: “no coletivo a gente tem mais força”.....	116
8. Consciência social: “se eu estivesse no meu cantinho individual eu não sabia nada”.....	119
9. Gênero: “aqui a mulher é igual ao homem”	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
BIBLIOGRAFIA.....	131

LISTA DE SIGLAS

- ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
- ASTROAGRI - Associação dos Trabalhadores Organizados na Agricultura
- CCA - Cooperativa central dos Assentados em Reforma Agrária
- COAGRI - Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná Ltda.
- CONCRAB - Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- COOPROSERP - Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga
- CPA - Cooperativa de Produção Agropecuária
- CPS - Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- FIPE - Formação Integrada à Produção
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- OCB - Organização das Cooperativas do Brasil
- PROCERA - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
- SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados
- UDR - União Democrática Ruralista

RESUMO

As Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) implantadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em assentamentos de reforma agrária, constituem-se numa experiência singular, pois ao mesmo tempo em que buscam viabilização econômica, tentam, internamente, fundar e manter uma organização da vida pautada em princípios “socialistas,” com uma ampla coletivização em todos os seus planos.

Como uma organização autogestionada no interior do capitalismo, esta potencialidade contraditória das CPAs aponta possibilidades e limites na construção de um outro coletivo social. Como possibilidade, a construção de uma outra subjetividade, que rejeita relações sociais produzidas numa sociedade de classes e produz outras, fundadas na vida coletiva; como limite, o próprio sistema econômico, que as obriga a “aderir” às regras de mercado e fazer parte de um sistema que estes trabalhadores rejeitam. Nesta construção, a presença do MST é essencial, pois ele torna-se o elemento que vincula as CPAs a uma generalidade, que é a do movimento dos trabalhadores em busca de sua autonomia e autogestão.

Analisando a COOPROSERP - Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga-Pr - verifica-se que esta construção apresenta descompassos, entre o velho que quer se perpetuar e o novo que quer nascer, mas não pode fazê-lo inteiramente. Entre estes trabalhadores, produzem-se tensões e divergências de pensamento, que são acompanhadas pela busca de uma nova forma de viver. E esta, pauta-se pela construção de uma outra subjetividade, onde a sobrevivência econômica é uma, entre tantas questões prementes.

ABSTRACT

The Cooperatives of Agriculture and Cattle Raising Production (CPA) inseminated by the Group of Landless Rural Workers (MST) in the settlement for agrarian reform, compose a single experience because, at the same time that they try to get economic viability try, intimately, to create and to maintain an organization of their lives measured by the socialist principles, with a great socialization over all their plans.

As a self administrade orgnization in the center of the capitalism, the conflicting potentiality of these coopratives indicates possibilities and limits in the construction of another social collective. As possibility, the construction of another subjetivity, which repudiate social relations produced in a social stratum society producing other ones measured by the collective life; as limit, that very economic system, the impose them to “adhere” to the market rules and to be part of a economic system that these workers condemn. In this construction, the presence of the Group of the Landless Rural Workers (MST) is essential, cause it becomes the element that link the cooperatives to a generality, that is the movement of the workers trying to find their own autonomy and selfgovernment.

Analysing the Cooperative of Production and Services from Pitanga-Pr (COOPROSERP), we can see that these construction shows different steps between the old system that wants to keep itsell on, and the new system that wants to grow up but can't do it at all. Each one and another, these workers can produce different ways and tension about thinking, trying to get another way of living. This way is measured in the construction of another subjetivity, where the economic surviving is just another one, in many others important things.

INTRODUÇÃO

A razão principal que nos levou a tomar as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) do MST como objeto de estudo, foi a busca pelo significado das experiências de autogestão no capitalismo, como formas concretas de contestação e alternativa ao sistema econômico dominante.

As CPAs emergem da ação de um movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e se consolidam a partir da necessidade de organizar coletivamente a produção. Por suas características de origem, de organização social e por seus objetivos econômicos, políticos e sociais, as CPAs podem ser caracterizadas como cooperativas autogestionadas, o que pressupõe uma organização coletivizada e uma administração descentralizada.

As CPAs são permeadas por relações de sintonia e de contradição. Elas contêm elementos de adaptação e resistência, pois, ao mesmo tempo em que se organizam de forma coletiva, estão inseridas na trama das relações capitalistas; ao mesmo tempo em que os trabalhadores das CPAs se adaptam à economia dominante, no sentido de aderir ao mercado, rejeitam estas mesmas regras e à sua lógica, tentando criar uma forma de organizar a vida que colide com a organização capitalista, mantendo, internamente, princípios coletivistas e “socialistas”.

Para a análise a que nos propomos, partimos de alguns pressupostos: primeiro, que as CPAs são organizações diferentes das cooperativas capitalistas, pois têm uma forma de organização interna coletiva, uma base social igualitária e objetivos econômicos e políticos

diferentes; segundo, por serem autogestionadas e estarem inseridas na relação capitalista, as CPAs têm uma potencialidade contraditória.

Como questão central, procuramos saber as possibilidades e limites das CPAs, enquanto organização autogestionada no interior do capitalismo, e que relações sociais têm gestado. Por que e como as CPAs têm conseguido manter-se, mesmo estando inseridas no capitalismo? Para projetar estas possibilidades e limites, três elementos, interrelacionados, devem ser analisados: sua vinculação ao MST; seu caráter de instrumento de luta; uma outra subjetividade em gestação, que conduza a novas relações sociais.

As CPAs são contextualizadas no movimento que a concebe, o MST. Por isso, é relevante entender como o movimento se gesta e gesta estas cooperativas. A partir da emergência e consolidação do Movimento, as formas coletivas de produção passam a ser estudadas por ele, que considera as CPAs como uma “forma superior” de organização na terra. Dentro desta perspectiva e das experiências acumuladas em vários assentamentos, é formado o SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados - que elabora propostas alternativas ao cooperativismo tradicional, com ênfase à idéia de autogestão.

Com a finalidade de compreender o significado desta proposta do MST, inserimos a discussão sobre cooperativismo e autogestão, de modo a explicitar duas vertentes de pensamento opostas - uma conservadora, a outra revolucionária - que se encontram contempladas nas CPAs, servindo, ainda, de fundamento para a diferença entre cooperativas autogestionadas e cooperativas capitalistas, relacionando com a especificidade da emergência das CPAs.

Para a apreensão destas questões, analisamos a experiência dos trabalhadores da COOPROSERP (Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga-Pr), que está localizada no Assentamento Novo Paraíso, no município de Boaventura de São Roque (Pr) e constitui-se

na primeira Cooperativa de Produção Agropecuária a ser registrada no país (agosto de 1989), tendo sido fundada ainda na situação de ocupação. Evidenciamos o descompasso existente na tentativa de construção do novo e a persistência de manutenção do velho; uma outra subjetividade se gesta.

Algumas hipóteses nortearam a pesquisa. Tendo em vista seu potencial contraditório e o aspecto formativo dos assentados, as CPAs reproduzem algumas relações sociais capitalistas, mas também gestam outras, fundadas na organização coletiva da vida; além disso, enquanto organizações autogestionadas, as CPAs têm conseguido manter-se: ao mesmo tempo em que buscam formas de adaptação e confrontação com a ordem social, instituem um cotidiano de ajuda mútua, de organização coletivizada; A manutenção e persistência de um “princípio socialista,” que norteia a organização da vida da cooperativa em seus vários aspectos, decorre de dois fatores: primeiro, a experiência da militância no MST, que faz com que estes trabalhadores, mesmo depois de assentados, não percam de vista o projeto político maior; segundo, há um investimento, por parte do movimento, em formação e capacitação destes trabalhadores, privilegiando uma organização coletiva da vida.

Para apreender o cotidiano da cooperativa e a percepção dos assentados em relação à ela, realizamos nove entrevistas com atuais integrantes da COOPROSERP e duas com ex-integrantes, além da análise de documentos produzidos pelo MST. As entrevistas foram realizadas no próprio assentamento, nos meses de agosto e outubro de 1997 e janeiro de 1998, e foram baseadas num roteiro comum de perguntas, com o uso de gravador, com um tempo médio de duração de 60 minutos cada uma. A pedido dos entrevistados, não citamos seus nomes, utilizando-nos de números para identificar as entrevistas.

A importância do presente estudo justifica-se pelo fato das CPAs serem cooperativas autogestionadas. A contradição que apresentam ao se relacionar com o mundo exterior de uma forma e, internamente, de outra forma, refutando, inclusive, a dinâmica deste mundo exterior, faz delas uma experiência ímpar. Sua peculiaridade reside ainda, no fato de emergirem da ação de um movimento social, o MST, que, tem sido um dos poucos movimentos sociais que tem conseguido mobilizar suas bases com um discurso, uma organização e por vezes uma ação claramente contrária à ordem estabelecida, explicitamente de classe. As CPAs emergem de um contexto de crise com uma proposta de transformação.

CAPÍTULO 1

**O MOVIMENTO, A ORGANIZAÇÃO, AS FORMAS DE
COOPERAÇÃO, A COOPERATIVA DO MST**

CAPÍTULO 1

O MOVIMENTO, A ORGANIZAÇÃO, AS FORMAS DE COOPERAÇÃO, A COOPERATIVA DO MST

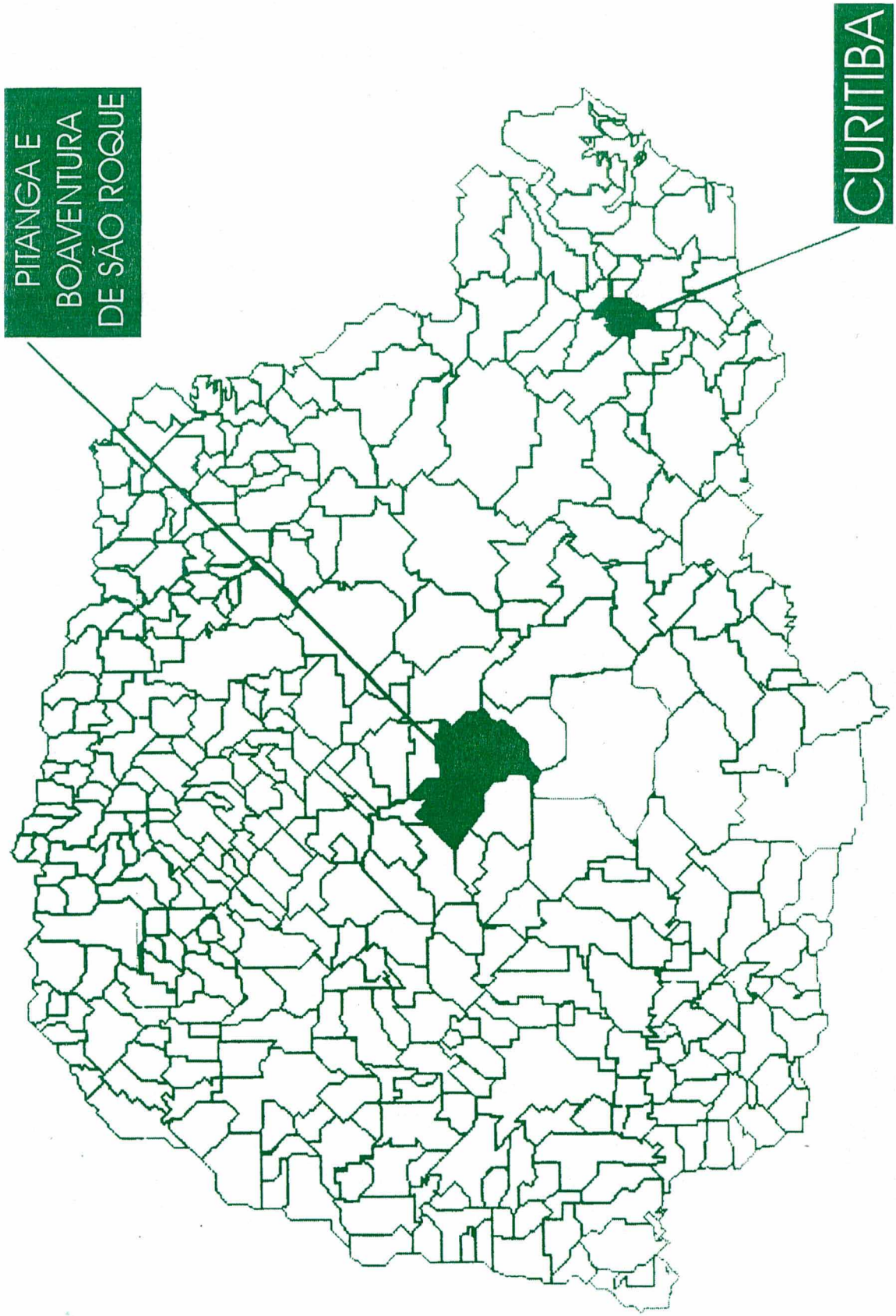
CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

A COOPROSERP - Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga - é resultado de uma ocupação ocorrida em 1989 e está instalada no assentamento Novo Paraíso, no município de Boaventura de São Roque¹ (a 350 km de Curitiba), situado na região centro-oeste do Estado do Paraná (Mapa 1). Objeto de nossa análise, historicamente, a COOPROSERP é um marco no cooperativismo alternativo no Paraná, pois foi a primeira CPA a ser constituída no Estado. Sua feição está circunscrita ao MST e por este motivo, a cooperativa e o Movimento são considerados elementos indissociados.

Segundo Bittencourt & Bianchini (1997), esta região passou por um processo de êxodo rural mais intenso quando comparado às médias no Estado do Paraná e na Região Sul. Entre 1980-91 a população rural da Região Sul passou de pouco mais de 7,0 milhões para 5,72 milhões de habitantes. No Estado do Paraná, no mesmo período, passou de 3,15 milhões para 2,25 milhões. Em Pitanga, neste mesmo período, a população rural reduziu 37%, passando de 75,0 mil para 47,4 mil habitantes. Em 1991, a população rural era de 25,9% na Região Sul, de 26,9% no Estado do Paraná e de 75,3% em Pitanga-Pr. (Quadro 1).

¹ O município de Boaventura de São Roque foi emancipado do município de Pitanga nas últimas eleições municipais, em 1996, quando a população votou favorável ao plebiscito que dividia o município. Atualmente, Boaventura de São Roque conta com uma população de cerca de 8 mil habitantes e o município de Pitanga com cerca de 30 mil habitantes.

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO
NOVO PARAÍSO, EM BOAVENTURA DE SÃO ROQUE-PR



No final da década de 60, com a intensificação do uso do crédito rural e do processo de destoca e mecanização, origina-se o sistema soja-trigo, que se firmou na década de 70. A pecuária também beneficiou-se do crédito rural, modernizando-o e intensificando-o. Nesse processo, ocorre uma concentração de terras e o aparecimento de empresas agropecuárias. A busca de novas alternativas econômicas na região reiniciou o processo de cultivo da erva mate e a atividade leiteira foi reforçada, com ampliação de pastagens de inverno em rotação com o milho e a soja. Com a construção do entreposto da COAMO (Cooperativa Agrícola de Campo Mourão) entre os municípios de Pitanga e Turvo e a criação de associações de agricultores familiares, aumenta a importância do associativismo.

Na década de 80 a região passa por profundas alterações nas relações de produção e na população rural. Um grande número de agricultores migram para as cidades por falta de emprego, provocado pela retirada de subsídios e redução no crédito agrícola, pela ampliação do sistema soja-trigo e/ou pelo uso mais intensivo de máquinas e herbicidas. Os agricultores mais capitalizados do município e parte dos imigrantes que chegavam, principalmente do Rio Grande do Sul, com maior prática com o crédito e com recursos para novos investimentos, aproveitam os programas estaduais de incentivo à agricultura existentes nesta década, capitalizando-se ainda mais. As constantes aquisições de pequenas propriedades por estes agricultores ao longo dos anos 80 demonstra seu fortalecimento. Em relação aos minifúndios da região, nesta década houve aumento do número de estabelecimentos e diminuição da área média; para as médias e grandes propriedades, ocorreu um pequeno aumento do número de estabelecimentos e a manutenção da área média, com concentração de capitais e tecnologia.

QUADRO 1

POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL EM PITANGA, NO ESTADO DO PARANÁ

E NA REGIÃO SUL - 1970, 1980 e 1991

POPULAÇÃO	ANO	PITANGA	PARANÁ	REGIÃO SUL
URBANA	1970	5.776	2.504.378	7.303.427
	1980	9.442	4.472.561	11.877.739
	1991	17.106	6.197.953	16.403.032
RURAL	1970	58.238	4.425.490	9.193.066
	1980	75.060	3.156.831	7.153.423
	1991	47.408	2.250.760	5.726.345
TOTAL	1970	64.014	6.929.868	16.496.493
	1980	84.502	7.629.392	19.031.162
	1991	64.514	8.448.713	22.129.377

Fonte: IBGE - Censos Demográficos - Extraído de BITTENCOURT & BIANCHINI, 1997, p. 11

No início dos anos 90, inicia-se na região um programa de recuperação dos solos e de uso da adubação verde e orgânica. O plantio da erva mate tem um aumento significativo, e torna-se uma fonte de renda complementar para a maioria dos agricultores da região. Amplia-se ainda mais a bovinocultura leiteira com a instalação de um laticínio em Pitanga. Nesta década inicia-se também o processo de integração da suinocultura com as agroindústrias, além da introdução de novos cultivos, visando encontrar alternativas econômicas para os agricultores familiares, como o fumo, piscicultura e bicho da seda. Nas propriedades de maior porte há um predomínio da plantação de soja e/ou pecuária de corte, verificando-se uma intensificação no uso de técnicas de conservação dos solos e do uso do calcário, acarretando uma melhoria na fertilidade dos solos, além do uso de técnicas de plantio direto e de manejo integrado de pragas.

Com o fim da política de subsídios no crédito agrícola, os excluídos iniciam um processo de organização e luta pela terra. Com a falência de muitas empresas agropastoris e da sub-utilização de terras em grandes latifúndios, os agricultores sem-terra iniciam um processo de ocupação destas áreas em vários pontos do Estado e da região.

A EMERGÊNCIA SOCIAL DO MST

O processo de formação de cooperativas de produção agropecuária em assentamentos de reforma agrária, nasceu com a emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. A trajetória deste movimento coloca em evidência personagens sociais que ganham projeção e interlocução, passando a ser retratados em novelas televisivas, a ocuparem espaço na imprensa escrita, falada e televisionada, tornando-se um movimento social de destaque no Brasil dos anos 80 e 90.

Segundo Bonim (et alli, 1987), o entendimento acerca do surgimento de movimentos sociais rurais no período de 1978-85, no Estado do Paraná, bem como deste “novo” personagem social, só pode se dar a partir da compreensão das transformações que ocorrem na agricultura brasileira após o golpe militar de 1964, com o projeto oficial de reforma agrária, sintetizado no Estatuto da Terra.

O Estatuto tinha por objetivo estimular transformações que promovessem a “modernização” da agricultura e, entre outras medidas, estimulou a instalação de multinacionais da área de máquinas e insumos agrícolas e implantou uma política de crédito farto, a juros reais negativos, para a grande propriedade². Como resultado, a concentração da terra e da renda se acentua, levando os trabalhadores rurais ao êxodo ou submetendo-os à superexploração; surge expressiva camada de unidades agrícolas de porte médio, mas com emprego intensivo de capitais e máquinas, insumos e tecnologia. Nessa perspectiva, se reforçou o monopólio da terra pela grande propriedade, transformou a estrutura produtiva, o padrão tecnológico e as relações de trabalho.

Esta política para o campo tinha forte orientação exportadora, com acesso diferenciado ao crédito aos diversos tipos de produtores. Foi implantada prioritariamente no sul do país, com a expansão das monoculturas de soja e trigo. Seu resultado é a formação de um grande contingente de trabalhadores volantes, que substituem os trabalhadores permanentes, arrendatários e parceiros. Segundo Bonim, este processo provoca uma proletarianização intensa da população rural, o avanço das culturas dinâmicas e das pastagens sobre as áreas de culturas alimentares tradicionais e o surgimento de grandes e médias empresas rurais.

² Em 1965 é lançado o Sistema Nacional de Crédito Rural, que faz do Banco do Brasil o maior banco agrícola do mundo.

Nesse contexto, no início da década de 70, os movimentos sociais rurais se reorganizam. Destaca-se nesse processo a atuação da Igreja Católica, que serve de alavanca da mobilização social, especialmente com a criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em 1975. Sua intervenção foi decisiva para reunir o descontentamento dos trabalhadores rurais e para iniciar um processo de retomada dos sindicatos como instrumentos de reivindicação e de luta pela terra.

O surgimento do personagem social “sem-terra” no cenário político nacional, deriva do conjunto de alguns elementos, explicados por Torrens (1994): primeiro, a experiência acumulada dos trabalhadores rurais na resistência às tentativas de expulsão por parte dos donos da terra. Nesses conflitos, os trabalhadores formulam reivindicações específicas, favorecendo a formação das primeiras organizações elaboradas pelos sem-terra. No Estado do Paraná, a resistência dos trabalhadores rurais à política do Estado para a construção de usinas hidrelétricas resultou num acúmulo de experiência de luta que foi significativa para o encaminhamento de ações em posteriores conflitos pela terra. Em segundo lugar, Torrens aponta os efeitos do processo de acumulação de capital na agricultura. A expansão das áreas de monocultura, a crescente mecanização agrícola e especulação do mercado de terras, expulsa milhares de trabalhadores do campo. Esta ação provocou uma aceleração da diferenciação social no meio rural, marginalizando pequenos produtores rurais do processo de produção, e uma concentração fundiária. Terceiro, a presença de agentes mediadores (segmentos da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, a CPT, a Pastoral da Juventude, a Pastoral Popular Luterana e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, conquistados pelo trabalho feito por esses setores da igreja) foi decisiva, criando condições para a manifestação dos sem-terra como personagens sociais e do MST como uma organização de lutas. (Torrens, 1994: 147-48).

O MST emerge, portanto, da ação de enfrentamento e resistência à política agrária instaurada durante o regime militar, onde assinala-se um aspecto econômico, resultado da política de modernização da agricultura. Os novos personagens sociais, que se reúnem e formam o MST, expressam aquilo que, historicamente, Hobsbawn chama de “a morte do campesinato.”³ Com o processo de industrialização, o espaço rural é gradativamente reconfigurado, ocorrendo a desintegração de uma forma de vida e sobrevivência. Segundo Aued (1998) a partir do final da Segunda Guerra Mundial em diante, consolida-se uma “revolução mundial” no setor agrário:

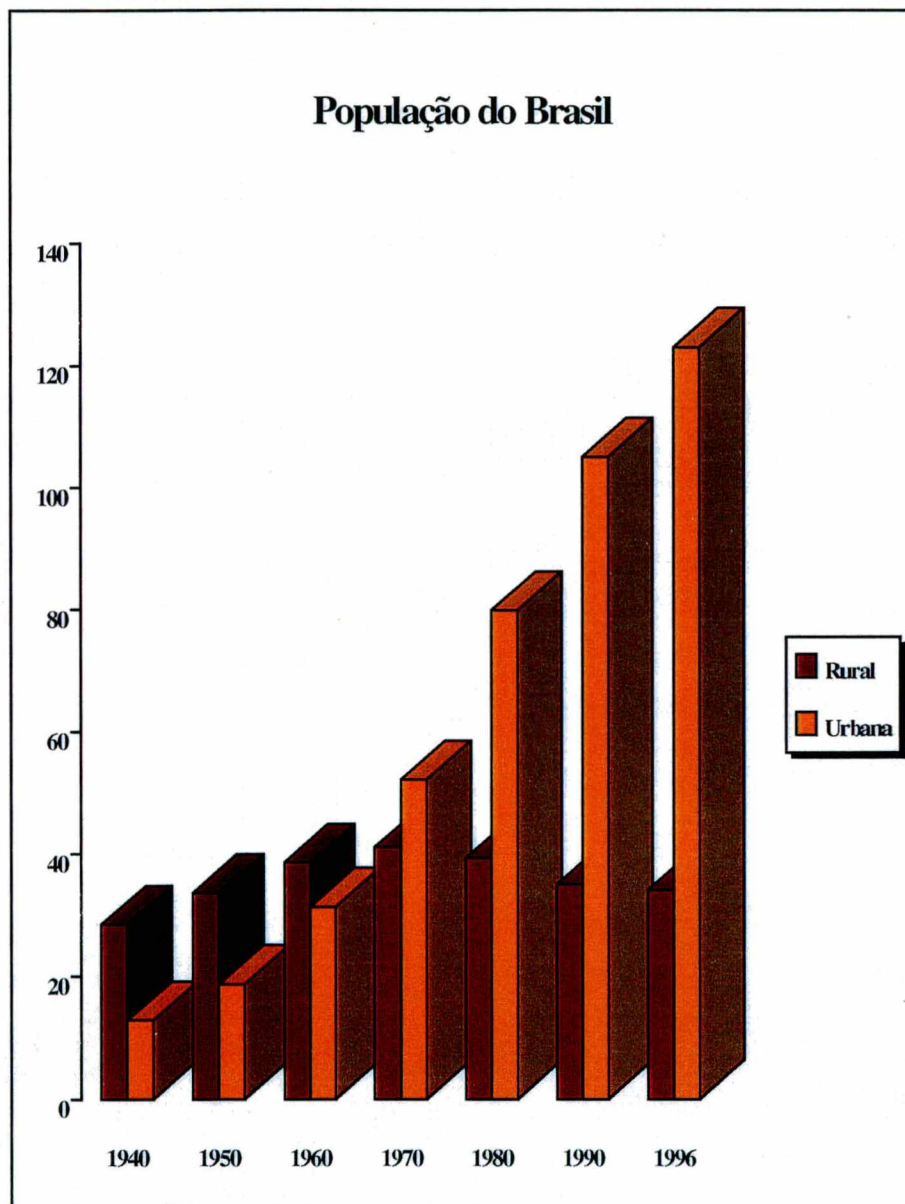
Para 80% da humanidade a Idade Média acabou, de repente, em meados da década de cinquenta, embora ela tenha sido sentida somente nos anos sessenta. Em muitos aspectos, aqueles que viveram de fato essas transformações não captaram toda a sua extensão, pois as experimentaram paulatinamente. As mudanças na vida dos indivíduos, por mais dramáticas que sejam, não são concebidas como revoluções permanentes. Os camponeses não pretendiam mudar seu estilo de vida para sempre, mesmo que acabassem por fazê-lo. Em geral, não são eles próprios que reconhecem as mudanças, mas sim aqueles que revisitam, periodicamente, o cenário de tais transformações. Estas pessoas, subitamente arrancadas de uma condição secular, viram-se diante da cidade e enfrentam uma realidade que o seu passado não as preparou. Ao revisitarem o espaço transformado exclamam: “como tudo está diferente”! (Aued, 1998: 57).

Devido a uma reconfiguração do espaço rural e urbano, o trabalhador do campo é expulso do seu meio, o qual se altera paulatina e constantemente (Quadro 2).

³ Segundo Hobsbawn, na América Latina, a porcentagem de camponeses foi, em vinte anos, reduzida à metade na Colômbia, México e Brasil; se reduziu em dois terços na República Dominicana, Venezuela e Jamaica. Nesses países, com exceção da Venezuela, até a Segunda Guerra Mundial, a população camponesa formava mais da metade ou a maioria da população total. Nos anos 70, em toda a América Latina, a população camponesa era minoritária (HOBSBAWN, 1996: 285).

QUADRO 2

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA NO BRASIL



Fonte: GLOBO Rural Economia (dez, 1989: 15) e IBGE, 1998

Elaboração: Pesquisa Profissões Emergentes em Santa Catarina/ 1998

O MOVIMENTO E SUAS BANDEIRAS

Dois marcos históricos caracterizam o surgimento do MST enquanto organização nacional: primeiro, o 1º Congresso Nacional do Movimento Sem Terra, em Curitiba-Pr, em 1985; segundo, sua postura frente ao projeto de reforma agrária da “Nova República”. O primeiro é considerado um marco interno. A primeira fase do Movimento, de 1978-85 caracteriza-se pela articulação de lutas localizadas pela terra em vários estados. Em janeiro de 1984 é realizado o 1º Encontro Nacional do MST, na cidade de Cascavel-Pr, onde definem-se os princípios, formas de organização, reivindicações e lutas do Movimento. Um ano depois, em 1985, as lideranças que atuavam no campo, em vários estados, se reúnem no 1º Congresso Nacional do Movimento Sem Terra. A partir da sistematização das experiências de várias ocupações e do conhecimento de lutas históricas, o MST é formalizado. (Stédile, 1990).

Assinala-se também, neste marco, a perda relativa de influência da Igreja sobre o Movimento: até o 1º Congresso, a bandeira do Movimento é expressa na frase “terra para quem nela trabalha,” defendida pela CPT. A partir de então, a bandeira passa a ser “ocupação é a única solução,” como reflexo da tática aprovada pelo Congresso: a ocupação de terra é a principal forma de luta para fazer a reforma agrária no Brasil. Entre 1978-85, quando os primeiros sem-terras são organizados, a presença da Igreja ainda é muito forte, refletindo na ação adotada pelo Movimento, que não se caracteriza pelo confronto direto, mas pela interlocução com os governos estaduais. Com a definição da nova bandeira, é fixada, também, uma nova prática. As ações privilegiam o enfrentamento e não mais apenas a conversação. (Stédile, 1990; MST, 1993-a; Navarro, 1996).

Um segundo marco, dá-se em fins do ano de 1985 e princípios de 1986, quando surgem organizações de trabalhadores que exigem do governo da “Nova República” um projeto de reforma agrária. O MST adota uma postura diferenciada de outras entidades em relação ao novo governo e ao Plano Nacional de Reforma Agrária⁴. Seu entendimento era que a reforma agrária só seria implementada se houvesse mobilização popular, diferentemente de outras entidades, como a CONTAG, que defendiam uma atitude colaboracionista com o novo governo. João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST conta que:

demos um monte de sugestões dentro do plano. Agora, nós continuamos acreditando que a reforma agrária só sairia do papel se fosse fruto da nossa mobilização popular, do movimento de massas. E continuamos articulando as bases (...) Sarney baixou um decreto em 10 de outubro [de 1985] que inviabilizou o plano. Aí o Zé Gomes [então presidente do INCRA] se demitiu e a CONTAG ficou com o pincel na mão. Nesse mês de outubro, nós fizemos mais de trinta ocupações em todo o país, mobilizamos em torno de vinte mil famílias; fizemos grandes ocupações e todas elas vitoriosas. Foi um marco para a opinião pública, porque nós nos projetamos como movimento de massas. (Stédile, 1990: 7).

Com estes fatos, o movimento ganha visibilidade nacional e internacional, com uma crescente presença na imprensa. Paralelamente, surgem as forças contrárias organizadas, como a UDR, que passa a exercer repressão direta aos trabalhadores rurais sem-terra. A violência por parte dos donos da terra se intensifica. Os acontecimentos em Corumbiara⁵,

⁴ O PNRA foi decretado em outubro de 1985, após ser modificado doze vezes. Inicialmente previa a desapropriação de 43 milhões de hectares de latifúndios improdutivos, o assentamento de 1,4 milhão de famílias em 1985-1989, amparo creditício, técnico e educacional. O artigo 2º, no entanto, concentra no Presidente a decisão sobre planos estaduais e afirma que o governo evitará a desapropriação, mesmo dos latifúndios improdutivos. (Encarte, Revista Isto é; maio, 1998: 251).

⁵ Em 15 de julho de 1995, cerca de 500 famílias ocupam a Fazenda Santa Elina de 16 mil hectares, formada nos anos 70, em vista da promessa de executar um “projeto de desenvolvimento agropecuário” que jamais foi implementado, com a propriedade permanecendo largamente improdutiva. Na madrugada do dia 9 de agosto, aproximadamente 300 policiais investem contra o acampamento que havia sido formado no interior da fazenda. O resultado foi a morte de 10

em Rondônia e em Eldorado do Carajás⁶, no Pará, expressam essa radicalidade, e impulsionam as pressões sociais em defesa e luta pela reforma agrária. (Navarro, 1996).

Impõe-se, para o Movimento, a exigência em dar respostas rápidas para a resolução de problemas ligados à questão da organização da produção. Esta definição política, expressa na bandeira “ocupar, resistir e produzir,” reflete as frentes de ação do Movimento: lutar pela terra e nela sobreviver. Entre 1986-1993 o número de assentamentos conquistados pelo MST torna-se expressivo, inserindo a preocupação de torná-los “áreas modelo,” surgindo, então, a proposta de cooperativas coletivizadas. (Quadro 3).

trabalhadores rurais e de 2 policiais, cerca de 20 sem-terras desaparecidos e em torno de 350 feridos. Um ano depois, o resultante Inquérito Policial Militar indiciou apenas três dos 32 policiais militares envolvidos no incidente, mas nenhum dos oficiais responsáveis pela operação (Navarro, 1996).

⁶ No dia 10 de abril de 1996, 1.500 famílias de sem-terra iniciam caminhada de 800 km até Belém, como protesto contra o não cumprimento de acordo feito com o Governo do Estado do Pará, que deveria interceder junto ao INCRA no sentido de desapropriar a Fazenda Macaxeira (localizada entre os municípios de Eldorado do Carajás e Curionópolis), assentar as 3.500 famílias ali acampadas e enviar remédios para o acampamento. Seis dias depois, os trabalhadores decidiram bloquear o trânsito da rodovia PA-150, na altura do Km 95, próximo da cidade de Eldorado do Carajás, como forma de pressionar o governo para que atendesse às suas reivindicações: exigiam comida e transporte para poder chegar até a capital - Belém - e negociar com o governo e o INCRA. Com a ordem de desobstruir o trânsito no dia 17 de abril de 1996, a polícia investe contra as 1.500 famílias de sem-terras. No conflito, 19 sem-terras foram assassinados e dezenas ficaram feridos (Revista Sem Terra, nº 2: 14-15).

QUADRO 3
NÚMERO DE ASSENTAMENTOS E PROJETOS DE
COLONIZAÇÃO FEITOS PELO INCRA - 1986-1994

ANO	NORTE	CENTRO OESTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	BRASIL
1986	08	11	25	09	17	70
1987	34	39	92	18	40	233
1988	41	08	27	10	25	111
1989	25	09	38	06	22	100
1990	07	01	11	01	-	20
1991	16	11	32	08	11	78
1992	46	07	48	08	20	129
1993	15	01	13	02	06	37
1994	10	02	10	-	04	79
TOTAL	202	89	296	62	145	847

Fonte: INCRA

A ORGANIZAÇÃO DO MST E DO SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS

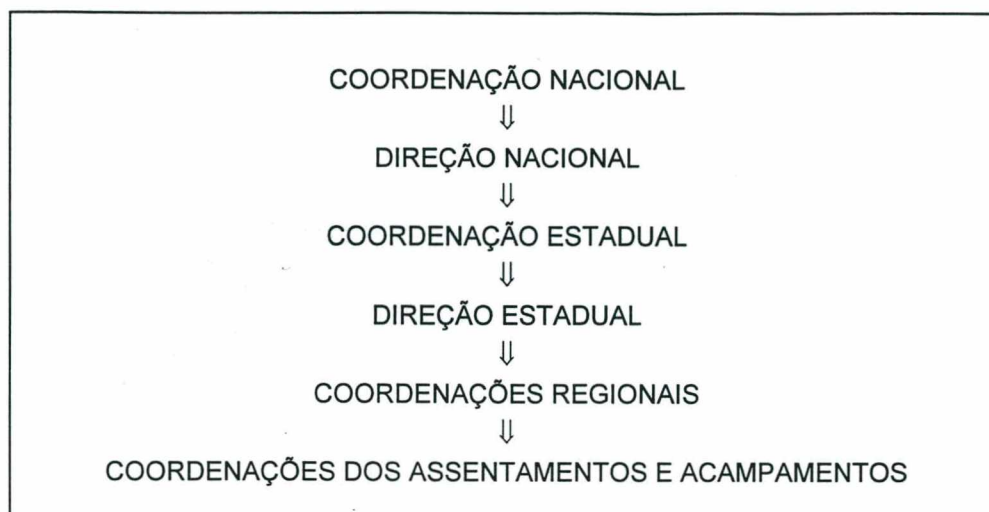
O MST possui uma organização com características peculiares: organização de base, assembleias deliberativas, formação de quadros fundamentam sua ação, no princípio que nega o espontaneísmo e tem na ação organizada a sustentação para a formulação de reivindicações diante de seu interlocutor principal, o Governo Federal.

A concepção de organização adotada pelo MST pauta-se no planejamento das ações. A ação espontânea, sem organização, sem projeto e sem direção, fragiliza o Movimento diante de seu interlocutor. Esta idéia de que “organização é tudo” é enfatizada no depoimento de um integrante do Assentamento Araguaí, em Santa Maria do Oeste-Pr. Quando lhe perguntado sobre as declarações de João Pedro Stédile, a respeito de os trabalhadores desempregados das cidades⁷:

Se o povo ficar parado, de braços cruzados, vai morrer de fome. A tendência do pequeno é terminar. Então, tem que ser organizado. Não adianta eu ir sozinha lá em Pitanga assaltar um mercado, tem que ser organizado. Dentro da organização, tudo vale, individual, não. (Entrevistado nº 8, Assentamento Araguaí, Santa Maria do Oeste-Pr).

O MST possui a seguinte estrutura organizacional:

⁷ Em maio de 1997, João Pedro Stédile declarou que os desempregados urbanos deveriam ocupar supermercados e escolas, o que lhe rendeu um processo movido pelo Ministério da Justiça. Em entrevista ao jornal Gazeta do Povo, de Curitiba, Stédile declarou que “não foi no sentido do incitamento que eu falei, foi justamente ao contrário. Defendi a mobilização dos pobres das cidades procurando aglutinar a nossa simbologia de organização e de luta. A nossa mensagem é que eles se organizem, mas em movimentos separados em torno de seus problemas específicos. Se não têm moradia, acampem em terrenos vazios, se não têm emprego, ocupem fábricas desativadas, se estão com fome, manifestem-se em frente aos supermercados” (Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 1º/06/97, pág. 37).



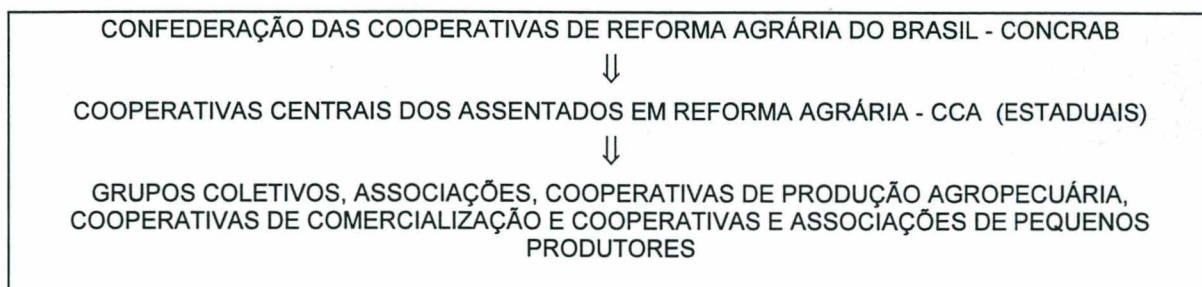
Fonte: Fernandes, 1996: 81

A Coordenação Nacional é composta por cerca de noventa pessoas: dois membros eleitos nos encontros estaduais, dois dos setores nacionais, vinte e um membros da Direção Nacional, que são eleitos no Encontro Nacional e um representante de cada Cooperativa Central Estadual.

A Coordenação Estadual é eleita no Encontro Estadual, sendo formada por cerca de quinze membros, advindos da Direção Estadual, da Cooperativa Central do Estado e dos setores estaduais. A Coordenação Regional é formada por representantes das coordenações de assentamentos e acampamentos e são eleitos nos Encontros Regionais. A Coordenação de Assentamentos e Acampamentos reúne membros dos vários setores (produção, educação, finanças, etc). (Fernandes, 1996: 82).

Esta forma de organização do Movimento é igualmente adotada pelo Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), setor do MST responsável pela questão da produção nos assentamentos e que, portanto, está subordinado aos princípios, estratégias e linha

política do Movimento. A estrutura orgânica do SCA pode ser representada da seguinte forma:



Fonte: MST, 1993-b

A CONCRAB é uma organização cooperativa de 3º grau, tendo sido constituída em 1992. Reúne as Cooperativas Centrais dos Assentados em Reforma Agrária (CCAs) e tem por objetivo organizar e coordenar políticas gerais e de planejamento de médio e longo prazo, tendo em vista o desenvolvimento das CCAs e dos assentamentos; cursos técnicos; realizar estudos estratégicos para projetos de maior escala; estudar mercados e analisar as possibilidades de formação de agroindústrias.

As Cooperativas Centrais dos Assentados em Reforma Agrária (CCAs) são formadas quando existem, no mínimo, três Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) ou Cooperativas de Comercialização e Serviços (CPSs) em cada Estado. Suas responsabilidades se circunscrevem ao âmbito da coordenação da produção, venda e transporte de produtos agrícolas a nível estadual; do desenvolvimento de projetos agroindustriais; da busca de linhas de crédito. (MST, 1993-b: 43-44).

A constituição do SCA enquanto um setor voltado exclusivamente às questões relativas à produção é fruto do acúmulo de várias experiências e discussões realizadas nos assentamentos, e da necessidade de viabilizá-los economicamente. Esse processo pode ser

sintetizado em quatro períodos, que se confundem com a própria história do Movimento: no primeiro período, de 1979-1984, a conquista da terra é o eixo central do MST, que busca a resolução do problema da terra de uma perspectiva individual. A questão da produção não é ainda discussão relevante e a idéia que predomina é a de que após a conquista da terra o assentado deveria encontrar, individualmente, soluções para problemas ligados à produção.

Num segundo período, de 1984-1989, a produção passa a ser uma preocupação estratégica, visto que problemas como desnutrição, miséria e fome predominam nos assentamentos. Em 1985 começam as primeiras experiências de pequenos grupos coletivos e de pequenas e grandes associações; em 1986 acontece o I Encontro Nacional dos Assentados, com o objetivo específico de discutir os problemas dos assentados e da produção, onde delibera-se que “os assentados são o MST, são a sua base, e não um movimento à parte.” (CONCRAB, 1997: 30). Esta deliberação insere a produção nos assentamentos como parte da luta pela terra, não como algo isolado. São organizados os “Laboratórios Organizacionais,” surgindo, a partir de 1989, as primeiras CPAs. A motivação para organizar a cooperação, nesse período, é dupla: econômica, como forma de sobrevivência, e política, como forma de liberar quadros para sustentar as ações políticas do MST.

Num terceiro período, de 1989-1993, ocorrem as primeiras discussões para a criação de um Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Em 1990 a CPA passa a ser defendida como uma forma superior de organização coletiva da terra, do trabalho e do capital. Formulam-se nesse momento as linhas políticas para a organização dos assentamentos e da produção: “era impossível avançar organizando a produção apenas a nível de subsistência. Isto não mexia com o capitalismo; ao contrário, ele nos excluía”. (CONCRAB, 1997: 31). Com a Constituição de 1988, as cooperativas, que estavam sob o

controle do INCRA e da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), adquirem autonomia. Com isto, a discussão sobre cooperativismo passa a ser adotada no Movimento. Em 1990, num seminário sobre experiências de cooperação agrícola, conclui-se que “não haveria desenvolvimento pleno nos assentamentos dentro do sistema capitalista,” levando, então, à construção do SCA. Em 1991-92 o SCA se consolida, constituindo-se como setor de produção do MST, tendo uma estrutura única, dirigida pelo Movimento e com o objetivo de motivar a cooperação nos assentamentos. Em maio de 1992 é constituída a CONCRAB, que propõe um cooperativismo alternativo, em oposição à OCB, uma vez que o MST não reconhece esta como representante das cooperativas e de outras unidades de produção dos assentamentos. (Quadro 4).

Num quarto período, de 1993-1996, começam a ser criadas as cooperativas regionais, que são cooperativas de comercialização e/ou prestação de serviços. Em 1994, em seminário sobre as perspectivas da cooperação no MST, alguns entendimentos passam a ser orientadores do SCA:

- a) o que massifica a cooperação nos assentamentos são as formas não produtivas (prestação de serviços); b) As CPAs continuam sendo a forma superior de organização e estratégicas para o MST e portanto devem ser constituídas em condições muito bem definidas. Apesar disso elas não massificam a cooperação; c) O que determina a possibilidade não é mais o tamanho do lote (terra) e sim a localização, modelo tecnológico, volume de capital e mercado. Enfim, o que orienta e organiza a cooperação é o capital e não a terra; d) A introdução de agroindústria nos assentamentos é estratégico para o desenvolvimento dos assentamentos e de todo o interior do país (...); e) Não haverá desenvolvimento autônomo nos assentamentos sem a presença do Estado, e neste caso, de um Estado controlado e dirigido pela classe trabalhadora (...); f) Está descartada a possibilidade da ‘acumulação primitiva’ de capital nos assentamentos, determinando aos assentados a necessidade de disputar através da luta política a mais valia social. (CONCRAB, 1997: 33-34).

As experiências acumuladas em relação à cooperação agrícola apontam que a constituição de CPAs deve se dar somente sob condições bem definidas, tomando como pressuposto a existência de um conjunto de fatores essenciais à sua viabilidade econômica (localização, tipo de terreno, modelo tecnológico, entre outros). Com esta orientação, os dirigentes sugerem maior facilidade de difusão e implantação das CPSs, uma vez que elas não exigem uma coletivização mais intensa. Nestas, somente a venda é coletiva, podendo fazer parte dela produtores individuais ou coletivos (cooperativas de produção).

QUADRO 4

COOPERATIVISMO TRADICIONAL E

COOPERATIVISMO ALTERNATIVO PROPOSTO PELO MST

	COOPERATIVISMO TRADICIONAL	COOPERATIVISMO ALTERNATIVO
CARÁTER DE SOCIEDADE	Empresa econômica	Político (visa a transformação da empresa econômica - buscar melhorar as condições de vida dos associados)
FINALIDADE	Comércio (circulação de mercadorias)	Produção (organização da produção, da roça até a industrialização)
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	Produção familiar individual ou empresa familiar	Produção familiar cooperativada (visa incentivar e desenvolver a cooperação)
BASE DA COOPERATIVA	Trabalha com os interessados (só associados)	Trabalha com todos os associados (e não associados)
VALORIZAÇÃO DO ASSOCIADO	Vale se der retorno econômico, por isso procura selecionar os associados. É excludente	Visa ser massiva. Trabalha para não perder os associados. Por isso busca formas de os incluir
CLASSE DOS ASSOCIADOS	Pluriclassista (grandes e pequenos na mesma cooperativa) Na prática beneficia os mais grandes	Uniclassista (só pequenos). Algumas colocam estatutariamente limite de área de terra para se associar
DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS	Normalmente não distribui. É reinvestido na cooperativa. Algumas chegam a não corrigir o capital dos sócios para aumentar o capital da cooperativa	Deve ser distribuído para o associado em dinheiro (retorno direto) ou em serviços por eles decidido (retorno indireto)
DIREÇÃO	Legal (presidencial)	Coletiva com responsabilidade pessoal. A direção legal fica em segundo plano
PODER DOS ASSOCIADOS PARA DEFENDER SEUS INTERESSES	Através da escolha da direção	Através dos núcleos (discutem antes)

	COOPERATIVISMO TRADICIONAL	COOPERATIVISMO ALTERNATIVO
ORGANIZAÇÃO COOPERATIVISTA	Filiação à OCB e às OCEs	Construir um espaço alternativo
MÉTODO	Apresentar propostas prontas ou induzir para que os associados assumam os planos da direção	Dar condições para os associados descobrirem, perceberem
NÚCLEOS	Instrumento da direção. Procuram cooptar o líder para ele passar os interesses da direção. Funciona de cima para baixo.	Ferramenta para construir a organicidade. Funciona de baixo para cima
ACESSO À INFORMAÇÃO	Baixo	Alto
PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS	Baixa	Alta
PLANEJAMENTO	De cima para baixo	De baixo para cima
FORMAÇÃO	Técnica	Política, ideológica e técnica
ASSOCIADO	Um por família (empresa), isto é, o chefe (normalmente o homem)	A mulher, o homem (casal) e os filhos maiores que trabalham em casa
DESENVOLVIMENTO	Conforme a cabeça dos dirigentes	Conforme um projeto de desenvolvimento regional
PARTICIPAÇÃO NA LUTA	Econômica	Política (solidariedade) e econômica
PROJETOS OU PLANOS	Através de "pacotes". Já vem prontos e são apresentados para serem aprovados.	Os associados participam da elaboração
ROTAÇÃO DE DIRIGENTES	Baixa	Deve investir na formação de novos dirigentes
PREOCUPAÇÃO COM A VIABILIDADE	Da cooperativa (cada vez mais se tornam uma empresa de capital)	Do conjunto dos associados

Fonte: CONCRAB, 1997, p. 57-58

AS FORMAS DE COOPERAÇÃO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

A Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) é uma forma de cooperação agrícola que emerge a partir do desafio de viabilizar a produção nos assentamentos, sendo que as primeiras experiências datam de 1989. Atualmente, existem no Brasil:

- 24 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs)
- 18 Cooperativas de Comercialização e Serviços (CPSs)
- 2 Cooperativas de Crédito
- 8 Cooperativas Centrais Estaduais (CCAs)
- Cerca de 400 associações

São 11 mil sócios organizados em cooperativas, sendo que o Setor de Cooperativas Agrícolas do MST organiza diretamente 30 mil famílias (Revista Sem Terra, 1997: 17).

No Estado do Paraná, especificamente, existem cinco Cooperativas de Produção Agropecuária (Paranacity, Querência do Norte, Nova Laranjeiras, Ortigueira e Boa Ventura de São Roque-Pitanga), cinco Cooperativas de Comercialização e Serviços (Cantagalo, Lindoeste, Querência do Norte, Castro e Londrina), com 3.181 sócios.⁸

Além das CPAs, o MST identifica outras cinco formas de cooperação agrícola nos assentamentos, tendo como base comparativa, a terra, o capital, o trabalho, a produção, a moradia e os aspectos legais: grupos de famílias, associações ou grupos de máquinas,

⁸ Fonte: Cooperativa Central dos Assentados de Reforma Agrária do Estado do Paraná.

grupos de produção semi-coletivos, grupos de produção coletivos, e cooperativas de comercialização (Quadro 5).

Nos grupos de famílias o núcleo de produção deve ter, no mínimo, sete famílias; a propriedade permanece individual; os meios de produção e o planejamento da produção estão sob controle individual; o trabalho é organizado a nível familiar; as moradias situam-se nos lotes individuais. O grupo de famílias atua como uma instância de base da cooperativa ou associação e não tem personalidade jurídica.

A associação de máquinas reúne os assentados para a aquisição de máquinas; a terra permanece como propriedade individual; o capital pode permanecer, em parte, com o indivíduo e, em parte, com a associação; o sistema de trabalho é familiar, embora a associação possa, eventualmente, adotar trabalho coletivo para algumas atividades; geralmente, o planejamento da produção se dá no lote individual e somente nas atividades coletivas o planejamento é feito pela associação; as moradias são construídas no lote da família; no aspecto jurídico, funciona apenas com um regimento interno e, em sua maioria, não têm registro legal.

Uma terceira forma de cooperação, são os grupos de produção semi-coletivos. Tiveram grande desenvolvimento no período de 1985-1988, mas atualmente estão restritos a alguns estados do nordeste. Segundo a direção do MST, na prática esta experiência demonstra que, ou estes grupos avançam para um nível maior de coletivização, ou acabam retrocedendo para uma individualização cada vez mais intensa do processo de produção. Neste sistema, a terra é destinada em parte para uso coletivo e, em parte, para uso do indivíduo, assim como os investimentos em meios de produção. O planejamento da produção é familiar, as moradias são organizadas em agrovilas e, em geral, estes grupos não têm registro legal, funcionam informalmente. Ainda para o MST, os grupos de produção

semi-coletivos constituem-se num tipo de cooperação das mais instáveis e de difícil funcionamento a médio prazo, pois há maior dificuldade em conciliar os interesses pessoais com os do coletivo.

Uma outra forma de cooperação são os grupos coletivos. Nestes, a terra e o capital são de controle do coletivo, sendo que o indivíduo permanece apenas com uma parte destinada aos produtos de subsistência da família; existe uma divisão social do trabalho e toda a força de trabalho está submetida ao planejamento coletivo; as moradias são constituídas em agrovilas. Estes grupos são organizados informalmente, sem registro legal.

Uma quinta forma identificada são as cooperativas de comercialização ou prestação de serviços (CPSs), nas quais o capital social é de controle da cooperativa. O capital acumulado é passível de rateio entre os associados e o patrimônio é considerado indivisível; a organização do trabalho, as moradias e o planejamento da produção ficam a cargo das unidades de produção, isto é, dos núcleos de produção, associações, grupos coletivos. As CPSs são formalmente legalizadas. (MST, 1996: 7-18).

QUADRO 5

FORMAS DE COOPERAÇÃO ADOTADAS PELO MST

FORMAS DE COOPERAÇÃO	TERRA	CAPITAL	TRABALHO	PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO	MORADIA	ASPECTOS LEGAIS
GRUPOS DE FAMÍLIAS	Lote individual. Funciona como uma instância de base da cooperativa ou associação	Propriedade individual	Organizado em nível familiar	Sob controle individual	Nos lotes individuais	Não tem registro legal. Em geral, fazem parte da estrutura orgânica de grandes associações e cooperativas
ASSOCIAÇÃO	Lote individual	Em parte com o indivíduo e, em parte, com a associação	Organizado em nível familiar	No lote individual. Somente nas atividades coletivas é feito pela associação	Nos lotes individuais	Funciona com um regimento interno e, em sua maioria, não têm registro legal
GRUPOS DE PRODUÇÃO SEMI-COLETIVOS	Destinada, em parte, para uso coletivo e, em parte, permanece para uso do indivíduo	Investimentos em meios de produção são feitos, em parte, de forma coletiva, e, em parte, individualmente	Existe um certo grau de divisão do trabalho. Parte da produção é organizada coletivamente	Em parte familiar (na área individual) e em parte coletiva (na área destinada à produção coletiva)	Organizadas em agrovilas	Não tem registro legal
GRUPOS COLETIVOS	De controle do coletivo. O lote individual destina-se aos produtos de subsistência da família	De controle do coletivo	Existe uma divisão social do trabalho. Os grupos são organizados por setores de produção	Feito pelo coletivo	Constituídas em agrovilas	São organizados informalmente
COOPERATIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS	Sob controle da cooperativa	O capital social é de controle da cooperativa	Não organiza o trabalho, tarefa que fica a cargo das unidades de produção	A cargo das unidades de produção	A cargo das unidades de produção	São formalmente legalizadas na Junta Comercial
COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	Sob controle da cooperativa	Sob controle e em nome da cooperativa. O capital social é dividido em quotas-parte	Através dos setores de produção e serviços, a divisão do trabalho é mais eficiente e há maior especialização	Centralizado no coletivo	Constituídas em agrovilas	São formalmente legalizadas na Junta Comercial

Fonte: MST, 1996, p. 7-18

Elaboração: Pesquisa "O novo dentro do velho - cooperativas de produção agropecuária do MST"

As primeiras formas de cooperação agrícola nos assentamentos caracterizaram-se pela improvisação e pelo espontaneísmo. Com o objetivo de facilitar a administração, o MST passou a sugerir a formação de grupos, que não congregassem mais que dez famílias. Assim, no período de 1979-1985 surgem os grupos semi-coletivos, coletivos e associações informais nos assentamentos. Mas, a partir de 1985, quando a questão da produção passa a ser um tema central para a estratégia do MST, este passa a recomendar a constituição de grupos coletivos, multiplicando-se a experiência das associações. A partir de 1989, o MST passa a priorizar os grandes grupos coletivos, como as CPAs.

Nas CPAs a terra é de controle do coletivo, sendo que, na maioria delas, o título de propriedade ou concessão do uso da terra permanece em nome do indivíduo, embora existam experiências em que o título está em nome da cooperativa; o planejamento da produção é feito de forma coletiva; o controle do capital e todos os investimentos de capital acumulado estão sob controle e em nome da cooperativa. O capital social é subdividido em quotas-parte, que vão sendo integralizadas na conta de cada associado. A parte do capital acumulado que, pela legislação, são considerados fundos indivisíveis, tornam-se patrimônio social; organiza-se internamente através dos setores de produção e serviços, a divisão do trabalho é mais eficiente e busca-se uma maior especialização da força de trabalho; as moradias são constituídas em agrovilas, sendo que o lote sob controle do indivíduo destina-se aos produtos de subsistência da família; são formalmente legalizadas na Junta Comercial.

O ASSENTAMENTO “NOVO PARAÍSO,” EM BOAVENTURA DE SÃO ROQUE-PR

ANTECEDENTES

No Estado do Paraná os movimentos organizados de trabalhadores rurais constituem-se a partir de 1977, através das desapropriações para construção de hidrelétricas. Destas lutas, especialmente a que se desenrola com as desapropriações para a construção da hidrelétrica de Itaipú, derivam movimentos organizados de trabalhadores rurais. Estes movimentos, num primeiro momento, lutam dentro da legalidade para alcançar seus objetivos. Fazem abaixo-assinados solicitando ao INCRA desapropriação de áreas para assentamento de famílias de agricultores cadastradas, manifestações e denúncias públicas. Quando esses recursos se esgotam, passam a organizar outras formas de pressão, como ocupação de terras improdutivas e acampamentos às margens de rodovias. Estes movimentos são precursores do MST no Paraná que, igualmente com outros estados brasileiros, conta com a decisiva presença da CPT em sua constituição e organização. Dessa luta, resultam 113 áreas de assentamento, com 5.459 famílias assentadas, representando 123.833 hectares conquistados no Estado do Paraná⁹.

A ORIGEM DA COOPROSERP : OS “LABORATÓRIOS EXPERIMENTAIS”

A idéia original de formar a COOPROSERP advém dos “laboratórios experimentais,” ou “laboratórios do campo,” organizados pelo MST:

⁹ Fonte: Entrevista com Maria Izabel Grein, diretora da Cooperativa Central dos Assentados de Reforma Agrária do Paraná, em 25.03.97.

(...) já tínhamos esta idéia antes, de formar um grupo coletivo, mas não tínhamos idéia de como fazer, o que fazer, de como trabalhar. (...) então foi o laboratório que orientou para formar empresa, como trabalhar, como distribuir a mão de obra, como trabalhar por setor, era meio nesse sentido. E aqui a gente discutiu basicamente o que o laboratório tinha dado direção lá. Só que o duro é que, na chegada aqui, era tudo um povo sofrido de quatro ou cinco anos de lona e que a situação econômica estava desgastada. (Entrevistado nº 7, COOPROSERP, 1997).

A proposta dos “laboratórios experimentais” é de autoria intelectual de Clodomir Santos de Moraes¹⁰, segundo o qual a experiência “é um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se busca introduzir em um grupo social a consciência organizativa para atuar em forma de empresa ou ação organizada.” (Moraes; MST, 1986: 40).

Para Navarro (1995) a proposta dos laboratórios foi bastante apropriada para o MST, pois além de assegurar a realização da tese de tornar os assentamentos locais de apoio à luta política do Movimento, também permitiu um encaminhamento concreto à decisão nacional de olhar com mais atenção a questão da produção. Navarro resume a proposta dos “laboratórios”:

O princípio subjacente a este suposto “processo educacional” conhecido como “laboratório experimental” é que os agentes sociais sujeitos do processo (...) são definidos como sendo capazes de se organizarem e controlarem uma estrutura produtiva que, administrada de forma autônoma e eficiente, poderá sobreviver nas condições do mercado capitalista - especialmente porque, no geral, pela soma das parcelas (de terra, trabalho e algum capital), assumirá as características de uma estrutura em grande escala, com as potencialidades próprias de uma firma de porte médio a grande. Para tanto, necessitam “capacitar-se” e desenvolver uma outra “vontade,” fruto de uma “nova consciência” que

¹⁰ Ex-militante do Partido Comunista e assessor das Ligas Camponesas, organização com a qual esteve estreitamente vinculado. Foi eleito deputado federal e cassado em 1964. No exílio, trabalhou como funcionário da OIT em diversos países, como Chile, México, Honduras, Costa Rica e Nicarágua, prestando assessoria em questões relativas à agricultura. No início da década de 80, com a abertura política, Moraes volta ao Brasil e aproxima-se do MST, ao qual propõe a teoria e metodologia dos “laboratórios” (Navarro, 1997).

elimine os “vícios” típicos dos comportamentos sociais destes sujeitos. (Navarro, 1995: 13).

O “laboratório” consiste na formação de “quadros organizadores de empresas,” através de cursos, com instrutores e material necessário, que são oferecidos ao longo de seu desenvolvimento. Nos cursos são montadas “empresas artificiais,” onde discute-se formas de administração, organização do trabalho e da produção e onde alguns “vícios” oriundos da forma artesanal de trabalho são “corrigidos”. São ofertados cursos desde datilografia, corte e costura até manejo de solo e teoria da organização, “a qual se constituirá no instrumento de aceleração do processo de organização, à medida em que se introduz no grupo a consciência organizativa.” (Morais, 1986: 41). Seu tempo de duração é de quinze a quarenta dias, dependendo de como o grupo absorve as informações. Como resultado final, a empresa deverá manter uma lógica capitalista, capaz de competir no mercado e, internamente, preservar uma lógica socialista, considerando que os recursos e a propriedade são coletivizados.

Segundo Navarro, a cooperativa é identificada pelo MST como a forma empresarial mais adequada para responder àquela dualidade de propósitos - o ganho capitalista no mercado e a socialização interna de recursos.

A OCUPAÇÃO DE “NOVO PARAÍSO,” EM PITANGA-PR

A área que hoje pertence à COOPROSERP, é uma propriedade com 976 hectares em terras devolutas do Estado, ocupada irregularmente por um fazendeiro. Com o objetivo de transformar a ocupação em um assentamento coletivo que se constituísse em um modelo para a região, o MST organiza dois grupos: um, com 15 famílias que estavam no

assentamento de Cavaco II, em Cantagalo-Pr e que eram excedentes naquele assentamento, mas já haviam iniciado um processo de lavoura coletiva; e outro grupo que era composto por 27 famílias que estavam acampadas na Fazenda Pinheiros, no município de Inácio Martins-Pr. Os grupos aceitaram o desafio de realizar a ocupação com o objetivo de coletivizar o assentamento; e assim o fizeram, em agosto de 1989, com 42 famílias, passando o assentamento a se denominar “Novo Paraíso”:

Nós já viemos de Cantagalo com essa proposta definida, de montar uma cooperativa; tinha também um pessoal de Inácio Martins, que veio com essa mesma proposta. Nós chegamos, entramos na conversa e fizemos a fundação [da cooperativa], em 24 de agosto de 1989. Só que teve todo um processo. Como estava em ocupação, a cooperativa não conseguiu existir enquanto empresa, jurídica, só tinha forma organizativa; nós trabalhávamos mesmo como acampamento. Então foi meio complicado, enquanto empresa, porque enquanto é ocupação não tem como desenvolver atividade coletiva comercial, como a cooperativa se propõe. Só a partir do assentamento que nós começamos a trabalhar... antes, nós trabalhávamos mais para a sobrevivência, não conseguíamos investir em nada, não tínhamos recurso. A preocupação maior era manter a sobrevivência do pessoal. (Entrevistado nº 3, COOPROSERP, 1997).

Fruto de histórias diferentes, os assentados acabaram por formar dois processos de coletivização no mesmo assentamento, com a diferença de que o primeiro grupo criou a COOPROSERP (Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga) e o segundo a ASTROAGRI (Associação dos Trabalhadores Organizados na Agricultura). Esta divisão é resultado de vários aspectos combinados: primeiro, a COOPROSERP foi a primeira cooperativa a ser formada num assentamento, não havendo o acúmulo de conhecimento de experiências anteriores. Os assentados aplicavam o conhecimento teórico adquirido no “laboratório experimental”. Em segundo lugar, como o assentamento só foi regularizado em 1992, a cooperativa não contava com linhas de crédito, o que dificultava o desenvolvimento das atividades. Em terceiro, certas atividades como planejamento, controle, avaliação,

constitui-se numa operação complexa para os assentados. A lógica e a tomada de decisões da empresa agrícola é muito diferente da lógica familiar a que estes trabalhadores estavam habituados.

A idéia deste assentamento nasce num momento em que o MST busca construir experiências concretas de assentamentos coletivos, que mostrassem as vantagens dessa forma de produção sobre a individual. Este assentamento é projetado, antes da ocupação, enquanto experiência coletiva, uma cooperativa de produção.

O ASSENTAMENTO: A COOPERATIVA (COOPROSERP) E A ASSOCIAÇÃO (ASTROAGRI)

Embora a ocupação tenha acontecido em agosto de 1989, a legalização somente ocorreu em 1992, após três anos de acampamento na área, vivendo sob condições precárias e com constantes ameaças de despejo, doenças e escassez de alimentos. Ainda em 1989, cinco famílias desistem da proposta de coletivização e abandonam o acampamento. Neste período a proposta de coletivização toma corpo com a realização de vários tipos de trabalho coletivo. É planejada uma agrovila, um refeitório coletivo e uma creche. A agrovila teria lotes individuais de 2 hectares cada um, reservados para o autoconsumo e criação de pequenos animais. O refeitório e a creche são criados com o objetivo de liberar a força de trabalho feminina para outras atividades do assentamento.

Em 1990, 18 famílias abandonam a proposta da COOPROSERP e se mudam para outro local, ainda dentro do mesmo assentamento e, em seguida, realizam a divisão de sua parte do assentamento em lotes individuais, organizando o trabalho a partir da unidade familiar. Com a saída destes sócios, a COOPROSERP fica apenas com 19 famílias.

Segundo Bittencourt & Bianchini (1997), em 1992 representantes do MST e do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), órgão do Estado responsável pelo assentamento, decidiram que só poderiam permanecer na área aqueles que continuassem a experiência coletiva. Após esta delimitação, das 18 famílias que haviam optado pelo trabalho individual, quatro voltam para a COOPROSERP e as outras constituem a ASTROAGRI, que possui uma forma de organização mais simples, com maior autonomia dos assentados em relação à produção para o autoconsumo e um volume de investimentos menor que a COOPROSERP. Assim, o que era para ser um único grupo transforma-se em dois paralelos, embora ambos passem a ter em comum o trabalho coletivo, só que com organizações diferentes. Por divergirem da coletivização, 16 famílias desistem do projeto. No final de 1992, 15 famílias permanecem na COOPROSERP e 11 se fixam na ASTROAGRI:

(...) a visão [dos assentados] era totalmente diferente, porque a cultura, desde que ele nasceu, é individualista, trabalhava com o pai, sempre o meu. E além disso não tínhamos nenhuma experiência de cooperativa para nos orientar. Saiu do laboratório. (...) Então, formar uma empresa, trabalhar junto, se não dá resultado econômico imediato... porque você tem um povo com uma cultura totalmente individualista, para trabalhar isto [do coletivo], todo o problema recai no fato de ser coletivo. Porque tem uns problemas que você vai ter que achar a solução. E nós ficamos baseados em cima do laboratório e não abrimos mão de nada. E foi um ano e a experiência estourou, porque nos dividimos, 18 famílias ficaram com a metade da área e 18 ficaram na cooperativa. Uma parte formou a Associação [ASTROAGRI]. (Entrevistado nº 7, COOPROSERP, 1997).

Em 1993, pelo mesmo motivo, mais nove famílias abandonam a COOPROSERP, mudando-se para o assentamento Nova Cantú, de onde vêm 10 famílias para a cooperativa. Aproveitando esta alteração, a direção resolve rearranjar a agrovila, terminando com os lotes individuais e incorporando os animais de cada família no coletivo, tentando alcançar a coletivização plena no assentamento. Em 1996, outras duas famílias saem, desistindo da

produção coletiva, mudando-se para o Assentamento Araguaí. E em 1997, duas famílias entram na COOPROSERP.

Desde sua origem, a COOPROSERP convive com muitos problemas: saída de famílias, dificuldade de adaptação ao trabalho coletivo, gerenciamento que a forma cooperativada exige, sua transitoriedade enquanto organização autogestionada; dificuldade de aliar a noção de coletivo a uma cultura individualista, dificuldades econômicas. Estas famílias que se retiraram da cooperativa abriram mão de suas propriedades, ou seja, a propriedade individual, de cada família, após sua saída, fica em poder da cooperativa. Estes dados nos colocam muitas questões, que expressam sua própria contradição: por que estas famílias, depois de muito sacrifício, das lutas no MST, dos períodos de acampamento, enfim, de toda uma trajetória característica dos “sem-terras,” decidem abandonar a cooperativa e deixar a terra que conquistaram? O abandono da cooperativa constitui-se no problema central desta pesquisa. Por que muitas famílias deixaram o assentamento? Estaria este sendo inviabilizado em razão da coletivização? À primeira vista, a cooperativa pareceu estar numa situação de descenso, mas faltavam elementos que comprovassem esta hipótese. Por esta razão, adentramos na trajetória singular do assentamento Novo Paraíso.

CARACTERIZAÇÃO ATUAL DA COOPROSERP

Atualmente há, na COOPROSERP:

- 16 famílias associadas, das quais 11 são casais (famílias constituídas) e 5 são solteiros (mas que são contados como famílias);
- 27 sócios, no total;
- 16 crianças de 0-6 anos;

- 10 crianças de 7-14 anos;
- 8 adolescentes de 14-18 anos;
- 29 adultos;
- 64 pessoas no total.

A creche, instalada na própria cooperativa, é dirigida por duas mães, que se revezam no atendimento integral às crianças de 0-6 anos. As crecheiras recebem um salário da Prefeitura Municipal de Boaventura de São Roque, o qual é dividido entre as duas. O objetivo principal da creche é liberar força de trabalho feminina. Todas as mulheres da cooperativa trabalham em casa e em algum setor produtivo. A cooperativa possui também um parque de diversões, construído em toras de madeira, por um grupo de estudantes americanos que estiveram lá em 1996.

Todas as crianças são saudáveis e bem alimentadas. A cooperativa não conta com posto de saúde; o mais próximo fica no município de Pitanga, a cerca de 30 km de distância. Em problemas de saúde considerados não graves, como diarreia, dor de cabeça e gripe, as plantas medicinais são largamente utilizadas.

As crianças de 7-14 anos freqüentam uma escola municipal instalada perto da cooperativa, que atende também às crianças da ASTROAGRI. Sua estrutura compreende uma sala de aula, que comporta cerca de vinte crianças, e uma cantina. A professora também é paga pela Prefeitura.

As moradias são organizadas em agrovila, onde cada família possui um lote individual de 12 x 30 m. Em alguns há hortas e pequenos animais, como galinhas e perus. A construção das casas assim como alguma melhoria ou reforma, é de responsabilidade do associado, a cooperativa não possui um programa para este fim. As casas são todas de

madeira, a maioria sem forro e, algumas, sem assoalho. Contam com energia elétrica e rede de esgoto, mas em apenas uma delas existe banheiro. A maioria das famílias têm televisão, rádio, geladeira e fogão a gás, embora o fogão a lenha seja mais utilizado; em apenas uma casa há antena parabólica e, em duas, chuveiro elétrico. Apesar de serem ainda rústicas, em geral as casas são limpas e bem arrumadas.

No aspecto organizativo, a COOPROSERP tem uma direção com presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros e conselho fiscal, para atender às exigências da Junta Comercial; mas para fins internos prevalece a Coordenação Geral, que se reúne semanalmente. Há também as coordenações por atividades de produção, que se submetem ao planejamento da coordenação geral, e que no caso da COOPROSERP são seis: lavoura e máquinas, gado (leite), suínos, malharia, erva-mate, peixe e pomar. As assembleias ordinárias são quinzenais.

A quota-parte de cada associado corresponde a 132 UFIR. Os associados recebem mensalmente o que chamam “adiantamento do leite,” isto é, um valor adquirido com a venda diária de leite, que no mês de dezembro/97 foi de cerca de R\$ 70,00 (setenta reais) por associado. Paralelamente, no final do ano de 1997 a cooperativa distribuiu R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) entre seus associados, conforme horas trabalhadas mais a produtividade de cada um. Se considerarmos uma divisão bruta, isto é, sem levar em conta as horas de trabalho e produtividade, cada associado obteve pouco mais de R\$ 1.400,00, o que equivale a cerca de R\$ 121,00 mensais, um salário mínimo.

A COOPROSERP possui, além das moradias, um barracão para guardar as máquinas, uma construção que serve para a Secretaria, uma construção onde funciona a malharia, uma estrebaria, um pequeno silo, uma casa onde funciona a creche, pequenas casas de proteção para a criação dos suínos, que ficam soltos num local cercado, e um local

próprio para armazenamento das embalagens de agrotóxicos (que são recolhidas por uma empresa especializada). Possui ainda uma casa de apicultura. A produção de mel é para consumo interno. Existem, também, oito tanques para criação de peixes, que ainda não estão produzindo em escala. Os associados pensam em transformá-los em pesque-pague. Outro projeto para o futuro é o pomar, que conta com mudas de pêsego, nectarina e ameixa, mas que ainda estão pequenas.

O patrimônio da cooperativa, adquirido principalmente com recursos do PROCERA, é significativo:

- 1 colhedeira, mais os implementos;
- 2 tratores (um de 84 HP e outro de 95 HP)
- 1 caminhão (ano 84, Mercedes Benz)
- 1 micro-computador (existem outros três estragados)
- 1 máquina de costura reta, 1 de overloque, 1 goloneira e 1 interloque
- 31 matrizes de suínos (mais 20 prestes a começar a produzir)
- 1 máquina forrageira (misturador de ração)
- 1 casa de apicultura
- 80 vacas leiteiras
- 1 ordenhadeira
- 8 tanques para criação de peixes (tilápia, bagre e carpa)
- outros equipamentos de difícil contabilização, como enxadas, facões, foices, machados, etc.

No ano de 1996, a produção da COOPROSERP foi a seguinte:

PRODUTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)*	TOTAL (R\$)
SOJA	6.000 sacas	13,00 - saca/60 kg**	78.000,00
MILHO	4.500 sacas	7,00 - saca/60 kg**	31.500,00
FEIJÃO	60 sacas ¹¹	60,00 - saca/60 kg ***	3.600,00
LEITE (Tipo B)	32.400 litros	0,26	8.424,00
SUÍNOS (LEITÕES)	9.400 kg	0,83***	7.802,00
TOTAL GERAL	-	-	129.326,00

* Cotação mínima de mercado em maio/98

** Cotação mínima em maio/98 na região de Campo Mourão-Pr

*** Cotação mínima em maio/98 na região de Guarapuava-Pr

Fonte: SIMA - Sistema Nacional de Informação de Mercado Agrícola

Elaboração: Pesquisa "O novo dentro do velho - cooperativas de produção agropecuária do MST"

A produção de grãos é comercializada com a COAGRI (Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná Ltda), uma cooperativa de comercialização ligada ao SCA, com a COAMO, uma grande cooperativa de comercialização da região, e com um cerealista de Boaventura de São Roque.

A produção de leite é vendida ao Laticínios Pitangueira, de Pitanga. Os suínos (leitões de 23 kg) são vendidos a um produtor da região. A malharia é dirigida por uma

¹¹ A baixa produção de feijão deveu-se às fortes chuvas no começo do ano.

maioria de mulheres e passou um período desativada, devido à requisição da força de trabalho das mulheres para outras atividades da cooperativa, como a colheita de grãos. Não conseguimos levantar seu movimento exato, pois ainda está numa fase de produção irregular. Em 1996/97 a malharia produziu cerca de 500 peças, entre roupas de adultos e infantil, que foram comercializadas na comunidade e para lojistas de Pitanga. Atualmente está retomando suas atividades, produzindo para consumo interno, principalmente para as crianças. A produção de peixe e pomar ainda é somente para subsistência.

A percepção sobre esta atividade produtiva diversificada é o traço mais forte da cooperativa. Fazendo algumas comparações externas, como, por exemplo, entre favelados urbanos e esses assentados, podemos afirmar que sua condição de sobrevivência é superior ao dos primeiros, pois se alimentam bem, têm casa, boa saúde, trabalho. Não possuem um padrão de vida ideal, mas estão muito distantes da miserabilidade das favelas.

Na COOPROSERP há uma grande diversificação de atividades e uma grande quantidade de máquinas que corresponde ao patrimônio. Nas entrevistas realizadas com os associados fica evidente que nem todos têm uma clara compreensão do projeto da cooperativa. Alguns afirmam que foram feitos muitos investimentos em meios de produção, enquanto que outros reconhecem que se não forem realizados não conseguem produzir: “*é preciso investir para daqui a alguns anos poder obter resultados,*” diz um assentado. (Quadro 6).

Segundo integrantes, a COOPROSERP possui dívidas, que deverão ser pagas dentro dos próximos dois anos. Por duas vezes seguidas, a cooperativa investiu em máquinas e adquiriu financiamento para o plantio de feijão. Mas as fortes e continuadas chuvas ocorridas à época, comprometeram a safra. Os prejuízos foram grandes, pois além de perder praticamente toda a safra, ficaram com dívidas do maquinário.

Percebemos que existe uma tensão entre o patrimônio individual e o coletivo, que é muito superior. Todos os entrevistados afirmaram que gostariam de melhorar sua condição de moradia. Um dos seus sonhos, por exemplo, é ter banheiro dentro de casa. Mas sabem que a prioridade de investimento é a cooperativa.

QUADRO 6
EQUIVALÊNCIA DE PRODUTOS

PRODUTO	EQUIVALÊNCIA EM DEZEMBRO/1997
6 mil sacas de soja equivalem a...	<ul style="list-style-type: none"> • 4 tratores de 61 HP ou... • 11.142 sacas de milho ou... • 6.593 toneladas de calcário
4.500 sacas de milho equivalem a...	<ul style="list-style-type: none"> • 1 trator de 61 HP ou... • 130,54 toneladas de uréia
60 sacas de feijão equivalem a...	<ul style="list-style-type: none"> • 98,36 toneladas de calcário
32.400 litros de leite equivalem a...	<ul style="list-style-type: none"> • 1.203 sacas de milho ou... • 43.200 kg de farelo de algodão ou... • 64,8 salários mínimos
9.400 kg de suíno equivalem a...	<ul style="list-style-type: none"> • 1.114 sacas de milho ou... • 60 salários mínimos

Fonte: Revista Globo Rural, Ano 13, nº 148, fevereiro/1998, p. 84-85

Elaboração: Pesquisa "O novo dentro do velho - cooperativas de produção agropecuária do MST"

LIMITES DA COOPERAÇÃO

A cooperação para o MST é uma forma de desenvolvimento econômico e social da comunidade, de enfrentamento à exploração do pequeno agricultor no modo de produção capitalista e uma forma de “assentar as condições para o desenvolvimento de formas superiores de produção socialista, que advirão no modo de produção socialista, quando a classe trabalhadora tiver sob seu controle o Estado e as leis do país.” (Gorgen & Stédile, 1991: 147).

Para o MST há três princípios gerais orientadores para a implantação de cooperativas nos assentamentos: 1) de implantação da cooperação; 2) organizativos; 3) de direção. O primeiro, relativo à implantação da cooperação, define o incentivo e organização de cooperativas nos assentamentos; o importante não é a forma, mas o ato de cooperar. Como princípios organizativos sugerem que todos os assentados devem se organizar em núcleos de base, independente da forma de cooperação, de forma a garantir a gestão democrática dos assentamentos e da cooperativa; a direção deve ser exercida coletivamente; os excedentes devem ser distribuídos aos associados de acordo com a participação de cada um nas atividades da cooperativa.

Como princípios de direção propõem que todas as decisões devem ser tomadas coletivamente, com divisão de tarefas, onde todos devem assumir a sua parte: “a decisão é coletiva, mas a responsabilidade é individual”. Profissionalismo e polivalência constituem outros princípios de direção. Todos devem ser militantes de organização e, ao mesmo tempo, um especialista nas tarefas que lhe são designadas, sem perder a noção do conjunto; também, disciplina, que significa respeito às decisões do coletivo; planejamento; vinculação

permanente com as massas; crítica e autocrítica; centralismo democrático. (CONCRAB, 1997: 49-56).

A defesa da cooperação agrícola é de ordem econômica, social e política. Do ponto de vista econômico, a cooperação propicia um aumento do capital constante, aumenta a produtividade, a divisão do trabalho e a especialização, racionaliza a produção de acordo com os recursos naturais, produz uma adequação tecnológica, possibilita melhores preços nos produtos e desenvolve a agroindústria. No aspecto social, a cooperação permite uma elevação de qualidade de vida aos trabalhadores, possibilitando, através de recursos advindos da agroindústria, a urbanização de moradias, a infra-estrutura básica, educação, transporte coletivo, saúde, lazer e igualdade de direitos entre homens e mulheres. No plano político, ressaltam que a cooperação amplia a resistência ao capitalismo, constrói a retaguarda do MST, forma militantes e dirigentes, desenvolve a consciência política dos assentados, propicia a articulação política e acumula forças para a transformação social. (CONCRAB, 1997: 22-28). No entanto, a direção do MST reconhece que a cooperação possui limites no capitalismo: “(...) a cooperação dentro do capitalismo deve ter um sentido estratégico, sem cair em desvios. Mas fazer com que os trabalhadores elevem seu nível de consciência a partir do desenvolvimento de experiências coletivas.” (CONCRAB, 1997:49).

CPAS X COOPERATIVAS CAPITALISTAS

Enquanto cooperativas autogestionadas, as CPAs se diferenciam das cooperativas capitalistas, uma vez que possuem objetivos econômicos e políticos diferentes e uma forma de organização interna peculiar. Segundo a CONCRAB/MST, existem pelo menos três pontos que diferem as CPAs das cooperativas capitalistas: primeiro, a composição da base

social das cooperativas, onde defendem a formação de núcleos como forma de democratizar as decisões; um segundo ponto é quanto à constituição de instâncias mais representativas e democráticas, que possibilite aos associados acompanhar o dia a dia da cooperativa, de forma democrática e transparente; e um terceiro ponto refere-se aos objetivos econômicos, políticos e sociais:

A nossa grande diferença é quanto aos nossos objetivos econômicos, políticos e sociais que temos para as cooperativas que são questões de princípios internos. Econômicos: defendemos que as cooperativas tem que ser uma organização que junte todos os esforços para possibilitar o desenvolvimento econômico e social de todos os associados. Para isto, as sobras têm de ser distribuídas de forma proporcional, de acordo com a participação de cada associado nas operações da cooperativa; Políticos: não compartilhamos da mesma corrente de pensamento que defende que as cooperativas vão resolver todos os problemas econômicos e sociais da classe trabalhadora. (...) Ela [a cooperativa] deve se constituir em mais uma ferramenta de luta e de resistência na terra. Temos que trabalhar a nossa base dizendo que o que vai mudar nossa situação, de fato, será quando os trabalhadores através da luta organizada conseguirem derrubar a burguesia do poder e constituir uma Nova Sociedade com outras relações de produção, novos valores; quando acabarem com a exploração e a supremacia do capital sobre o trabalho. Mas sem negar que a cooperativa cumpra um papel fundamental no processo de transformação da sociedade. Por isso somos diferentes. (CONCRAB/MST, 1996: 83).

Estas diferenças sugerem um perfil distinto para as CPAs e para as cooperativas capitalistas (Quadro 7):

- Nas CPAs tudo é decidido em assembléia, por todos os associados, diferente das cooperativas capitalistas, onde o poder e as decisões são centralizados num grupo gestor;

- Nas CPAs, as decisões econômicas são discutidas com todos os associados; nas cooperativas capitalistas as decisões sobre investimentos são tomadas por uma minoria;

- Para as CPAs, o objetivo é o desenvolvimento da produção e dos associados, de forma a garantir seu bem estar e de suas famílias; nas cooperativas capitalistas o principal objetivo é o desenvolvimento capitalista no campo. (MST, 1993-b: 34-35).

A percepção dos assentados sobre a CPA é que ela não é capitalista. O depoimento de um membro da COOPROSERP é ilustrativo:

Não é capitalista porque, se fosse, nós já teríamos avançado em termos econômicos (...) agora, a forma como nós temos que nos organizar para produzir aí nós temos que, em algumas coisas, ou na maioria delas, entrar na lógica do capitalismo, senão não consegue. Tipo assim, na lavoura nós temos que comprar os insumos, tem que entrar na lógica do mercado para fazer a compra; a venda de produtos também é o mesmo processo; em todas as linhas de produção nós temos que fazer isso, os negócios também, porque estamos numa sociedade capitalista (...) Mas, basicamente, a diferença [entre CPA e uma cooperativa capitalista] está na forma como é desenvolvido o trabalho. Os meios de produção são coletivos, então todas as máquinas, a terra, todos os meios de produção são do coletivo, são dos associados; e eles, da forma como se organizam, eles que gerenciam isso, que administram tudo. Então, nós não temos contratados para fazer o trabalho. Todos são assentados. (Entrevistado nº 3, COOPROSERP).

Até mesmo ex-integrantes da COOPROSERP, que hoje encontram-se em assentamentos não coletivizados, confirmam existir uma diferença entre as CPAs e as cooperativas capitalistas:

Eu acho que é diferente. Porque mesmo que lá tenha ido alguma coisa mal, você ainda pode dizer que lá existe o socialismo; e elas estão se diferenciando bastante das cooperativas capitalistas (...) Porque mesmo que tenha havido alguma coisa meio errada, lá tinha alguns princípios; lá um não explora o outro, (...) é tentado fazer com que todo mundo participe nas discussões... sempre é aberto espaço para que todo mundo dê sua opinião. (Entrevistado nº 9, Assentamento Araguaí, Santa Maria do Oeste-Pr).

Portanto, o que diferencia as CPAs das cooperativas capitalistas é sua forma autogestionada, sua constituição enquanto meio de luta. A CPA não se propõe a ter fim em si mesma.

**QUADRO 7 - COOPERATIVAS TRADICIONAIS E
COOPERATIVAS DOS ASSENTADOS**

CARACTERÍSTICAS	COOPERATIVA TRADICIONAL	COOPERATIVA DOS ASSENTADOS - CPAs
SÓCIOS	Empresários rurais, pequenos produtores, pequenos proprietários	Pequenos produtores assentados e suas famílias
CLASSE	Burgueses junto com trabalhadores	Somente trabalhadores
QUEM TRABALHA	Assalariados ou empregados permanentes e temporários (relação patrão/empregado)	Os próprios sócios, assalariados temporários, somente quando falta mão de obra
RAMO DE ATIVIDADES	Comércio e agroindústria	Produção agropecuária e agroindústria
PODER DE GESTÃO	A maioria que detém o maior capital controla a diretoria e toma as decisões	A maioria decide sobre tudo o que acontece na cooperativa
PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS	Assembléias anuais	Assembléias mensais, conselho diretor, conselho de representantes dos setores
DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS	O associado não tem como controlar. Acontece através da prestação de serviços aos associados e através dos fundos previstos em lei	A decisão é do coletivo. Geralmente, acontece em função da quantidade e qualidade do trabalho realizado e em função da liberação de militantes para o MST. Acontece através de serviços. Valores em dinheiro e espécie, e também através dos fundos previstos em lei
PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES	De cima para baixo (os burocratas e a diretoria fazem)	De baixo para cima. (cada setor faz seu plano de trabalho que deverá ser aprovado em assembléia)
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA X GERAÇÃO DE EMPREGOS	Por utilizar assalariados, ao adotar novas tecnologias tende a agir como empresa privada, dispensando alguns empregados	Por não poder despedir sócios e nem ter mão de obra ociosa, ao introduzir novas tecnologias busca diversificar a produção para manter o pleno emprego.
ACESSO ÀS INFORMAÇÕES	Quase nenhuma: editais, balanços complicados, jornais e propaganda	Total: editais, balanço, jornal interno, mural de trabalho, informe e balanço crítico geral da empresa.
RESULTADO SOCIAL	Mantém a tendência de concentração de renda e de propriedade, estimulando a expulsão de trabalhadores do campo	Possibilita o desenvolvimento rural baseado na melhoria de vida de toda a população do campo.

CPAS: POTENCIALIDADE CONTRADITÓRIA

As Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), dos assentamentos de reforma agrária, constituem-se numa experiência singular de autogestão. Elas emergem na ação de um movimento social na luta pela terra, e se consolidam a partir da necessidade de organizar coletivamente a produção. Mas estas cooperativas autogestionadas estão inseridas no contexto capitalista¹², evidenciando contradições pois ao mesmo tempo, há adequação¹³ e resistência ao sistema econômico dominante. A adequação advém da obrigação, em seu cotidiano, de atuar no mercado. A resistência se expressa na forma de organização coletiva: cooperativas autogestionadas, que possuem um conjunto de normas e princípios socialistas em pleno capitalismo (Kleba, 1992). Devido à sua ação política e prática, estes trabalhadores têm um projeto de sociedade que transcende ao cooperativismo, que se pauta na resistência à exclusão. Elas nascem e adquirem relevância dentro um movimento social de porte nacional - o MST. As CPAs apresentam-se como uma forma de resistência:

(...) as cooperativas devem colocar à disposição da luta a sua infra-estrutura, recursos e pessoal para a mobilização e luta política em vista da reforma agrária e da transformação da sociedade. E, ao mesmo tempo, não se descuidar dos aspectos produtivos, administrativos e gerenciais em vista de uma boa eficiência econômica. O desafio é buscar continuamente a superação, que necessariamente levará a uma nova contradição. (CONCRAB, 1997:12).

¹² Entendemos por capitalismo uma relação social na qual as ferramentas e matérias-primas com que é obtida a produção (capital) são de propriedade privada individual; sistema onde predomina a produção de valor e a apropriação de mais valia pelos proprietários dos meios de produção, a divisão social do trabalho e a acumulação de capital. (Marx, 1978).

¹³ O termo “adequação” ou “adaptação” não é utilizado aqui com a conotação de “aceitação,” mas sim, procura indicar uma obrigatória inserção no sistema social hegemônico, sem que isso signifique sua conformidade.

A cooperativa, como “ferramenta de luta,” é expressa na autogestão, na resistência e contraponto ao sistema social hegemônico, indicando a possibilidade de construção de outro social. A contraposição à ordem advém da organização da vida coletiva, e, por isso, a cooperativa é uma forma transitória. Por outro lado, as CPAs estão inseridas no sistema capitalista, que as obriga a atuar no mercado, objetivar o lucro, impregnando-a de contradição. Além disso a propriedade da terra é comum, é da cooperativa, mas ainda é propriedade privada e, portanto, é compatível com o capitalismo. O caráter autogestionado da COOPROSERP não advém do fato de a propriedade ser comum, mas da apropriação coletiva daquilo que é produzido coletivamente. Em outras formas de cooperação a propriedade da terra permanece individual, o que facilita para o assentado sair quando quiser. Na cooperativa, quando o assentado resolve, por qualquer motivo, sair, a propriedade fica com a cooperativa. Ele leva somente a parte que lhe é de direito, como explica um integrante da COOPROSERP:

Nós temos uma propriedade coletiva e um patrimônio, que é de todos os associados. No momento em que eu sair da cooperativa, eu vou levar só uma parte, porque o patrimônio que eu tenho é porque eu estou no coletivo; o capital que eu tenho, minha participação é menor que o todo; a soma das partes não é igual ao todo. Nosso patrimônio é maior do que cada um tem. E enquanto eu estou dentro, eu tenho essa participação, mas se eu sair, eu não tenho. (Entrevistado nº 3, COOPROSERP, 1997).

As possibilidades e limites das CPAs, enquanto cooperativas autogestionadas, advém do seu próprio potencial contraditório: a forma cooperativada facilita o sucesso econômico e a forma autogestionada assegura o enfrentamento à sociedade capitalista. Mas o aspecto econômico pode levar ao desmantelamento do projeto alternativo de sociedade, fazendo com que ela se torne uma empresa capitalista, onde a busca do lucro se coloca acima de qualquer outro objetivo.

CAPÍTULO 2
COOPERATIVAS E TRANSIÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO 2

COOPERATIVAS E TRANSIÇÃO SOCIAL

BREVES ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A relação cooperativismo-autogestão expressa uma contradição, própria das CPAs: adaptação e resistência ao sistema econômico no qual se insere. Se o movimento cooperativista busca reformar e “humanizar” o capitalismo, o movimento autogestionário visa a sua supressão¹⁴.

O cooperativismo, por muitas vezes, tem sido confundido com autogestão, no entanto, são duas formas distintas e partem de princípios diferentes. Nem toda cooperativa é autogestionada e nem toda forma autogestionada é cooperativada. Para elucidar este problema, insistimos numa diferenciação mais aprofundada entre CPAs e cooperativas capitalistas. Enquanto estas últimas possuem uma raiz conservadora, as CPAs possuem um projeto de transformação social.

Historicamente, a doutrina cooperativista surge como uma expressão das contradições sociais da Revolução Industrial, como uma forma de reação às conseqüências

¹⁴ Cooperação, cooperativismo e cooperativa são termos que derivam do verbo cooperar, que significa atuar conjuntamente com alguém. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de interação social e pode ser definida como “ação conjugada de indivíduos que procuram alcançar os mesmos objetivos” (Pinho, 1966: 44). Cooperativismo refere-se à doutrina, sistema e também a uma situação. E cooperativa significa o que coopera. Originalmente, a cooperação é tida como uma forma de trabalho em comum, de inspiração socialista, e as primeiras experiências bem sucedidas datam do final do século passado, destacando-se a cooperativa de consumo constituída pelos tecelões de Rochdale. Desta experiência, princípios como o controle democrático, interesse limitado sobre o capital, filiação voluntária, etc, permanecem atualmente como fundamentais da associação cooperativa.

da livre concorrência e como enfrentamento aos problemas sociais da classe operária, em meados do século passado. Esta tendência influencia os chamados “Pioneiros de Rochdale,”¹⁵ primeiro registro de experiência de organização nos moldes cooperativistas¹⁶.

A seguir, o cooperativismo é reforçado com as proposições dos “socialistas utópicos”¹⁷. Para os seguidores desta corrente de pensamento, a cooperativa constituía-se num caminho para o estabelecimento de uma nova ordem econômica e social. Esta visão, que teve como principal representante Robert Owen,¹⁸ entendia a cooperativa como embrião de uma nova sociedade. Mais tarde, esta tendência derivou através de dois representantes principais: Charles Gide e Ferdinand Lassale¹⁹. Charles Gide iniciou a sistematização da doutrina cooperativista a partir dos princípios rochdalianos, dando-lhe corpo definitivo.

¹⁵ Em novembro de 1843, na cidade de Rochdale, na Inglaterra, cerca de 30 tecelões reúnem-se em associação com o objetivo de encontrar meios para melhorar sua situação econômica. Dentre as soluções propostas, foi aprovada a idéia de constituir uma cooperativa. (Pinho, 1960).

¹⁶ Estes princípios são: princípio democrático (cada indivíduo, um voto), adesão voluntária (liberdade do indivíduo fazer ou não parte de uma cooperativa), autonomia (em relação ao governo ou Estado), equidade (direito igual a todos os membros de participarem da organização, partilhando igualmente dos benefícios resultantes), mutualidade (atuação em conjunto de indivíduos que se respeitam e buscam o bem de todos), universalidade (trabalhar visando objetivos de importância universal, e não individual) e evolução, ou expansão. (Bogardus, 1964).

¹⁷ O “socialismo utópico” não é uma expressão utilizada para dirigir-se às cooperativas, mas que designa a primeira fase da história do socialismo (período compreendido entre as guerras napoleônicas e as revoluções de 1848). Está associada a três pensadores em particular, dos quais derivam, de um modo geral, as principais correntes do pensamento socialista pré-marxista: Conde de Saint Simon, François-Charles Fourier e Robert Owen. A designação destes pensadores como “utópicos” tornou-se comum na França e Inglaterra em fins de 1830, mas a qualificação de “socialismo utópico” em textos marxistas é que influenciou a imagem do socialismo deste período. (Bottomore, 1988: 341).

¹⁸ Robert Owen (1771-1858): teórico socialista britânico, rico empresário na Escócia, onde implantou experiências filantrópicas a favor de seus operários. Na Inglaterra, Owen tornou-se famoso pela gestão das fábricas têxteis de New Lanark, que, segundo ele, era a justificativa prática de sua teoria. (Bottomore, 1988: 341).

¹⁹ Charles Gide (1847-1864): economista francês, um dos fundadores da escola cooperativista “Escola de Nimes”. Ferdinand Lassale (1825-1864): filósofo e economista alemão, pregou a associação produtiva de que se beneficiariam os trabalhadores. (Pinho, 1965).

Enquanto Gide prevê a possibilidade de substituição do sistema capitalista por uma “República Cooperativa,”²⁰ Lassale, por sua vez, pensa a cooperativa como um instrumento de luta de humanização do capitalismo, com a simultânea construção da sociedade socialista. (Pinho, 1960).

Para Pinho (1966), a doutrina cooperativa não se confunde com a doutrina liberal, individualista, ou o neoliberalismo, nem com as doutrinas socialistas. Surge como oposição às conseqüências práticas da doutrina liberal e individualista, mas também se opõe a algumas “práticas socialistas”. Esta autora analisa a doutrina cooperativa como algo acima dos sistemas econômicos e políticos. Afirma que a doutrina cooperativista é “intermediária” entre a doutrina liberal e a doutrina socialista, e, por isso, nos países capitalistas ela representa um “refúgio para os indivíduos economicamente fracos” e nos países socialistas, uma “defesa dos indivíduos contra os excessos da intervenção estatal”. Segundo Pinho, está acima das relações de classe. O cooperativismo eleva o consumidor como sujeito central da atividade econômica e como instrumento de reforma da sociedade. O “papel” da cooperativa nos países de economia descentralizada seria o de proporcionar a ascensão social e econômica dos indivíduos, mediante o fortalecimento da economia doméstica, artesanal e camponesa, agindo como corretora dos abusos do mercado; mas a autora esquece que os associados das cooperativas são proprietários de meios de produção e o que investem na cooperativa é capital, que se reproduz pelo trabalho alheio.

²⁰ A idéia da “República Cooperativa” é descrita por Pinho: “lentamente e sem violências, os consumidores iriam formando cooperativas de consumo, que eliminariam os intermediários da troca e aboliriam o lucro. Depois, criariam cooperativas de produção agropecuárias e industrial, que eliminariam o patrão, suprimiriam o salariado e dariam ao trabalhador, agrícola ou industrial, a posse dos instrumentos de produção (...). Concomitantemente, as cooperativas de crédito obteriam para seus sócios (...) as vantagens do auxílio mútuo, da gestão direta e da concessão de empréstimos a juros baixos.” (Pinho, 1966: 31). A união dos consumidores nestes vários tipos de cooperativas, conduziriam à “República Cooperativa”.

As empresas cooperativas capitalistas estão distantes dos princípios dos Pioneiros de Rochdale. Embora a doutrina cooperativa tenha surgido como reação à economia capitalista da época, o sistema cooperativo, foi adaptando-se, adotando práticas de adequação e atendendo às exigências do capitalismo. Segundo Silva (1992) as cooperativas mascaram as contradições inerentes à desigualdade das relações sociais de produção, pois, o associado é explorado e explorador ao mesmo tempo.

Araújo (1982), em trabalho sobre a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina, a COPAGRA, conclui que no sistema cooperativo os associados são ao mesmo tempo prestatários e beneficiários de serviços. Esta característica permite a aplicação do princípio chamado de “controle democrático”. Os associados tem assegurado, em tese, o controle da cooperativa. Mas o controle democrático no sistema cooperativista não pode ser confundido com autogestão. Esta não é apenas uma idéia ou forma de organização social. A autogestão pressupõe relações de classe:

Assim, trazendo aspectos contraditórios dentro de si, mas que só desse modo se realiza, a autogestão atende às formas democráticas de planejar as ações, por um lado, e as reivindicações da coletividade, por outro. Enfrenta dificuldades - o formalismo democrático, as diferenças sociais, as facções ideológicas, os domínios de poder, os grupos de pressão - próprias de uma forma de desempenho institucional que tem de buscar em si a motivação para se reproduzir. (Araújo, 1982: 83).

O cooperativismo é uma formulação ideologicamente apropriada para o capitalismo. Embora seja exaltado como altruísta e idealista, na prática ele acaba por servir aos interesses do capital.

AS CRÍTICAS AO COOPERATIVISMO

A teoria cooperativista dos socialistas utópicos foi criticada por autores como Lênin, Rosa Luxemburgo, Préobrajenski e Marx. Estes entendem que a idéia das cooperativas torna secundária a luta dos trabalhadores contra a exploração do capital, e adquire sentido apenas na transição.

Lênin, em texto publicado pela primeira vez em maio de 1923, no Pravda (Lênin, 1988), a respeito das cooperativas no contexto da transição, afirma que, naquele momento (próximo, portanto, da vitoriosa Revolução Bolchevique), a principal tarefa era a organização da população em cooperativas, pois só dessa forma o socialismo atingiria seu objetivo. Ressalta a necessidade do Estado apoiar o movimento cooperativista, incentivando a sua emergência, da qual “devem participar de forma efetiva massas verdadeiramente grandes da população”. A tarefa dos revolucionários seria a de fazer com que a população compreendesse as vantagens que representa a participação de todos no trabalho das cooperativas, organizando-os. Para Lênin, as cooperativas constituem-se num meio para a realização de um dos grandes objetivos do socialismo, que é a revolução cultural. Com isso, fica garantida a elevação do nível de conhecimento dos camponeses bem como do estado socialista. Critica os socialistas utópicos, afirmando que estes buscavam a organização da população em cooperativas esquecendo-se da luta de classes, transformando os inimigos de classe em colaboradores de classe. Lênin concebe as cooperativas como um instrumento de luta na transição: “E quando existe a propriedade social dos meios de produção, e quando o proletariado triunfou como classe sobre a burguesia, o sistema de cooperativas é o sistema do socialismo.” (Lênin, 1988: 342-343).

Outro autor, Préobrajenski,²¹ afirma que as relações que se travam no âmbito da cooperação não são uma categoria particular dentro do sistema capitalista. A cooperação da produção constitui-se “pequenas ilhas de propriedade, não social, mas coletiva, dos instrumentos de produção, ilhas que estão sujeitas na esfera da produção, às leis da economia capitalista.” (Préobrajenski et alli., 1973: 49-50). Onde a cooperação da produção não se adapta às leis de concorrência, sucumbe. Qualquer forma de cooperação, seja baseada nos princípios de Rochdale, ou em qualquer outro, submete-se às leis capitalistas, sendo que só adquire sentido e importância depois da revolução socialista.

Rosa Luxemburgo²² compartilha desta idéia de Préobrajenski. Num texto escrito em 1899, intitulado *Os sindicatos, as cooperativas e a democracia política*, enfatiza a contraditoriedade das cooperativas de produção, que são “instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é

²¹ Evgeni Alexieievitch Préobrajenski (1886-1937) nasceu em Moscou e ingressou no Partido Social Democrata aos 17 anos, atuando alinhado com os bolcheviques. Foi eleito membro efetivo do Comitê Central em 1920, e tornou-se um dos três secretários do partido. Foi o mais destacado teórico econômico das sucessivas oposições de esquerda dentro do partido, exigindo que se desse destaque à questão da industrialização e vinculando as dificuldades econômicas da Rússia com a burocratização da vida partidária, que nesta época estava sob a liderança de Stálin. Quando a industrialização passou a ter ênfase nas discussões do partido, Préobrajenski foi um dos primeiros da antiga oposição de esquerda a cindir com Trotsky e tentar uma reconciliação com Stálin. Foi readmitido no partido, expulso em 1931 e novamente readmitido em 1932. Em 1934 renunciou às posições que assumira na década de 20, mas foi preso em 1935 e fuzilado na prisão em 1937 (Bottomore, 1988: 298).

²² Rosa Luxemburgo (1871-1919) nasceu em Varsóvia. Em 1889 foi para Zurique, onde estudou Matemática e, posteriormente, Ciência Política. Em 1898 mudou-se para a Alemanha, onde sobressaiu-se nos debates encadeados dentro do socialismo europeu. Destacou-se com a controvérsia revisionista, com a obra *Reforma Social ou Revolução?* Em 1904, Rosa interpôs-se no debate entre Lênin e os Mencheviques, criticando a teoria do partido de vanguarda. Em 1905, muda-se para a Rússia, em razão da revolução que aí se encontrava em andamento, e se aproxima de Lênin. A partir das ações dos trabalhadores russos, desenvolve uma teoria que propõe a greve de massas como a forma da revolução proletária, e publica em 1906 “*Greve de massas, partido e sindicatos*”. Durante a Primeira Guerra Mundial, Rosa liderou a oposição pacifista na Alemanha, destacando-se na Liga Espartacus, que reunia internacionalistas revolucionários. Passou a maior parte da Guerra na prisão, tendo sido libertada em 1918. Em janeiro de 1919, é assassinada por oficiais de direita, em razão de um motim frustrado em Berlim (Bottomore, 1988: 224-225).

acompanhada por uma troca capitalista.” (Luxemburgo, 1986: 87). As cooperativas de produção têm necessidades contraditórias, para os operários, de se governar a si próprios, mas também de desempenhar entre si o papel de empresários capitalistas. Esta contradição faz com que a cooperativa entre em decadência, do ponto de vista econômico, ou se dissolva o interesse dos operários. Para a autora, as cooperativas de produção não têm condições de intervir numa reforma social geral, pois esta implica na supressão do mercado mundial e na fragmentação da economia global em pequenos grupos de produção e troca localizados. Uma reforma socialista ancorada no cooperativismo abandona, para Luxemburgo, a luta contra o capital, contentando-se com os ataques ao capital comercial, aos ramos secundários da atividade capitalista. Portanto, como meio de realizar a reforma socialista, o sistema de cooperativas é insuficientes, pois não transforma o modo de produção capitalista.

Na obra de Marx e Engels não há um tratamento sistemático da cooperação. As associações cooperativas são analisadas por Marx sempre dentro da perspectiva da emancipação da classe trabalhadora. No Discurso Inaugural de fundação da AIT,²³ Marx afirma que a cooperação é a negação do trabalho assalariado e que, em sua forma positiva, poderia tornar o trabalho assalariado tão arcaico quanto o capital havia tornado o trabalho escravo. Nas resoluções do Primeiro Congresso da AIT, em 1866, Marx afirma que o mérito das cooperativas é o de mostrar, na prática, que o capitalismo pode ser suplantado “pelo sistema republicano da associação dos produtores livres e iguais.” (Marx et alli., 1973:21). Mais tarde, em *Crítica ao Programa de Gotha* (1977), percebe que a classe

²³ AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em setembro de 1864, por iniciativa dos trabalhadores de Paris e Londres, que manifestavam sua solidariedade com a levante nacional na Polônia em 1863. A AIT ficou conhecida como a Primeira Internacional, constituindo-

dominante, compreendendo a impossibilidade de perpetuar o capitalismo, torna-se a primeira a defender a produção cooperativa. Assim, ressalta que as sociedades cooperativas só teriam valor enquanto “criações autônomas dos trabalhadores,” que não estivessem submetidas nem ao governo, nem aos patrões. Com esta condição, as cooperativas poderiam abrir uma brecha no capitalismo, favorecendo, mesmo de forma imperfeita, que os trabalhadores se tornem seus próprios patrões. Mas Marx alerta, também, para a possibilidade de se reproduzir o antagonismo entre capital e trabalho nas cooperativas:

no interior do regime capitalista [as cooperativas] são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se a oposição entre o capital e o trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. (Marx, 1991: 509).

Mas, para evitar que as cooperativas se tornem inoperantes ou se desviem, Marx propõe uma condição fundamental: a generalização. Um número reduzido de cooperativas beneficia apenas a uma minoria de trabalhadores, enquanto a maioria continuaria suportando o fardo de sua miséria.

Há, portanto, um elo comum no pensamento destes autores, que é o entendimento de que as cooperativas só adquirirem sentido para os trabalhadores no contexto da transição para o socialismo. Na visão destes autores, o sistema de cooperativas não passa de um reforço do capital, transformando, pela obrigatória inserção na lógica do mercado, os trabalhadores em capitalistas, fazendo com que os antagonismos de classe tornem-se

se numa federação das organizações de trabalhadores de vários países da Europa Central e Ocidental, onde o movimento operário estava em emergência (Bottomore, 1988: 195).

mascarados. Estas reflexões e teses apontam restrições ao cooperativismo enquanto projeto de emancipação social

UM PROJETO CONSERVADOR E UMA FERRAMENTA DE LUTA DA TRANSIÇÃO

No ideário cooperativista o todo apresenta-se como a soma das partes, isto é, a transformação social é pensada a partir das partes. O cooperativismo surge como tentativa de corrigir alguns aspectos da produção capitalista sem, contudo, rever suas relações internas. Ao contrário dos sindicatos, que reconhecem o direito ao lucro, mas lutam para reduzir suas margens, o cooperativismo vincula a emancipação econômica dos trabalhadores à constituição de um capital comum produzido por seus associados. Segundo Figueira (1979), esta proposta faz do cooperativismo um projeto reacionário na origem, e não apenas atualmente. Para esta autora, quando as cooperativas se transformam nas modernas empresas capitalistas, a contradição entre ideário e a prática torna-se inevitável, pois renunciar ao lucro, por exemplo, produz reflexos inevitáveis, tanto em nível da teoria quanto da própria lógica de seu funcionamento: “Pouco a pouco, o ideário que correspondera a uma forma real (embora ideal), transforma-se na propaganda vulgar e justificadora desta produção.” (Figueira, 1979: 71).

Assim sendo, o que se coloca em questão não é o cooperativismo, mas o movimento anti-capitalista, autogestionário, que é muito mais amplo. A cooperativa só constitui-se num meio de luta na medida em que ela compreende a autogestão. Entretanto, é preciso distinguir entre o que é autogestão e o que representa seu movimento, e o sentido que a ela comumente se atribui.

Guillerm & Bourdet (1976) ressaltam que a generalização do sistema cooperativo não deve ser entendida como autogestão: a simples multiplicação das cooperativas não engendra a autogestão e, sim, a “transformação de todas as estruturas econômicas e sociais em uma imensa cooperativa”. À primeira vista, não há diferença entre sistema de cooperativas e autogestão, mas, historicamente, há uma diferença de natureza, pois,

enquanto as cooperativas existem bem ou mal há mais de um século, sem contestar seriamente o sistema capitalista, o que chamamos de autogestão é outra organização nacional (...), que suprime o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogestionado de cooperativas igualmente associadas segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e desejos. (Guillerm & Bourdet, 1976: 31).

A generalização do sistema cooperativo, como colocado por estes autores, não pode, portanto, ser feita sem a abolição prévia do Estado. Este, deve ser substituído por uma organização nacional “de tipo radicalmente novo,” a autogestão, sendo impossível pensá-la isoladamente no capitalismo, submetida às leis de concorrência. As cooperativas referem-se apenas à produção e à economia, enquanto que a autogestão é uma transformação radical, não apenas econômica, mas política, considerando que ela destrói a noção comum de política (como privilégio de um grupo) para criar um novo sentido, “a saber, a manipulação, sem intermediário e em todos os níveis, de todos os ‘seus negócios’ por todos os homens.” (Guillerm & Bourdet, 1976: 31).

O cooperativismo para os trabalhadores só adquire importância à medida em que serve de instrumento de autonomia, como ferramenta de luta contra o capitalismo e na construção de uma nova sociedade.

AUTOGESTÃO E SOCIALISMO

Historicamente, a autogestão tem sido relacionada à sociedade socialista, pois é princípio elementar de modificação das relações sociais, tendo como base a reapropriação do poder decisório²⁴. Os autores consultados (Bruno, 1990; Mandel, 1974 E 1992; Guillerm & Bourdet, 1976; Joieux, 1988; Tragtenberg, 1986) afirmam que a autogestão só é possível numa economia planificada, caso contrário, a experiência sofre boicotes de toda ordem, havendo pressão para que assuma formas capitalistas de gestão.

O significado de autogestão é, a princípio, confuso²⁵. Pensamos a autogestão como uma sociedade na qual os trabalhadores, de cada categoria específica, administram, em nível de fábrica, seus próprios assuntos. Esta concepção, de “autogestão parcelada,” é entendida por Mandel (1992) como simplista, sendo somente uma “simulação,” que oferece a ilusão da autogestão aos trabalhadores, ocultando pontos fundamentais sobre o funcionamento da vida econômica e social. A autogestão não se reduz à gestão das empresas pelos trabalhadores, e defender esta idéia seria somente defender a administração da produção pelos trabalhadores.

²⁴ Num sentido restrito, a autogestão refere-se à participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões de uma empresa. Com uma característica mais ampla que “participação,” a idéia de autogestão se ancora no controle da empresa pelos trabalhadores, no seu poder decisório e no seu controle da situação de trabalho. (Bottomore, 1988: 23).

²⁵ Segundo Guillerm & Bourdet (1976), a palavra *autogestão* é relativamente recente, tendo surgido em língua francesa a partir dos anos 60. Nos anos 70 passa a ser utilizada por muitos grupos e seu uso generalizado pela grande imprensa provocou um anuviamento do seu significado. A palavra autogestão é a tradução da palavra servo-croata *samoupravlje* (samo = auto; upravlje = gestão) e foi utilizada na França para designar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito.

Segundo Mandel, das experiências conhecidas de autogestão no interior de uma sociedade capitalista, algumas declinaram e outras “triunfaram,” do ponto de vista do capital, transformaram-se em empresas, onde a busca do lucro se coloca acima de qualquer outro projeto. São experiências que só sobrevivem à medida em que o regime capitalista e as forças locais as toleram. Quando produzam alguma ameaça, então elas se degeneram ou sucumbem.

Em outro trabalho (1974), Mandel ressalta também que as cooperativas de produção são mais utópicas do que a apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores de cada fábrica. Estas experiências se transformam, inevitavelmente, em empresas que estabelecem relações capitalistas.

Para Joieux (1988), a autogestão só interessa ao trabalhador se ela transforma suas condições de existência. Gerir uma empresa enquanto esta conserva suas estruturas de classe, consiste em gerir sua própria exploração. A autogestão só interessa aos trabalhadores na medida em que ela suprime as classes no interior da empresa: a credibilidade da proposta gestonária passa pela proposta prática de organização da empresa em seu funcionamento interior e em suas relações com o exterior. A autogestão não é um fim em si, mas um “meio de emancipação”. A autogestão é uma transformação completa da sociedade, o que significa dizer que autogerir não é democratizar a economia capitalista, mas mudar seus fundamentos²⁶. Para Faria (1985) a autogestão “ (...)é um projeto que remete à organização direta da vida coletiva em todos os níveis.” (Faria, 1985: 77).

²⁶ Quanto à noção de “participação” Guillerme & Bourdet (1976) esclarecem que esta não significa autogestão, mas, simplesmente, a participação em algo que já existe, que tem sua própria estrutura e finalidade. O indivíduo participa, colabora, mas não tem iniciativa. Esta idéia faz com que os trabalhadores tenham a sensação de estarem desenvolvendo um papel ativo e espontâneo; coloca-os numa situação em que eles próprios optam por colaborar com a empresa, sem que se sintam instrumentalizados. Se processa, portanto, uma adesão subjetiva, que integra a classe

A autogestão pressupõe o socialismo. E se este representa a organização consciente da vida em todos os seus domínios, ele diz respeito à gestão dos trabalhadores sobre a produção, à transformação do conteúdo do trabalho, à recriação da sua tecnologia, à abolição da divisão entre dirigentes e dirigidos, entre trabalho manual e trabalho intelectual, não podendo, portanto, ser pensado separadamente da idéia de autogestão. Para Tragtenberg (1986), o socialismo implica auto-organização, autogestão operária, gestão, pelos próprios trabalhadores, de suas lutas, através das quais se conscientizam de sua capacidade de administrar a produção e criar novas relações sociais.

A autogestão é a formulação teórica das experiências de lutas da classe operária, que, em mais de um século, reuniu tanto resultados positivos quanto negativos. E a definição de socialismo parte desta elaboração e das criações históricas dos trabalhadores; a construção do socialismo passa pela sua ação autônoma, e seu fundamento é a organização dessa autonomia, que vem a ser a dominação consciente dos homens sobre todas as suas atividades.

De acordo com estas reflexões, as CPAs teriam um destino marcado: transformam-se em meras empresas, onde a busca do lucro se sobrepõe à qualquer outro objetivo, ou sucumbem. No entanto, é preciso ressaltar que esta experiência se inscreve num movimento social, o MST. Para entender a formulação das CPAs enquanto uma ferramenta de luta contra o capitalismo, e na construção de novas relações sociais, é preciso inseri-las num conjunto maior. Por suas origens, formação e organização, as CPAs apresentam-se como uma experiência ímpar, mas, em sua singularidade, revelam-se traços de uma generalidade,

operária ao sistema capitalista. Quanto à co-gestão, afirmam que seu objetivo é reintegrar a iniciativa dos operários nos processos de produção, sendo-lhes permitida uma relativa autonomia em relação aos meios que serão utilizados para atingir certos objetivos propostos. Os grupos autônomos de trabalho, muito difundidos com o toyotismo são o melhor exemplo de co-gestão.

que se inscreve na história das lutas operárias pela autonomia e suas experiências autogestionárias.

AS LUTAS OPERÁRIAS PELA AUTONOMIA E AUTOGESTÃO

A autogestão é a formulação teórica das experiências da luta de classe que, em mais de um século, reuniu uma história de avanços e derrotas. É uma história da qual o MST faz parte e conhecê-la, significa entender o que vive o MST.

Dentre essas experiências, destaca-se a Comuna de Paris, um marco da luta dos trabalhadores pela emancipação, e a primeira tentativa de organização do poder operário.

A eclosão da Comuna deve-se à uma conjuntura histórica muito específica. Desde setembro de 1870 o exército alemão cercava Paris e como a ameaça de invasão era eminente, a Imperatriz Eugênia assina decreto que abre a Guarda Nacional a todos os cidadãos. A instituição que até então elegia de forma minuciosa seus oficiais, passa às mãos do proletariado: Paris é defendida por mais de 200 mil operários armados. O surgimento da Comuna deriva de três fatos principais: a rendição aos alemães em condições que desagradou a maioria dos franceses; a política conservadora de Thiers; e o caráter direitista da Constituição de Versalhes. Após a capitulação de Paris, Thiers, o novo chefe do governo, percebeu que a dominação da burguesia estava ameaçada, e seu primeiro ato é tentar desarmar os operários. Como o governo francês havia deixado Paris para se refugiar em Versalhes, provocando o “desaparecimento” do Estado, a Guarda Nacional ocupa toda a cidade (incluindo os fortes e muralhas). A Comuna se inicia em 18 de março de 1871, quando Thiers envia tropas a Paris com a ordem de tirar a artilharia da Guarda Nacional.

Mas os parisienses se mobilizam e declaram guerra ao governo francês instalado em Versalhes. No dia seguinte, é anunciada eleição para o Conselho Municipal de Paris, que aconteceria no dia 26 de março. Os comitês de bairros se encarregam da eleição e, ao mesmo tempo, são nomeados delegados do povo para os Ministérios, que se reúnem no Hotel Deville, tornado o Palácio Municipal.

Em 28 de março de 1871 é proclamada a Comuna mas, em 21 de maio, os versalheses invadem novamente Paris, dissolvendo a assembléia da Comuna e provocando um massacre que leva à morte mais de 100 mil operários e a outros milhares de feridos e presos, desmantelando a experiência da Comuna. (Mota, 1981; Lissagaray, 1991). No breve tempo em que resistiu, a Comuna de Paris tomou um conjunto de decisões que visavam a destruição do Estado burguês. No manifesto da “Proclamação da Comuna ao Povo Trabalhador de Paris,” levado a público em 23 de março, constam algumas medidas que tiveram repercussão no movimento operário internacional: combate à burocracia; supressão do funcionamento estatal; abolição do exército e sua substituição pelo povo em armas; organização de conselhos operários nas fábricas abandonadas pelos patrões; redução da jornada de trabalho para dez horas; eleição da direção das fábricas pelos trabalhadores; reforma do ensino. (Nascimento, 1986: 24)²⁷.

²⁷ Destacamos o Artigo II e Artigo IX: “Artigo II - A Comuna proclama que dois princípios governarão de futuro os assuntos municipais: - a gestão popular de todos os meios da vida coletiva; - a gratuidade de tudo o que é necessário e de todos os serviços públicos”. E ainda: “Artigo IX - Sobre a produção, a Comuna proclama os seguintes princípios: 1) todas as empresas privadas (fábricas, grandes armazéns, etc) são expropriados e os seus bens entregues à coletividade; 2) os trabalhadores, que exercem tarefas predominantemente intelectuais (direção, gestão, planificação, investigação, etc) periodicamente serão obrigados a desempenhar tarefas manuais; 3) todas as unidades de produção são administradas pelos trabalhadores em geral e diretamente pelos trabalhadores da empresa em relação a organização do trabalho, distribuição de tarefas, etc.; 4) fica abolida a organização hierárquica da produção; as diferentes categorias de trabalhadores devem desaparecer e desenvolver-se a rotação dos cargos de trabalho; 5) a nova organização da produção tenderá para assegurar a gratuidade máxima de tudo o que é necessário e diminuir o tempo de trabalho. Devem-se combater os gastadores e parasitas ‘profissionais’. Desde já são suprimidas as

Para Luquet (1968), a derrocada da Comuna deve-se a uma principal razão: faltou um partido à Comuna. Como representava tendências diversas e contraditórias, tornava-se necessária a existência de uma organização capaz de reunir as massas de trabalhadores em torno de um programa de reivindicações econômicas, de instaurar a ditadura do proletariado e de levar à frente um projeto revolucionário. Engels (1973) afirma que, embora as condições econômicas e políticas da França favorecessem uma revolução proletária, as reivindicações da Comuna, eram obscuras e confusas. Faltou aos seus membros o conhecimento da teoria marxista da luta de classes que, caso contrário, poderia ter modificado o destino que teve a Comuna.

Após a Comuna de Paris, são inúmeras as experiências de luta operária pela autonomia e autogestão. Em 1905, em Petesburgo, emergem os *soviets*, que dão o tom da revolução na Rússia durante aquele ano. Nasceram como comissões de greve e de delegados, encarregados de organizar as manifestações que se sucederam à tentativa revolucionária, reprimida pelas forças conservadoras. Em 1917 os *soviets* ressurgem com bases mais amplas do que em 1905. São fundados comitês de fábrica e várias outras instituições de poder emergem, todas se denominando *soviet*, caracterizando-se como expressão do poder popular, paralelamente a partidos e sindicatos. Como a Comuna de Paris, a Revolução Russa de 1917 constitui-se numa outra experiência de emancipação dos trabalhadores. Mas diferentemente, é baseada e orientada por uma teoria, a marxista. Seus reflexos são quase que imediatos em toda a Europa, onde segue-se uma eclosão de vários movimentos emancipatórios.

funções de contramestre, cronometrista, psicotécnico e fiscal.” In: NASCIMENTO, Cláudio. *As lutas operárias autônomas e autogestionárias*, Rio de Janeiro: CEDAC, 1986, p. 110 e 112.

A Alemanha foi o segundo país a se dirigir no caminho do poder dos conselhos. Assolado pela fome, o país, em 1916, é tomado por uma onda de greves, levando os operários a buscarem novas formas de organização. Surgem os conselhos operários, que se generalizam por toda a Alemanha (cerca de 10 mil). Em janeiro de 1918 forma-se o primeiro Conselho Operário da Grande Berlim e, em novembro, acontece o motim dos marinheiros de Kiel, que elegem o Conselho de Operários e de Marinheiros e tomam o poder. Em poucos dias, os conselhos ocupam o poder local em toda a Alemanha. Em janeiro de 1919 a insurreição se generaliza, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, são assassinados, provocando uma onda de violência e levando ao fim a tentativa insurrecional e a “República dos Conselhos”.

Nessa mesma época, também a Hungria tenta se dirigir ao poder dos Conselhos. Após a I Guerra Mundial, o país estava destruído, e o descontentamento da população era generalizado. Isto provoca a queda da monarquia e a proclamação da República Húngara. Mas, a grave situação econômica levou o novo governo, em 1919, a entregar o poder ao Partido Social Democrata e ao Partido Comunista, constituído anos antes. O novo governo institui a República dos Conselhos, decreta a posse dos meios de produção para os trabalhadores, estatiza as empresas industriais e de transporte e orienta a eleição de *soviets* nas empresas. A República dos Conselhos durou 130 dias, tendo sido violentamente reprimida, com a intervenção dos romenos e tchecos.

Na Itália, a luta autogestionária também assume a forma dos conselhos, que surgem no proletariado concentrado na Fiat, em Turim. Em 1920, o movimento atinge seu auge, com mais de 400 mil trabalhadores, organizados em conselhos operários, ocupando fábricas. Em 1921 é organizada uma greve geral que fracassa: as fábricas são desocupadas e

os trabalhadores violentamente reprimidos, marcando o fim da onda revolucionária baseada nos conselhos operários na Europa.

Na Espanha, a experiência autogestionária chama a atenção por sua duração (1936-39). Os operários tomaram as fábricas e os camponeses o campo, surgindo as empresas coletivizadas e a autogestão rural, que abarcou grande número de camponeses e volantes.

Até a Segunda Guerra Mundial, a maioria das experiências em busca da emancipação social deram-se por reflexo da Revolução Russa, pelo entusiasmo revolucionário que rondava toda a Europa. Quase todas experiências foram reprimidas de forma violenta, pois era imperativo para o desenvolvimento do capitalismo, frear quaisquer movimentos que pudessem desenrolar-se até uma revolução socialista, e que eclodiam na região como um efeito dominó. Assim, passada a exaltação com a Revolução Russa e com a possibilidade de a revolução estender-se por toda a Europa, resultado de uma repressão intensa, estes movimentos emancipatórios tem um período de refluxo.

Segundo Guillerme & Bourdet (1976), após a Segunda Guerra Mundial, é nos países do leste europeu, com as “democracias populares,” que surgem outras experiências de autogestão operária. A Iugoslávia tem especial importância, por ser o primeiro modelo histórico que utiliza o conselho de fábrica como uma forma de governar o local de trabalho.

Em 1941, a Iugoslávia é invadida pelos alemães e dois movimentos de resistência se organizam: um liderado pelo General Mihajlovic, oficial iugoslavo, chefe da resistência sérvia contra os alemães, que foi acusado de traição após a guerra; e o de Tito, secretário geral do Partido Comunista desde 1937, que organizou a resistência contra a ocupação alemã e combateu as tropas de Mihajlovic. De início unidos, em pouco tempo Tito e Mihajlovic entraram em oposição aberta. Em fins de 1944 a Iugoslávia é libertada do domínio alemão e, em 1945, convocam-se eleições para a Assembléia Constituinte, que é

amplamente favorável à Frente Popular, dominada pelo Partido Comunista. Em novembro de 1945 a Assembléia Constituinte proclama a república e elege Tito como presidente. Desenvolve-se um processo de planificação e de nacionalização. Após vários anos de estreitas ligações com a URSS, a Iugoslávia rompe com esta, mas Tito permanece fiel a uma fórmula de socialismo fundamentada na autogestão e na descentralização econômicas.

Na forma “insurrecional” de autogestão no pós-guerra, destaca-se o ressurgimento dos conselhos operários na Alemanha, em 1953, e na Hungria e Polônia, em 1956. A emergência destes movimentos deriva de um conjunto de condições políticas e econômicas, como ausência de uma real democracia socialista e o aprofundamento da contradição entre a população e os dirigentes do Estado. Este mesmo motivo levou à Comuna de Shangai, na China, em 1966, movimento que se iniciou com os estudantes e ampliou-se para toda a massa de trabalhadores. Também aí, ressurgem os conselhos operários.

O “maio francês,” em 1968, favorece a emergência da consciência operária. Na Itália o movimento operário desenvolve várias iniciativas de autogestão. Na Polônia, em 1970, inicia-se uma revolta operária contra o aumento de preços decretado pelo governo, que se expressa na formação de comissões operárias. Os trabalhadores são violentamente reprimidos. Em 1980, os trabalhadores poloneses voltam a se insurgir. Cerca de 17 mil operários do Estaleiro Lênin, em Gdansk, protestam pela demissão da líder operária Anna Walentynowicz, desencadeando um movimento que durou quinze meses. Em setembro é fundado o Sindicato Solidariedade, o movimento dos conselhos operários se expande e o tema da autogestão ocupa as discussões. O Solidariedade propõe a criação da “República Autogestionária da Polônia,” com a preocupação de fortalecer a participação operária e popular e limitar o poder do Estado. Em resposta, o governo se vale do exército e, em

dezembro de 1964, o Conselho Militar de Salvação Nacional decreta estado de guerra, dissolve oficialmente o Sindicato Solidariedade e várias associações de estudantes e jornalistas, proíbe concentrações públicas, greves ou protestos, e suprime os sábados livres.

No Brasil, destaca-se o episódio de Trombas e Rio Formoso. “A marcha para o oeste” foi o lema político do Estado Novo, que promoveu a ida de um grande contingente de trabalhadores rurais para Goiás, em busca de terra. Assim, em 1948, inicia-se a ocupação de Trombas e Formoso, região de terras férteis e também devolutas. Carecendo de qualquer infra-estrutura, os camponeses promoveram uma corrente de solidariedade, o que resultou numa vigorosa união. Estes trabalhadores resistiram aos fazendeiros e grileiros, que reivindicavam judicialmente a propriedade da terra, passando a cobrar arrendamento dos posseiros.

Após muitas perseguições e lutas, os camponeses decidem se organizar e reivindicar a posse da área de forma legal. Mas com o passar do tempo e a falta de soluções, resolvem partir para o enfrentamento e resistir. Nasceram os “Conselhos dos Córregos,” que constituíam-se em núcleos de discussão e decisão acerca dos rumos da luta. A partir desta organização, despontam algumas lideranças de projeção estadual e nacional, como José Porfírio e Geraldo Marques, que resolvem organizar a produção e a comercialização. Surgem as associações e cooperativas.

Esta experiência tornou-se provocadora, pois chegava-se a dizer na época que “Trombas é outra nação, não é mais o Brasil,” e não passou imune à truculência da ditadura militar. Já nos primeiros dias após o golpe, em abril de 1964, o exército ocupa Trombas e Formoso e dispersa a população com violência. Em 18 de abril de 1964, acontece uma reunião das principais lideranças para decidir o que fazer. Duas propostas são colocadas: ficar e resistir; ou se retirar. A organização acabou dividindo-se em três grupos, que

passaram a enfrentar os velhos problemas de perseguição, tortura, enfrentamento com grileiros e prisão. (MST, 1993-a: 27-28).

Além destas experiências citadas acima, outra dezena faz parte da luta do movimento de emancipação social: a Comuna de Praga, na Tchecoslováquia (1968), na África, a autogestão na Argélia (1962); na América Latina, a Revolução Cubana (1959) e a Revolução Nicaraguense (1979), a autogestão operária nas fábricas, com a “Unidade Popular” no Chile (1972) etc²⁸. Estas experiências de autogestão, das lutas operárias pela autonomia, dão sentido às palavras de Guillerm e Bourdet: “a autogestão não é uma ‘idéia vaga’, um ‘ideal’. Tem fontes profundas na história da humanidade, na ação e no pensamento revolucionários do proletariado (...) O movimento proletário tem reivindicado o que a palavra exprime: a gestão operária não somente das empresas, mas de toda a sociedade.” (Guillerm & Bourdet, 1976: 210).

²⁸ Para maior detalhamento destas experiências, assim como das que foram anteriormente descritas, ver: NASCIMENTO, Cláudio. **As lutas operárias autônomas e autogestionárias**. Rio de Janeiro: CEDAC, 1986; GUILLERM, Alain & BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro; Zahar, 1976; TRAGTENBERG, Mauricio. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986; MANDEL, Ernest. **Control Obrero, consejos obreros, autogestión**. México, D.F.: Era, 1974. Nenhum destes autores trata de experiências ocorridas no Brasil.

CAPÍTULO 3

EM BUSCA DE OUTRO COLETIVO SOCIAL

CAPÍTULO 3

EM BUSCA DE OUTRO COLETIVO SOCIAL

As CPAs têm origem no MST, movimento que elabora e acompanha esta experiência, buscando sua generalização. A vinculação das CPAs ao Movimento, faz com que não se constituam em cooperativas apenas, mas em cooperativas de produção, autogestionadas. Esta relação parte da necessidade de viabilização das CPAs do ponto de vista econômico, mas também de realização do projeto político, que passa pela construção de uma outra subjetividade. A experiência coletiva não significa apenas meio de sobrevivência, pois se fosse este o objetivo principal, seria menos complicado para o Movimento os assentados viverem em lotes individuais, exercendo formas de cooperação não totalmente coletivizadas. O vínculo da COOPROSERP e das CPAs, de uma forma geral, com o Movimento, manifesta-se desde os primeiros momentos do assentamento, e pode ser notada na criação do SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados. Este, como setor do MST, especializa-se em assuntos relativos à organização da produção, sem perder de vista a ação política: “sempre haverá uma tensão entre as duas faces do SCA: fazer a luta política e ser uma empresa econômica.” (CONCRAB, 1997: 12). O SCA possui três objetivos: orgânicos, sócio políticos e econômicos:

Objetivos orgânicos: garantir a organização do povo assentado (...); consolidar a organização de base do MST; conseguir liberar pessoas (militantes) para participar dos movimentos e organizações populares; cultivar a política e implementar a estratégia do MST; ser a retaguarda econômica do MST; desenvolver a consciência social e política da nossa base social, estabelecendo uma nova visão de sociedade (...); transformar a ideologia do camponês: substituir o meu pelo nosso (...).

Objetivos sócio-políticos: ser uma forma de resistência ao capitalismo (...); vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade (...); transformar a luta econômica em

luta política e ideológica; provar que a reforma agrária é viável (...); aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante do governo; acumular forças para transformar a sociedade; criar melhores condições de vida para as famílias assentadas (...); formar e capacitar quadros políticos e técnicos para o MST e para o conjunto da luta dos trabalhadores; contribuir para a construção do homem novo e da mulher nova (...).

Objetivos econômicos: ajudar a resolver problemas econômicos de todas as famílias assentadas; desenvolver a cooperação agrícola como uma empresa econômica que produza 'sobras' (...); aumentar o progresso econômico e social dos assentamentos (...); modernizar a produção no campo adequando-se as características da agricultura familiar cooperativada; desenvolver a agroindústria; propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores do campo; desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos assentamentos. (CONCRAB, 1997: 12-14).

Estes objetivos evidenciam uma interrelação entre o aspecto de organização do Movimento, de um projeto político e da sobrevivência na terra, os quais são interdependentes, não podem ser alcançados separadamente.

Os objetivos orgânicos referem-se à organização e formas de sustentação econômica e política do Movimento. Organizar e desenvolver a consciência social dos assentados, liberar militantes para o Movimento, são objetivos buscados no sentido de consolidar e fortalecer o Movimento. Estes, relacionam-se aos objetivos sócio-políticos. Como aplicam-se a um projeto de sociedade, à medida em que busca resistir ao capitalismo e fazer parte de um projeto estratégico de transformação da sociedade, estes objetivos não podem ser alcançados sem que o movimento esteja organizado e consolidado. Da mesma forma, os objetivos econômicos, que aludem à viabilização econômica dos assentamentos, produziram a base material para a realização dos dois primeiros objetivos.

A vinculação das CPAs com o Movimento, projeta seu caráter de instrumento de luta, que, por sua vez, configura uma outra subjetividade. Por si só a CPA não se constitui numa ferramenta de luta, só adquirindo este sentido quando se relaciona com o Movimento

e quando este delinea um projeto político, tentando forjar uma materialidade capaz de produzir uma outra subjetividade.

Alguns documentos do MST ressaltam que somente a estrutura cooperativada e coletivizada, não garante uma organização do trabalho e da produção diferentes da vigente no capitalismo. Para alcançar este objetivo, duas necessidades são colocadas: criar uma nova subjetividade e superar problemas relativos à cooperação agrícola. Quanto à primeira, enfatizam:

(...) criar CPAs achando que só pela sua existência, magicamente, vão ser solucionados os problemas é ingenuidade. A estrutura por si só não garante nada. É necessário dar um passo a mais. É necessário trocar nossa mentalidade, o nosso jeito de pensar e de entender as coisas. Só assim poderemos reorganizar a produção e o trabalho (...) O que precisamos é superar a mentalidade “grande família”. Nós levamos para o grupo, a associação e até para as cooperativas o jeito de organizar a pequena propriedade. Assumimos uma estrutura nova, mas com jeito velho. Criamos uma empresa econômica coletiva (...) mas não assumimos a mentalidade empresarial. É o mesmo que ter nas mãos um computador, mas só utilizá-lo como máquina de escrever. (MST, 1993-b: 48).

Quanto aos problemas relativos à cooperação agrícola, propõem: a) a prática do planejamento da produção nos assentamentos, de forma a racionalizar o processo produtivo, com a elaboração de plano de metas e estabelecimento de prioridades; b) realização da divisão do trabalho, buscando a distribuição de tarefas colocadas no planejamento; c) disciplina e controle do trabalho, sem confundir com controle do próximo e abandonando a forma artesanal de fazer cobranças; d) que a distribuição de sobras não se dê somente em função do número de horas trabalhadas diretamente na produção, o que pode gerar perda de interesse pessoal em melhorar a qualidade do trabalho. A resolução destes problemas levará à uma “CPA plenamente coletiva,” ideal de organização proposta pelo MST: “O desafio é

construir o novo ainda dentro do velho, apesar de todas as contradições. É tentar ir transformando a vida toda e não apenas o econômico e o político.” (MST, 1993-b: 51).

Até que ponto esta “transformação da vida” se opera ou se desenha nas CPAs? Uma nova subjetividade não se institui do dia para a noite, pois está relacionada e dependente da objetividade. Entretanto, é possível vislumbrar ações que se direcionam na tentativa de superar o velho e construir o novo, observando-se avanços e recuos. A tentativa de constituir uma materialidade que possa conduzir a uma outra subjetividade pode, em alguns momentos, produzir descompassos entre o que é e o que deveria ser. Os agrupamentos envolvidos em processos de socialização em meio a uma sociedade de classes, estão presos a relações econômicas, sociais e políticas que as colocam em situação de dominadas, o que faz com que reproduzam relações de dominação e não consigam chegar a um consenso sobre determinadas condições que lhes são impostas. (D’Incao & Roy, 1995). Para Marx & Engels (1984) a produção de idéias, representações, consciência, está diretamente ligada à atividade material. As idéias nascem na atividade material, o que as pessoas pensam são representações de suas condições materiais. Representam o modo como essa realidade lhes aparece na experiência imediata:

Os homens são os produtores das suas representações, idéias, etc, mas os homens reais, os homens que realizam, tais como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do intercâmbio que a estas corresponde até às suas formações mais avançadas. A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida. (Marx & Engels, 1984: 22).

Segundo integrante da COOPROSERP, a emergência de uma outra subjetividade deve ser construída na prática:

No início do assentamento nós começamos a trabalhar esta questão, fazer cursinhos, do histórico do movimento da sociedade, como que ela se desenvolveu, os modos de produção e também o comportamento das pessoas. De uma certa forma o pessoal entende isso, mas a conclusão que eu cheguei, é que isso não resolve o problema. Nós temos é que criar mecanismos para ir trabalhando e ir forjando esta nova mentalidade. Muitos ainda são resistentes a horários, a, por exemplo, como que eu ajudei a produzir um litro de leite e eu tenho que pagar esse litro de leite. Ele acha que ele é dono. Porque se fosse numa propriedade dele, ele seria o dono, só que aquele litro de leite é dele e dos outros. Então, nisso, nós temos resistências de algumas pessoas. É no pessoal mais velho, eles são mais resistentes a essas mudanças. Agora, o pessoal mais jovem, entende, consegue entender isso e avançar. (Entrevistado nº 3, COOPROSERP).

Na COOPROSERP, a luta cotidiana para superar relações sociais produzidas na sociedade capitalista e forjar uma outra subjetividade, é intensa. Segundo os depoimentos, podemos agrupar esta ação em nove pontos, presentes no dia a dia da cooperativa e nas impressões dos assentados: 1) individualismo; 2) noção de autogestão; 3) organização da direção; 4) organização do trabalho e da produção; 5) conteúdo do trabalho; 6) visão de socialismo; 7) visão da cooperativa; 8) consciência social; 9) gênero.

CONSTRUINDO OUTRA SUBJETIVIDADE

1. ROMPENDO O INDIVIDUALISMO: “AQUI NÃO TEM NADA QUE SEJA MEU, É DE TODO MUNDO JUNTO”

A manifestação de individualismo é uma das mais fortes contra às quais o Movimento trabalha. Para os integrantes da COOPROSERP é o “pecado maior,” o emperrador do processo.

O individualismo é a categoria articuladora do discurso liberal, que tem na Revolução Francesa de 1789 seu grande triunfo. Esta, operou transformações que tiveram

conseqüências profundas nas relações entre os indivíduos e na sua forma de pensar a si próprio e à sociedade, fazendo emergir noções de liberdade e igualdade que repousam numa concepção individualista de sociedade. Na nova ordem social que segue à Revolução Francesa, o indivíduo aparece como dono de seu próprio destino, as condições sociais traçadas são produto das ações e vontades individuais, e o mercado mostra-se o espaço privilegiado de realização e expressão destas individualidades. (Rego, 1986).

Balachevsky explica que a concepção individualista coloca o homem antes da sociedade, as ações dos homens são autoreferenciadas e importam em si mesmas. Por isso, esta concepção inverte a relação indivíduo-coletividade, fazendo do último o reflexo do primeiro: “o agregado social é, assim, o produto de uma espécie de soma vetorial das atividades, interesses e impulsos dos indivíduos que o compõem.” (Balachevsky, 1995: 195).

Marx contrapõe-se a esta idéia. Para ele, a categoria indivíduo se constitui numa necessidade ao triunfo da nova ordem social capitalista, sendo provida de uma materialidade, não se apresentando somente no plano das idéias. A principal indagação de Marx sobre a supremacia do indivíduo na teoria liberal é em relação a quem coloca as prerrogativas de indivíduo livre e soberano. Se a base social do individualismo é a propriedade privada, como razão de ser de sua autonomia e independência, de imediato há a exclusão da grande maioria da população que chega à “civilização” destituída de propriedade, mas livre para tornar-se disponível à “livre vontade” de alguns indivíduos. Para Marx, a igualdade se dá quando o indivíduo é considerado como sujeito da troca, quando as mercadorias que estes indivíduos intercambiam são equivalentes. É no ato da troca que os sujeitos estão postos como indivíduos, como iguais, e quando, também, os sujeitos se confirmam, ao mesmo tempo, como iguais e como indiferentes entre si. O

reconhecimento mútuo da igualdade e da liberdade dos indivíduos compõe a condição natural da troca. (Rego, 1986: 43-44).

Todos os entrevistados da COOPROSERP repetem a palavra individualismo várias vezes, denotando uma não aceitação e, ao mesmo tempo, uma dificuldade em superá-la: “*Eu não tenho cabeça individualista,*” “*ainda tem o pessoal que quer ter o seu lotinho, individual,*” “*a gente mesmo às vezes tem aquele espírito individualista*”. Este problema, via de regra, é atribuído à cultura, à falta de informação, a uma comunicação pobre e ao imediatismo. Na COOPROSERP a resistência de alguns, no início do assentamento, à própria idéia da cooperativa é relacionada a estes elementos:

A cultura do pessoal é de sempre trabalhar com o individualismo, ou seja, esse é meu e eu sei o que faço. No ano de 1986 até 90, começou a se pensar em trabalhar uma forma diferente de produção do sistema capitalista, pela seguinte avaliação que nós tínhamos: uma propriedade pequena, ela, até hoje, não está conseguindo se viabilizar. Hoje o que está conseguindo se viabilizar são as grandes propriedades (...) O que se pensou foi isso, só que não foi levado muito em conta a cultura do pessoal; já se sabia dessa resistência, que nem todos aceitam; mas o que nós imaginávamos é que esse processo ia mudando e esse pessoal iria se habituando e iria avançando nesse processo. Então, em vez de você trabalhar o individualismo, trabalhar o coletivo, que seria uma forma melhor e mais avançada. (Entrevistado nº 3, COOPROSERP, 1997).

Mesmo apontando o sentido econômico restrito da cooperativa - cooperar para produzir mais - o individualismo, muitas vezes, se sobrepõe a este objetivo, gerando tensões, como a saída de famílias. Todos os entrevistados afirmam ainda persistir uma cultura individualista, que abarca a necessidade de ter poder sobre o seu pedaço de terra, na liberdade nos horários de trabalho, no fato de não precisar prestar contas a ninguém sobre seu rendimento no trabalho. Apesar da busca de superação, para todos os entrevistados o individualismo persiste, mas ressaltam que, atualmente, é menos intenso:

Ainda existe, eu mesmo às vezes tenho aquele espírito individualista, eu quero ter o meu porquinho para tratar, eu quero ter as minhas galinhas, meus perus, quero ter meu cantinho de horta individual, porque aqui eu mando. Então, ainda tem, só que é coisa mínima, mas ainda existe. (Entrevistado nº 2, COOPROSERP, 1997).

O individualismo, para estes assentados, está em completa contraposição ao coletivo. Ter seu “*cantinho de horta individual*,” ou outra característica similar, é motivo de auto-vigilância por parte dos assentados, que não querem ser reconhecidos como individualistas. Mas viver e produzir na cooperativa é muito diferente do tempo anterior ao assentamento. A maioria dos integrantes da COOPROSERP trabalhava como arrendatário ou em pequenas propriedades do pai ou do sogro (uma minoria era bóia-fria).

Outro entrevistado, quando perguntado se estaria melhor em lote individual, responde:

Mais ou menos, acho que estamos na mesma. Embora a gente receba pouquinha coisa, pouquinho dinheiro, é todo mês. E se eu estivesse em lote individual, seria só na época de safra. No individual, você chega a hora que quer, embora, às vezes, chegue cansado e ainda tenha que tratar da criação. (Entrevistado nº 4, COOPROSERP).

Este depoimento demonstra a dificuldade em superar a velha subjetividade, como colocado anteriormente. Este entende a divisão de sobras como salário, um traço do tempo em que eram assalariados. A idéia de salário remete à idéia de classe e, portanto, a uma diferenciação entre proprietários e não-proprietários, o que parece não existir na cooperativa, pois considera-se que nela todos são proprietários dos meios de produção, embora, muitas vezes, a cooperativa contrate, de forma temporária, os serviços de outros sem terras. O mesmo entrevistado reconhece que o horário de trabalho é rígido, mas tenta relativizar, identificando o tempo de trabalho no lote individual como maior, pois neste, ao final da jornada normal, ainda teria que “*tratar da criação*”. Horário e liberdade são

colocados como elementos opostos: rigidez de horário é relacionada com o coletivo, e liberdade, ao viver em lote individual.

Uma outra expressão da cultura individualista está na compreensão dos investimentos em meios de produção e na divisão das sobras. Há dificuldades em entender tanto investimento em “patrimônio,” em meios de produção, sem uma contrapartida em relação à situação social dos assentados. Por que comprar máquinas em vez de construir casas melhores para os assentados? Um entrevistado tece críticas ao fato de ver o patrimônio crescer e sua situação pessoal não se resolver do ponto de vista econômico:

É problema da própria educação que nós tivemos. E entra na Coordenação com a mesma cabeça. Eu entro na Coordenação com a idéia de mudar as coisas, mas entra outro que tem outra idéia, e o que acontece é que eu vou brigar para que nós acolhamos todos os companheiros que estão dentro; mas, o outro, vai brigar para que cresça o patrimônio, e o associado que fique (...) Eu esperava que funcionasse melhor... porque se eu tenho a idéia de nós trabalharmos, de nós nos juntarmos, de olharmos pelo companheiro, de ajudar o companheiro, tem outros que tem a idéia de que ele vem primeiro e os companheiros que estão lá que se lasquem. Então, isso prejudica bastante. (Entrevistado nº 5, COOPROSERP).

E aponta, ainda, que muitos de seus companheiros querem “imitar” a forma de produzir dos grandes proprietários de terras, esquecendo-se de sua origem de classe e, ademais, demonstrando muita pressa em garantir melhorias de vida individuais:

Aqui [na COOPROSERP] começou errado. Porque no tempo que começou, deveria ter sido dividido, vamos supor, 50% para o associado se beneficiar e 50% para patrimônio. mas, não, aqui foi posto 100% no patrimônio e para o associado nada. E isso até hoje tem nos castigado, porque você olha o patrimônio aqui, está bonito, tem tudo. Só que se você vai olhar a minha situação, a situação de todos os associados que estão aqui... Porque tem alguns companheiros que tem cabeça de rico, eles querem produzir conforme os ricos. Eu sempre pensei o seguinte: nós temos que nos criar todos juntos, o associado e o patrimônio, porque o associado segura o patrimônio. Mas não adianta fazer um elefante, como eu sempre disse, faz um elefante grande, branco, e o associado está aqui, se o

elefante pisar em cima dele, acabou. E se os associados terminam o elefante fica para quem? É o que está acontecendo. Quando nós chegamos, isso aqui não dava nada, não produzia nada; nós investimos tudo, tudo aqui dentro, só que não no associado, investimos no patrimônio, e o associado ficou lascado. (Entrevistado nº 5, COOPROSERP).

A dificuldade de compreensão do que é individual e o que é coletivo também é observada no que diz respeito à distribuição de sobras. Para ele, quem se dá bem na cooperativa é quem tem família pequena. Os que tem família grande, como ele, não conseguem se estabilizar, porque não é levado em conta o número de filhos na hora de distribuir as sobras:

Quando é só o casal, ele passa com uma galinha durante a semana. Agora, nós, que temos família grande, vamos ter que pegar duas ou três. Então tem aquela coisa: temos que cobrar, porque eu pego uma galinha mas o outro pega quatro ou cinco. Mas quando foi para conseguir isso aqui, se fosse só eu, eu não conseguiria. E isso não entra na cabeça desses companheiros, e é o que eu acho mais difícil de nós mudarmos. (Entrevistado nº 5, COOPROSERP).

Das atuais 16 famílias existentes na COOPROSERP, a situação é a seguinte: existem 5 casais com três filhos ou mais, 2 casais com dois filhos, 2 casais com um filho, 2 casais sem filhos e 5 solteiros, que são considerados como famílias na cooperativa. O entrevistado acima critica o critério de distribuição de sobras, ressaltando que os solteiros e os casais sem filhos ou com apenas um, ganham o mesmo que aqueles que tem três, quatro ou oito filhos. A distribuição de sobras é feita entre os associados: se na família há apenas um associado, é esta parte que ela receberá, de acordo com o número de horas trabalhadas e produtividade, independente do número de filhos. Como os solteiros não têm grandes despesas - a maioria mora com os pais - têm condições de ter um padrão de vida melhor do que aquele que tem filhos.

No entanto, a maioria dos entrevistados é a favor do investimento em meios de produção. Uma entrevistada, que possui quatro filhos, dos quais um é associado juntamente com ela e o marido, expressa esta discórdia, em relação ao investimento em meios de produção:

A vida aqui não é fácil. Assim como tem época do ano que a gente pode dizer: agora eu estou bem, tem época que a gente fica arrasado. Porque nós não temos renda... porque aqui é uma área que choveu muito dinheiro, mas foi aplicado tudo, então na questão social, não teve nada (...) Mas tem que ser assim, de momento tem que ser, por que se não aplicar, como diz o caso, se não plantar não colhe, então tem que aplicar para depois a terra dar o retorno, porque viver em cima da terra, só explorá-la, e não corrigi-la, não prepará-la, não aplicar, então vai indo que ela não produz. Então tem que aplicar primeiro. Porque aqui a terra já não produzia, e fazendo aplicação eu espero que daqui ainda mais uns dois anos melhore a situação, mas por enquanto ainda nós estamos lascados. (Entrevistado nº 6, COOPROSERP).

Nota-se que o individualismo manifesta-se nas diversas situações do cotidiano, como na distribuição de sobras, nos investimentos, no horário de trabalho. A dificuldade de entendimento em relação a esta situação é vista por alguns como resultado de uma falta de informação:

Aqui tem algumas pessoas, que não dá nem um por cento na quantidade de pessoas que nós temos, que ainda funciona a cultura individualista e tem dificuldade de entender algumas coisas. Só que é por falta de informação, de conhecimento de como está o mundo lá fora, só vive aqui dentro. Então, acha que no outro assentamento, individual, está bem, está tudo uma maravilha, que estão trabalhando, e a coisa é diferente. Mesmo trabalhando, as coisas estão muito complicadas, até mesmo para a pequena propriedade, não só nos assentamentos. Esse é um problema da agricultura na conjuntura do Brasil. E tem que levantar a cabeça, porque é em todo lugar. Muitos questionam a forma da cooperativa, e questionam porque não tem conhecimento mesmo, e porque sempre aquilo que não me serve eu vou questionar. (Entrevistado nº 7, COOPROSERP).

Estes descompassos de compreensão são conferidos, também, ao imediatismo, razão principal da saída de algumas pessoas da COOPROSERP. É também uma manifestação da cultura individualista, como sugere um entrevistado:

O pessoal que veio para a cooperativa achava que ia ser mais imediato, que de uma hora para outra resolvia o problema deles; e também porque o pessoal se criou num trabalho diferente, individual, com a família, e não se adaptou com o sistema de coletivo, porque aqui não tem nada que seja meu, a não ser a casa, é de todo mundo junto. (Entrevistado nº 1, COOPROSERP).

Um ex-integrante da COOPROSERP, hoje está instalado em um assentamento de lotes individuais, o assentamento Araguaí²⁹, concorda com a idéia de que a cooperativa pode ser um meio de agilizar a produção, e, por isso, poderia ser melhor que o lote individual, mas ressalta que:

Em parte o lote individual é melhor. A cooperativa pode dar certo mas, quando discute na teoria, é uma coisa, e quando vai por em prática, sempre um se escora para um lado, o outro se escora para outro e acaba não saindo aquela tarefa que era para sair; e não rende, e passa de um ano para outro, e aquele acúmulo de gente, aquele acúmulo de miséria. E no lote individual, a gente, de certa forma, se esforça até mais do que se estivesse lá [na cooperativa], porque lá eu estava trabalhando e via outros parados, e pensava: eu não vou dar meu coro, pois eu tenho que repartir com eles ! Lá, na cooperativa, o que der, eu tenho que repartir, então não é vantagem eu me matar de trabalhar. E no meu lote individual, o que eu fizer é meu; se eu trabalhar das seis da manhã às seis da tarde eu sei que, no fim do ano, é meu o que eu fizer, eu tenho aquele lucro. E lá, a gente trabalhava e chegava o fim do ano e não sobrava nada. E muitos, que quase não trabalhavam, sempre se saíam melhor do que quem mais dava o couro. Isso começou a aborrecer. (...) Claro, a gente vê que a cooperativa é uma forma melhor de adquirir recursos, insumos, essas coisas; mas houve um choque muito grande para nós, de conviver na COOPROSERP e como nós vivíamos em cima de nosso lote individual. (Entrevistado nº 8, Assentamento Araguaí).

²⁹ O assentamento Araguaí localiza-se no município de Santa Maria do Oeste-Pr, a cerca de 20 Km de Pitanga e a 25 Km da COOPROSERP. Atualmente este assentamento agrega 217 famílias, cerca de 1.600 pessoas.

Segundo este depoimento, há uma clara percepção de diferença de jornadas de trabalho na cooperativa e no lote individual: na primeira, “*não é vantagem eu me matar de trabalhar*”; no lote individual “*se esforça até mais*”. Este entendimento refere-se, também, à idéia de que prolongando a jornada de trabalho e intensificando-a, o lucro será maior.

Marx explica que o capitalista realiza dois procedimentos para aumentar a mais-valia: prolongar a jornada de trabalho dos operários e reduzir o trabalho necessário, isto é, a jornada de trabalho necessária para produzir o valor do salário. Uma forma de reduzir o trabalho necessário é aumentar a produtividade, produzir o valor igual ao do salário num tempo mais curto. Aumentando a produtividade há uma redução do trabalho necessário e, em consequência, um aumento da taxa de mais valia (Marx, 1983).

O fato de *se esforçar mais* no lote individual, pode significar produzir mais, intensificando a jornada de trabalho, não apenas estendendo-a. Isto entra em contradição com a idéia de que no lote individual os horários de trabalho são menos rígidos. Pode não haver uma determinação explícita da quantidade de horas de trabalho a ser executada, mas no plano prático, nos lotes individuais, os assentados trabalham tanto quanto, ou mais do que os assentados da cooperativa, seja em termos de horas como de produtividade. O que pesa, porém, é o fato de que o resultado econômico do trabalho no lote individual não é repartido com ninguém, no máximo, entre a família, o que é diferente na cooperativa. Como o lote individual não comporta grandes investimentos em patrimônio, o resultado da venda da produção tem um retorno mais ou menos imediato, vai direto para as mãos do assentado, ou seja, ele consegue ver todo o seu esforço materializado, seja na forma de dinheiro ou espécie. Na cooperativa, este processo é diferente, pois parte do lucro é destinado a investimentos e ao pagamento de dívidas atrasadas, o que causa certa angústia, uma vez que

o assentado não vê materializado o seu esforço. Do ponto de vista do coletivo, este esforço se concretiza em máquinas, matrizes de animais, pagamento de dívidas.

Atualmente, a COOPROSERP superou alguns problemas como a miséria e a mortalidade infantil. Com exceção das moradias, que ainda são precárias, a situação social destes assentados é satisfatória, considerando que não há problema de fome e de doenças advindas de desnutrição e falta de higiene. Há carências mas, considerando a situação anterior da maioria, pode-se afirmar que a COOPROSERP está conseguindo se viabilizar economicamente, oferecendo condições de existência aos seus associados, como boa e variada alimentação, condições de saúde e educação, apesar de todos os problemas verificados. Antes de serem assentados, os integrantes da COOPROSERP eram, majoritariamente, arrendatários ou trabalhavam em pequenas propriedades da família. Os relatos demonstram que todos, sem exceção, tiveram um padrão de vida muito precário anteriormente. Todos os entrevistados afirmaram ter um dia passado fome, juntamente com suas famílias.

Para um ex-integrante da COOPROSERP, atualmente as famílias da cooperativa vivem em melhores condições do que o tempo em que lá esteve, pelo simples fato de haver menos famílias:

Hoje, aquelas famílias que estão lá já estão com um padrãozinho de vida melhor, se comparado com o tempo que saímos de lá. E agora com menos gente, o próprio dinheiro do leite é uma renda maior para eles; porque quando nós estávamos lá, éramos em 31 famílias e era a mesma quantia de leite para dividir para 31. Hoje divide para 13, 14 famílias. (Entrevistado nº 8, Assentamento Araguaí).

Outro ex-integrante da COOPROSERP, localizado no mesmo assentamento, afirma que a razão principal de sua desistência da COOPROSERP foi seu imediatismo:

Nós estávamos lá na COOPROSERP, e é até uma coisa meio complicada, porque a princípio você tem uma idéia muito imediatista. E a principal questão na COOPROSERP foi a questão econômica, porque o pessoal não tinha as coisas, passava necessidade. Eu acho que um pouco foi isso, e outras coisas também, mas a parte econômica foi a mais complicada. E isso veio pela própria condição de como veio a terra, fraca, com um monte de problemas; então, o pessoal chegou lá e não conseguia produzir nem para sobreviver, o que levou a se investir na lavoura. Eu concordo com esta idéia de que tem que investir para daqui quatro, cinco anos você conseguir ter de volta, ter retorno. Só que até lá você tem que pagar. Então, eu acho que a parte econômica é a principal, e o pessoal foi desanimando; porque colhia um pouquinho e no final do ano tinha conta para pagar. Financiaram máquina, compraram um monte de coisa. E tem que pagar, porque se não pagar você não pode pegar de novo [o PROCERA]. E foi financiado dois tratores novos, uma colhedeira usada, e tinha outras contas, das vacas. E até que foi colhido bem, só que tinha um monte de conta para pagar. Talvez não tenha sido priorizado um pouco a questão social. (Entrevistado nº 9, Assentamento Araguaí).

A desistência de famílias do projeto coletivo não é uma manifestação exclusiva na COOPROSERP. Bergamasco & Norder (1996) relatam o mesmo problema na COPAJOTA (Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares), em Promissão-SP. Lá, havia um excesso de força de trabalho, levando mais da metade das famílias a abandonarem a proposta³⁰. A explicação sugerida para hipótese de Bergamasco & Norder é que esta ruptura deveu-se a uma diferença no tamanho das famílias, ou seja, devido ao excesso de força de trabalho, os resultados eram divididos entre os associados, não levando-se em conta o número de pessoas de cada família, um fato que também se verifica na COOPROSERP.

Na COOPROSERP, a maioria dos integrantes, entrevistados ou não, criticam duramente aqueles que saíram, por manifestações puramente individualistas:

³⁰A COPAJOTA foi fundada em 1992 e, logo no primeiro mês, cinco famílias saíram; em 1993 outras 17 famílias abandonam a cooperativa e, em 1994 mais duas.

Nós perdemos muita gente boa que poderia estar aqui dentro contribuindo. Mas, na maioria, nós não perdemos nada; são pessoas que nós até contribuimos com eles e vamos continuar contribuindo, porque são companheiros; mas eles tem que viver no seu lotinho individual, senão... (Entrevistado nº 7, COOPROSERP).

O individualismo na COOPROSERP vislumbra-se no funcionamento da cooperativa e nas tensões daí decorrentes, como o da distribuição de sobras, dos investimentos, da divisão e dos horários de trabalho, da saída de famílias. Constata-se também nas manifestações mais subjetivas, como ausência de solidariedade, concepção imediatista de produção. Estes estão diretamente relacionados. A resolução dos problemas objetivos depende de uma transformação a nível subjetivo, e vice-versa, exigindo uma nova elaboração acerca do sentido do trabalho, da produção. Para que o assentado da COOPROSERP entenda que a adoção do horário de trabalho não significa apenas uma medida que visa uniformizar o tempo de trabalho para todos, mas que se inscreve dentro do entendimento de que o trabalho é produtor de riqueza - riqueza esta que será apropriada por ele e não por outro - é preciso que ele supere uma visão da organização do trabalho produzida pelas relações capitalistas de produção. Para que o assentado da COOPROSERP entenda que o que ele recebe não é salário, mas distribuição de sobras, é preciso que entenda que ele não é empregado, que as relações que se operam na cooperativa não são relações de patrão-empregado, mas relações pautadas na idéia de que todos são produtores de riqueza, que será coletivamente apropriada. Esta inversão de pensamento é o grande desafio desta experiência, resume Rego: “Trata-se, portanto, de um processo que avança através da oposição e superação entre o que está dado, e é condicionante, e a tentativa do novo, entre o passado e o projeto de futuro, em conflito na construção do presente; entre o que é socialmente hegemônico e o que pode vir a ser revolucionário” (Rego, 1989: 69).

Nesta perspectiva, a superação do individualismo torna-se uma premissa, tanto para a viabilização econômica da cooperativa como para a construção de uma outra subjetividade, capaz de apontar para novas relações sociais. Superar o individualismo significa resolver boa parte dos problemas ligados à produção, que podem comprometer a cooperativa do seu ponto de vista econômico; significa, também, abrir caminho para um outra subjetividade, alicerçada na noção de autogestão. Há, portanto, um movimento constante, que vai da crítica, da autocrítica, até a ação concreta, na difícil tentativa de superar o velho e construir e consolidar o novo.

2. NOÇÃO DE AUTOGESTÃO: “A EXPERIÊNCIA NÃO ESTÁ ACABADA”

O entrevistados parecem ter consciência dos principais problemas da cooperativa e da necessidade em superar formas artesanais de trabalho, sabem da dificuldade em forjar outra subjetividade, mas não sabem exatamente como tratar estas questões e como resolvê-las. Em relação à proposta da cooperativa, têm clareza dos seus problemas, de que só a estrutura como tal não garante seus objetivos imediatos (alcançar e manter um padrão de vida digno às famílias) e de longo prazo (outra subjetividade):

(...) A experiência que nós estamos desenvolvendo não está acabada. Ela enfrentou muitos problemas nesta experiência de trabalho coletivo. Teve um período de 1990 até 93, 94, que se desenvolveu bastante esta proposta de cooperativas, e agora ela deu uma parada. De 95 para cá não se tem mais criação de cooperativa, justamente porque nós estamos passando por um processo complicado. Em 94 nós tínhamos 31 famílias e agora, em 97, nós temos 13, então nós passamos por um processo de, não sei se seria crise, mas meio que decaiu a idéia; porque nós começamos a ter problema interno que não conseguimos resolver; então quem não estava disposto a assumir esta proposta acabou saindo e procurando uma nova proposta. Se a gente for pensar mais longe, pensar no socialismo ou alguma coisa que venha a fazer um vácuo com o capitalismo, esta seria uma proposta [as CPAs] que a gente teria que olhar com mais atenção. Só que hoje, dentro do

movimento nós temos um monte de limitações, são muitos problemas que tem. (Entrevistado nº 3, COOPROSERP).

Um dos problemas das CPAs é sua generalização, que o MST não vem conseguindo resolver, como conta o mesmo entrevistado:

Porque o movimento, em cada período ele tem um novo enfoque. Por exemplo, nesse período de 90 até 94, por aí, o enfoque era as CPAs, e a partir de 94 até agora, 97, é mais as CPSs, cooperativas de prestação de serviços, tipo a COAGRI. A idéia é que nós temos que abranger, massificar o processo de cooperação, envolver um número maior de pessoas, e com as CPAs nós não conseguimos fazer isso; foram poucas as famílias que se engajaram no processo, um número reduzido de pessoas. E nas CPSs a gente consegue atingir um número bem maior de pessoas. (Entrevistado nº 3, COOPROSERP, 1997).

Segundo a CONCRAB, a generalização da cooperação constitui-se num dos limites internos que precisam ser resolvidos:

Temos que incentivar e organizar a cooperação agrícola nos assentamentos. O SCA deve conscientizar todos os assentados para ingressarem na cooperação agrícola, independente da forma de cooperação, para resistir aos impactos das políticas dos governos capitalistas. Massificar a cooperação entre os assentados, representa também, a garantia da organização de base desses trabalhadores, dentro de uma organização de massa. Amplia-se, portanto, a organicidade do MST. (CONCRAB, 1997: 50).

Experiências tem demonstrado que a generalização da cooperação entre os assentados é atingida com mais facilidade nas cooperativas de comercialização. A COAGRI (Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná Ltda) é a maior cooperativa do sistema de cooperativas do MST. Foi fundada em 1994 com 420 associados (assentados) e, atualmente, possui 3 mil sócios, sendo 1200 assentados e 1800

agricultores familiares da região, dedicando-se principalmente à comercialização de grãos³¹. Além disso, a COAGRI possui 124 hectares para centro de experimentação, com atividades de formação e capacitação de agricultores e dedica-se à alfabetização de seus associados, com cerca de 100 monitores atuando em 40 núcleos de alfabetização. (Navarro, 1996).

Entre os que saíram da COOPROSERP, há o entendimento de que o trabalho coletivo tem suas vantagens, mas que não estão dispostos a se submeter a uma coletivização total. Quando perguntado se, por hipótese, houvesse hoje uma discussão no assentamento para formar uma cooperativa se ele se posicionaria favorável, um deles responde:

Eu acho que até dá para fazer, mas colocar tudo coletivo, como foi na COOPROSERP, nunca mais eu quero. Porque tem aquele ditado, que meia é para os pés e ainda dá chulé. Eu não quero mais saber desse negócio. Eu sou a favor da cooperativismo, mas eu não quero mais. (Entrevistado nº 8, Assentamento Araguaí).

Do ponto de vista interno, na COOPROSERP, os assentados têm uma percepção de que a autogestão se realiza, embora não tenham clareza exata do que ela realmente significa. Quando pergunto se as CPAs são diferentes das cooperativas capitalistas, um dos entrevistados responde:

A lógica é basicamente a mesma, só que algumas coisas são diferentes: é dos trabalhadores, e é ele que tem todo o processo de gerenciamento, de participação dos associados. Agora, na parte comercial, ela está engajada dentro da lógica do mercado, porque senão ela não consegue sobreviver (...) Basicamente [a diferença] é a forma como é desenvolvido o trabalho. Os meios de produção são do coletivo, todas as máquinas, a terra, todos os meios de produção são coletivos, são dos associados, e eles, da forma

³¹ A COAGRI localiza-se no município de Cantagalo-Pr, a cerca de 104 km da COOPROSERP. Na safra 1995/96, a COAGRI recebeu 200 mil sacos de milho para secar e vender. Com a desapropriação da fazenda Giacometti, de 82 mil hectares (com quase 3 mil acampados), a expectativa é, em três anos, chegar a 1 milhão de sacos. Além disso, empacota feijão e o revende com sua própria marca e, atualmente, desenvolve projeto de pecuária leiteira como alternativa para seus associados (Navarro, 1996).

como se organizam, é que gerenciam isso, que administram tudo. Então, nós não temos contratados para fazer o trabalho. Todos são assentados. (Entrevistado nº 3, COOPROSERP, 1997).

Embora este entrevistado afirme que a cooperativa não contrate, não assalarie, a própria situação do liberado acaba sendo de assalariado, pois ele recebe um número X de horas por ano, uma vez que seu trabalho não pode ser quantificado e controlado como o dos demais.

Além disso, em uma ocasião em que estávamos no assentamento, a cooperativa havia contratado trabalhadores sem terra de um acampamento vizinho para espalhar calcário na lavoura. Embora afirmem que, eventualmente, contratam “*para ajudar os companheiros*” do acampamento vizinho e que estes “*se ofereceram para ajudar,*” o assalariamento ocorre, devido à necessidade de força de trabalho. Em outubro de 1997, a cooperativa já havia aberto espaço para mais duas famílias se integrarem ao coletivo, perfazendo no total, então, 15 famílias. Segundo o presidente da COOPROSERP, ainda é possível incluir mais cinco famílias.

O assalariamento dilui a pretensa igualdade que pretendem construir. O salário é a forma monetária pela qual os trabalhadores são pagos pela venda de sua força de trabalho, e possui um caráter ilusório: “o que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela.” (Marx, 1988: 108). Portanto, o operário é pago apenas por parte do seu dia de trabalho, a parte que corresponde ao trabalho necessário. O restante do tempo de trabalho do operário cria um excedente, do qual o capitalista se apropria. Ao contratar pessoas de fora, a cooperativa está assalariando, o que significa que estão estabelecendo uma relação patrão X

empregado, apropriando-se de um excedente de trabalho e ferindo, portanto, princípios autogestionários de igualdade e não-exploração.

Neste último depoimento, o entrevistado afirma, também, que uma das características das CPAS, que as diferenciam das cooperativas capitalistas, é a propriedade coletiva dos meios de produção. No capitalismo, a propriedade dos meios de produção é do capitalista, ao passo que os trabalhadores possuem apenas sua força de trabalho. Ser proprietário dos meios de produção significa deter os meios de exploração do trabalhador, com vistas a apropriação de mais valia. Aqui percebe-se uma relação ambígua: os associados da cooperativa estão na condição de proprietários de seus próprios meios de produção, mas não deixam de ser trabalhadores. São eles próprios, com seus próprios meios, que dispõem de sua força de trabalho na cooperativa, embora, eventualmente, contratem força de trabalho.

No assentamento percebe-se uma certa coesão no grupo em relação à necessidade de superação de problemas relacionados com a inexperiência de administração:

O problema aqui foi de administração. Aqui foi um negócio feito meio lá de cima, e os companheiros pegaram isso e não quiseram modificar. E rolou, e nós tínhamos 31 famílias aqui, e hoje temos 14. (...) E saíram porque foi imposto, porque os companheiros que pegaram isto aqui, não quiseram abrir mão. E os companheiros que entravam achavam que não dava certo e saíram. Em vez de sentarem e discutir, não, não deu certo foram embora. Nós viemos em nove famílias de Nova Cantú e hoje só estou eu aqui. Saíram todos. E saiu gente que me trouxe para cá (...) Porque numa época nós estávamos em 30 famílias mas nós não pagávamos o leite, nós não pagávamos feijão, nós não pagávamos arroz, nós não pagávamos milho, nós não pagávamos carne, o que nós produzíamos (...) Aí resolveram fazer uma reestruturação, e decidiram que nós deveríamos pagar tudo, o que nós pegamos aqui, pagarmos. Então, nós estamos pagando duas vezes o que é nosso. Trabalhamos para fazer e depois pagamos para comer. E o salário também está sendo mínimo, porque nós ganhamos um salário micho e desconta tudo aquilo que nós pegamos daqui, o que vai sobrar para nós é zero. (Entrevistado nº 5, COOPROSERP, 1997).

Quando é perguntado sobre quem “empurrou,” responde: “*Foi por gente que tinha estudo, que estudava, na teoria*”. A falta de estudo para entender a lógica do funcionamento da cooperativa é ressaltada como um fator provocador de erros no passado. Saber administrar é fundamental:

Na teoria funciona, só que na prática não é fácil. Para nós, que somos agricultores, atrasados, que não temos estudo, não temos nada, e pegar uma coisa assim e fazer funcionar, é difícil. Até os companheiro que tinham um pouquinho mais de estudo não conseguiam administrar. E hoje nós temos o maior problema por causa disso. (Entrevistado nº 5, COOPROSERP, 1997).

No passado, os primeiros recursos do PROCERA foram mal utilizados. Disso, resultou uma dívida que até hoje esta sendo paga. Os associados são obrigados a investir, cada vez mais, em maquinário e diversificar a produção.

Mas em que pese suas divergências e críticas aos “estudados” e aos companheiros da cooperativa, reconhecem que na cooperativa não existem salários maiores e menores, mas:

Tem aquele que tem condições de trabalhar mais horas e que tem menos despesas, aí o salário é maior, mas não é que ele ganhe mais. Se eu trabalhei dez horas eu vou ganhar dez horas. O outro trabalhou vinte e ele é sozinho, ele trabalhou vinte horas e é dele. Trabalhou ganhou, não trabalhou, fazer o que. Porque a situação é mais dramática para aquele que tem família. Para aquele que é sozinho é uma maravilha. (Entrevistado nº 5, COOPROSERP, 1997).

Outro entrevistado, quando indagado se sentia-se dono ou empregado da cooperativa, responde:

Nós não somos empregados, mas a gente tem as coisas, mas tem e não manda, porque o que é seu é dele, é de todos os outros. Então, o que nós temos aqui é nosso, mas não é

meu. A gente tem as coisa mas tem que pagar por elas. A gente trabalha, ajuda, mas tudo o que a gente pega aqui dentro tem que pagar, é o leite, um porco, uma dúzia de ovos, tudo tem que pagar, tudo é descontado. (Entrevistado nº 4, COOPROSERP, 1997).

Além de não se sentirem donos, não se sentem responsáveis pelas dificuldades da cooperativa. Os erros passados que levaram a cooperativa à situação em que está hoje, são atribuídos aos “outros,” como se estivessem à margem do processo, como se a cooperativa fosse dos “outros”. Um outro entrevistado, mostra uma visão diferente quanto à mesma pergunta:

Eu me sinto dona, porque assim como a gente tem os deveres e obrigações, tem também os direitos. Então a gente pode discutir em qualquer lugar, em assembléia, em reunião de coordenação, ou até mesmo se for necessário convocar uma reunião de coordenação e dizer o que sente. Então eu me sinto dona. (Entrevistado nº 6, COOPROSERP, 1997).

E quando perguntado se o trabalho coletivo é melhor que o individual, responde que o coletivo oferece mais garantias, segurança e ajuda mútua em momentos de dificuldades:

É muito melhor, porque nós, antes de partirmos para a ocupação, ir para assentamentos, nós trabalhávamos em lote individual. Por que a pessoa no lote individual é sozinha, o que ela fez, fez, qualquer contratempo que aconteça, a família chega até a perder o mantimento, porque ela é sozinha, e assim não, porque se um não faz o outro faz, e então a pessoa não perde nada, o trabalho continua igual, porque é em mais gente. (Entrevistado nº 6, COOPROSERP, 1997).

Em que pese as divergências, acusações e tensões, todos mostraram-se orgulhosos da cooperativa: “*aqui veio gente até dos Estados Unidos,*” “*ninguém tem o patrimônio que nós temos*”. Um membro da Coordenação da COOPROSERP expressa seu orgulho da cooperativa, ressaltando que têm todas as condições para consolidá-la como alternativa econômica, bastando, para tanto, saber administrar:

Nós ocupamos uma área, temos uma estrutura e um capital, então é só saber administrar. Tem tudo para dar certo. E a estrutura que está montada aqui hoje é propriedade da cooperativa. Embora tenha umas coisinhas, o pessoal que vem de fora, mesmo daqui de perto, fica bobo. O grupo que está aqui (não dá para dizer 100%, porque tem os que questionam alguma coisa, mas concordam) está implementando outras atividades, então tem tudo para dar certo e nada para dar errado, principalmente se nós apostarmos na juventude. Eu acho que uma das coisas que tem funcionado, que nós até discutimos, é que tem que ter norma e alguém que fique em cima com cabeça para pensar e direcionar. (Entrevistado nº 7, COOPROSERP, 1997).

3. ORGANIZAÇÃO DA DIREÇÃO: “TODOS SÃO RESPONSÁVEIS”

A organização interna da COOPROSERP obedece uma direção com presidente, vice, 1ª e 2ª secretarias e 1ª e 2ª tesourarias, que serve, no entanto, apenas para cumprir as exigências legais. Internamente, a cooperativa trabalha com uma coordenação geral e coordenadores por atividade. Além disso, há uma pessoa liberada para o Movimento, que acumula tarefas de contabilidade e outras demandas burocráticas. O liberado não trabalha na lavoura ou em qualquer outro setor de produção da cooperativa. Paulilo (1997), em estudo sobre o assentamento de Putinga, em Matos Costa-SC, constatou que lá existem divergências e críticas ao liberado, justamente por ele não “pegar no pesado” e receber determinado número de horas numa atividade que não é aceita por todos. Nas entrevistas com integrantes da COOPROSERP não se constatou este tipo de problema. O liberado afirma que nunca teve atritos com os companheiros pelo cargo que ocupa:

Tenho o compromisso de fazer o controle e também desenvolvo atividade no movimento. Eu nunca tive esse problema, mas nem todos concordam, acham que esse trabalho que nós desenvolvemos para o movimento não seria necessário. Mas não são todos, e nem é sempre. A maioria têm o entendimento de que nós temos que contribuir com o movimento, mas fica o questionamento de quem contribui. Muitas vezes, e eu até dou razão para o pessoal, eu tenho o compromisso de fazer esse controle aqui [contabilidade da cooperativa], mas estou fazendo curso fora. Algumas vezes acabamos priorizando lá fora

e não aqui, e aí o pessoal cobra, porque precisam ter as informações de como está o processo, e não conseguimos dar resposta, porque tem um monte de coisa acumulada aqui. Então, eles cobram, acham que tem que ter uma outra pessoa para fazer esse trabalho do movimento; só que nem todos conseguiriam fazer um bom trabalho, porque acaba acumulando atividades e não se consegue desenvolver, fazer bem feito. (Entrevistado nº 3, COOPROSERP).

Quanto à coordenação, não se verifica muito entusiasmo por parte destes assentados em fazer parte dela, o que os levou a adotar um sistema de rodízio entre seus integrantes. Além disso, aceitam o impedimento da presença de mais de uma pessoa da família em sua composição, critério adotado visando democratizar e fazer com que todos participem:

É uma tarefa bastante complicada, porque nós não temos remuneração nenhuma, é apenas um compromisso maior. Nós nos expomos assumindo um cargo desses, ou seja, temos a obrigação de desenvolver a coisa, de fazer o trabalho, mas não tem nenhum benefício em ser da coordenação, porque se você não está fazendo a coisa bem feita, o pessoal reclama (...) E sempre nas avaliações e nos processos de eleição, quando discutimos a eleições, todo mundo é considerado candidato, só que ninguém se prontifica; então, outros tem que indicar e convencer a pessoa de que ela tem que ser, que ela pode contribuir; mas, de vontade própria, não tem, só se ela fica quieta, não fala, não expõe essa vontade. Por que se hoje a noite tem reunião, e eu não for da coordenação eu fico em casa bem tranquilo, senão, tem que estar aqui, esquentando a cabeça, resolvendo problema. E nessa nova eleição, nós adotamos um critério meio pesado, porque estava sobrando para poucas famílias assumirem: nós adotamos o critério que tem no Estatuto, de que não pode ter parente na coordenação. (Entrevistado nº 3, COOPROSERP, 1997).

A coordenação não é algo “separado” dos demais integrantes, e nem constitui-se um poder acima de tudo e de todos. Há divergências, mas em nenhum momento dizem que só a coordenação resolve, que só ela decide. Embora existam reações contrárias a algumas decisões da coordenação (que são tomadas com o consentimento da maioria dos associados), pode-se constatar que ela não é uma instância superior aos associados. Todos são responsáveis pela cooperativa.

4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO: “O QUE VAI DAR LUCRO É A PRODUÇÃO”

A organização da produção na COOPROSERP é feita mediante a coordenação por atividades. Cada atividade de produção (lavoura, suínos, leite, malharia, erva-mate, peixe e pomar) tem um coordenador, que tem a tarefa de fazer o controle das horas de trabalho e da produtividade. Segundo um entrevistado, todos são “controladores” dos outros:

Tem um controlador, que é chamado de coordenador, mas é controlador, então qualquer um de nós pode ser fiscal do outro. Eu estou controlando se a minha amiga ou meu amigo não rendeu o serviço dele, se ficou só conversando e atrapalhando os outros, então na verdade ele não valeu 100%, então tem que ser cortada uma parte das horas dele. No controlar, no somar as horas, o controlador mesmo já pode cortar. (Entrevistado nº 2, COOPROSERP).

Embora a entonação da palavra “controlador” transpareça uma relação de autoridade, no dia a dia da cooperativa isto é tratado com certa naturalidade. Esta questão não parece incomodar os associados, que parecem aplicar o princípio de “controlar o trabalho sem confundir isso com controle do próximo”.

Outro aspecto relevante para os associados é a noção de produção:

Nós falamos que nós ganhamos por horas trabalhadas, mas na verdade não é a hora que vai dar lucro, o que vai dar lucro é a produção. Porque não adianta você ir no serviço só marcar hora e não fazer nada, então o que vai dar lucro é a produção. (Entrevistado nº 6, COOPROSERP).

Considerando que na COOPROSERP há processo de produção e que, então, há trabalho excedente, uma vez que é na produção que se produz a mais valia, não podemos, no entanto, afirmar que seus trabalhadores, muito embora produzam mais-valia, ficam com

ela³². Na verdade, os trabalhadores da COOPROSERP encontram-se numa situação ambígua: não são capitalistas, mas também não são assalariados. Encontram-se num processo de transição, tentam ser uma coisa sem deixar de ser outra. Afirmam-se como “capitalistas,” no sentido de viabilizar economicamente a cooperativa, mas são trabalhadores.

5. O CONTEÚDO DO TRABALHO: “É O TRABALHO QUE GERA RIQUEZA”

O caráter de instrumento de luta das CPAs e sua forma autogestionada, remete à questão da nova relação com o trabalho:

Mesmo num país socialista, o trabalho é para todo mundo, então tem que trabalhar, e até para se moralizar perante a sociedade. Como nós estamos num país capitalista ainda, então nós temos que explorar o mercado, não adianta, por que você não pode dar a tua produção, porque se fosse num país socialista o governo ia te dar incentivo (...) Agora, mesmo que esteja num país capitalista toda pessoa tem que trabalhar, porque é o trabalho que gera riqueza. A renda aqui é dividida para quem trabalha, vai ser dividida para quem trabalha, que é diferente de uma empresa capitalista, porque ela divide a renda só para um. (Entrevistado nº 7, COOPROSERP).

Esta formulação advém de uma concepção de socialismo como uma sociedade em que todos trabalham. Para Kurz (1993) esta noção é conservadora, uma vez que a noção de trabalho é própria do capitalismo. Se é o trabalho que produz mais valia - e isto é uma relação capitalista - por que no socialismo todos tem que trabalhar? Para o autor, esta idéia fez do socialismo “um simples prolongamento do princípio capitalista, que não se propôs à

³²A apropriação de mais valia pelo capitalista é um modo particular de apropriação do trabalho excedente. A parte restante da parcela que lhe cabe da mais-valia aparece para o capitalista como lucro. Esse lucro, por sua vez, é pago, em parte, a outros, ao trabalho improdutivo, à tarefa de supervisionar a produção e comercializar a mercadoria. O que resta deste processo para o capitalista, é o lucro. (Marx, 1983).

supressão deste (...).” (Kurz, 1993: 24). O trabalho enquanto gerador de riqueza é expresso por vários assentados, que afirmam terem aprendido isto num curso:

É um curso, vamos dizer assim, de socialismo, como trabalhar em conjunto. Tinha a teoria e a prática; meio dia de teoria e meio dia de prática. Nesse curso o pessoal pegou valendo mesmo, o pessoal participou, e viu que é trabalhando, que é o trabalho que gera riqueza, então aquilo foi um avanço muito grande para o pessoal. (Entrevistado nº 6, COOPROSERP).

Esta idéia também é expressa em documento da CONCRAB/MST (1996), que define que o trabalho “é um valor fundamental a ser recuperado,” pois “não existe outra forma de se construir riquezas que não seja pelo trabalho.” (CONCRAB/MST, 1996: 56). O que garante o sucesso econômico é o trabalho, não a estrutura cooperativada:

Não é só a cooperativa, como aqui. Depende do trabalho do associado, porque é o trabalho do associado que vai dar a renda que nós temos. Nós temos que ter essa convicção. (...) A cooperativa é igual a uma empresa: tem que trabalhar! (...) Porque se você nota, se você só ir lá, preparar a terra e não plantar, você não vai ter retorno nenhum; se você ir lá, preparar, plantar e não limpar, também vai morrer no meio do mato e não vai te dar retorno nenhum; e se você ir só ajudar a colher, alguém fez para você ajudar a colher. Nenhuma empresa tem funcionário que só trabalha dez dia por mês e recebe trinta. E aqui dentro é a mesma coisa. Se tiver algum companheiro aqui que fez cinco mil horas durante o ano e o outro fez três mil horas e ganhou as três mil horas, então quer dizer que ele se aproveitou do trabalho de quem fez cinco mil. (Entrevistado nº 7, COOPROSERP, 1997).

A noção de que o trabalho é gerador de riqueza, que os trabalhadores são os responsáveis pela produção de mais valia (que é apropriada pelo capitalista), leva-os à compreensão de que eles são os produtores de riqueza. Com esta orientação o MST procura inverter o pensamento a que estão acostumados estes trabalhadores, que, a partir de uma subjetividade pautada no trabalho artesanal, entendem que o importante é trabalhar x horas por dia, não importando a produtividade. Esta inversão, na prática, opera-se na forma da

distribuição das sobras, que são quantificadas a partir das horas de trabalho + produtividade. A partir desta compreensão, há uma vigilância entre eles, no sentido de cuidar para que o companheiro apenas cumpra determinadas horas de trabalho diária sem se preocupar com a produtividade. A insistência na idéia de que o trabalho é gerador de riqueza relaciona-se a uma noção de não-exploração do próximo: o que dá “lucro” é a produção, e não as horas trabalhadas.

6. VISÃO DE SOCIALISMO: “SOCIALISMO É A COOPERATIVA”

A cooperativa é identificada com o imaginário da sociedade socialista:

Socialismo para mim é a cooperativa, onde todo mundo trabalha junto, tem bem estar para todos, um governo mais voltado para nossas dificuldades, para sociedade brasileira, porque o Fernando (Henrique) não está nem um pouco preocupado com a crise que está aí; que existisse divisão de terra, que todo mundo pudesse trabalhar e viver da terra, porque hoje só tem lei, mas na verdade não funciona. (Entrevistado nº 1, COOPROSERP).

O socialismo é identificado com a vida coletiva:

Socialismo para mim é o trabalho coletivo, é viver junto, é ter as coisas em comum. Hoje, nem todas as coisas são comuns, como eu falava antes, tem os rabinhos individuais, mas eu espero que um dia a gente tenha tudo em comum. Cada um é livre, vai e pega a quantia que quer, a qualidade que quer e conforme quer, e todos são donos e todos mandam. Então eu espero assim, viver e trabalhar junto e ter uma união, uma amizade ótima com o pessoal. (Entrevistado nº 6, COOPROSERP).

Para esse entrevistado o ideal de cooperativa e de sociedade passa pela associação da idéia de coletivo com a de liberdade. Projeta uma coletivização total, mas com a liberdade de ir, vir, fazer o que quiser, pegar o produto que quiser, conforme quiser. Esta

noção advém do pensamento liberal, que prega que todos são livres para fazer o que quiserem, mas não explicitando os meios que cada qual tem para realizá-los, criando, assim, uma falsa igualdade pois, no capitalismo, a liberdade é ditada pela posse de capital e de propriedade.

A idéia de que socialismo é a vida coletiva, e vice-versa, está presente no cotidiano dos associados. Ao expressar sua visão de socialismo, expressam também seu ideal de vida coletiva: trabalhar juntos, poder viver da terra, ter liberdade para consumir o que produziram, ter todas as coisas em comum. Uma sociedade em que a fraternidade e a solidariedade estejam acima do capital:

O socialismo é um processo, é um projeto. (...) Falar em socialismo para mim, é falar de uma questão mais social, ou seja, onde o ser humano esteja acima de tudo, acima do capital. E hoje nós vemos que o ser humano está subordinado ao capital. (Entrevistado nº 2, COOPROSERP).

7. A COOPERATIVA: “NO COLETIVO A GENTE TEM MAIS FORÇA”

As CPAs são entendidas pelo MST como uma forma superior de organização da produção pois, teoricamente, ela é a única forma de cooperação agrícola que promove a ruptura com as bases dos sistemas familiares de produção, tornando coletivo não apenas o capital, mas também a terra e o trabalho (BERGAMASCO & NORDER, 1996: 4). Da ótica dos assentados, a cooperativa possui um aspecto imediato e outro de longo prazo, que confluem e fazem da CPA uma ferramenta de luta. A princípio, o objetivo da cooperativa parece ser apenas de aumentar a produção:

Para aumentar a produção, para conseguir recursos, porque o individual aqui não se viabiliza, porque a terra é ácida; até agora nós estamos fazendo reposição de calcário, tentando corrigi-la; se fosse individual nós não conseguiríamos fazer isso; e no coletivo a gente tem mais força para tentar produzir; e tem maquinário, estrutura para trabalhar a terra; e no individual, sozinho, não conseguiria resolver e assim, em bastante gente, fica mais fácil. (Entrevistado nº 1, COOPROSERP).

O pensamento colocado acima situa-se na proposta do SCA, de difundir a cooperação entre os assentados para resistir aos impactos das políticas governamentais no campo. Além disso, percebe-se que a cooperativa não é entendida somente como um meio de agilizar a produção, mas possui, também, um projeto político:

Nós estamos numa sociedade injusta, onde é o capital que domina, é o capitalismo, que predomina na nossa sociedade. Então, quem quer se organizar, quer adquirir consciência que essa sociedade não é inescapável, se organizou, foi para um assentamento, e hoje está no individual ou está na cooperativa. A cooperativa o que é, o que me inspira estar dentro da cooperativa: é um grupo de famílias que adquiriu mais consciência, e que vai lutar pela transformação (...). (Entrevistado nº 7, COOPROSERP).

A cooperativa é entendida como um processo em movimento e faz parte de uma luta maior. Seus integrantes sabem que as dificuldades atuais da cooperativa derivam em grande parte da falta de uma política agrícola. A isso soma-se o próprio perfil da cooperativa que, por si só, abarca uma gama de dificuldades, como vimos anteriormente. Há uma luta para fazer com que a cooperativa se estabeleça enquanto meio de sobrevivência dos assentados; mas há, por outro lado, o entendimento de que isso é impossível se não houver uma política para a agricultura por parte do governo federal, como também, uma mudança “radical”:

Se você analisar pela luta, a CPA é uma das experiências que num país socialista teria o maior incentivo. Agora, a transformação da sociedade vai depender de cada um de nós e não só dos sem terra, vai depender dos operários, de cada classe, de cada categoria dos trabalhadores, e, principalmente, nós temos que apostar na Universidade, nesses companheiros. Alguma coisa vai ter que ser radical para chegar a transformar, porque o

capitalismo não vai entregar de graça para os trabalhadores. E eu acredito que a CPA vai ajudar nesta construção, embora a luta seja mais massiva do que a CPA. Porque se nós vemos a nível dos assentamentos no Paraná, as CPAs são um número bem pequenino ainda. (Entrevistado nº 7, COOPROSERP).

Este depoimento é bastante elucidativo e oferece muitos elementos de análise: “adquirir consciência no trabalho,” “a transformação da sociedade vai depender de cada um de nós e não só dos sem terra,” “alguma coisa vai ter que ser radical para chegar a transformar,” “o capitalismo não vai entregar de graça para os trabalhadores,” “a luta é mais massiva do que a CPA,” “as CPAs são um número bem pequenino ainda”. Com roupas surradas, sujas de terra, mãos calejadas, um verdadeiro “sem terra,” revela uma clareza particular do movimento da sociedade. Sua fala é bem articulada, e o que diz não é mero fragmento de um texto decorado. De todos os entrevistados, foi o que mais nos impressionou, por seu discurso articulado, por sua posição fundamentada em relação ao futuro da cooperativa.

Quando ele diz que a consciência deve ser adquirida no trabalho, supõe que o próprio conteúdo do trabalho deve ser reformulado. Compreende que a transformação que desejam não depende somente deles, dos “sem terras” e assentados, mas de toda a sociedade, e que a luta é muito maior que aquela para viabilizar as CPAs. Assim, a sobrevivência das CPAs enquanto organizações autogestionadas - não como uma empresa capitalista - depende de transformações profundas na sociedade. Esta perspectiva é reforçada por outro associado:

Tem coisas que acontecem e que nós não conseguimos prever. Em relação à cooperativa eu acho que nós estamos melhorando e as perspectivas são de melhora. Mas essa melhora nós só vamos conseguir se tiver mudança na política agrícola. Se nós formos seguir essa lógica que o governo tem, nossa avaliação é que nós vamos se acabar. (Entrevistado nº 7, COOPROSERP).

Assim, a cooperativa é vista por seus integrantes como uma experiência que deve ser relacionada a um contexto maior, de possíveis transformações. Isto provoca algumas desilusões, pois relaciona a cooperativa a um projeto para o futuro:

Eu acho que a cooperativa tem futuro. Tem bastante. Só que não para nós. É para os nossos filhos, para os netos. Porque nós estamos lascados e não vamos nos equilibrar mais. Podemos deixar equilibrado para eles [os filhos]. Porque a gente trabalha mas não tem direito. (Entrevistado nº 5, COOPROSERP).

Embora o entendimento da maioria é ainda que o futuro da cooperativa depende de algumas mudanças estruturais, todos a vêem como promissora.

8. CONSCIÊNCIA SOCIAL: “SE EU ESTIVESSE NO MEU CANTINHO INDIVIDUAL EU NÃO SABIA NADA”

Os entrevistados reconhecem que adquiriram mais consciência a partir de seu engajamento no MST. Quando pergunto a um integrante da COOPROSERP se hoje está mais consciente, responde: “*Ih, mas não tem nem comparação!*”. E quando perguntado a que atribuir isso, se à própria luta, à experiência na cooperativa, responde:

À própria luta no MST, não só porque é nessa cooperativa, mas se fosse em outro assentamento, de repente eu tinha também um bom tanto de informação. Mas a cooperativa puxa muito, porque além de a gente ter um grande conhecimento, do que é hoje a reforma agrária, a gente conhece muita gente, muitos novos amigos e amigas, colegas que vem de longe, porque aqui é um lugar que vem muita gente, até dos Estados Unidos, então a gente pega muito conhecimento e que parece que fica na gente, para a gente representa um sonho, entende? Parece um sonho, parece que aquilo é mentira. Às vezes eu fico imaginando, puxa, se eu estivesse no meu cantinho individual, eu não sabia nada, eu não conhecia nada. (Entrevistado nº 6, COOPROSERP, 1997).

A consciência é relacionada à informação e à formação, adquiridas no intercâmbio com outras pessoas, seja do movimento ou externas a ele. O MST não tem ido até o assentamento com o fim de realizar cursos ou outros espaços de formação. Geralmente, é o liberado que vai até esses cursos, que são voltados para questões administrativas e técnicas, relativas à exploração agrícola. Nas grandes manifestações e demais eventos políticos de massa do movimento, sempre são eleitos representantes do assentamento mas, fora disso, no interior da cooperativa, não existem cursos, técnicos ou de formação política.

Na COOPROSERP a “mística,” - um conjunto de atividades culturais tendo por objetivo consolidar laços pessoais entre os assentados (e acampados) e reforçar, subjetivamente, seu empenho na luta pela reforma agrária e por transformações sociais - é quase ausente. As pessoas só se reúnem em festas como Natal, Páscoa, Dia das Crianças, quando fazem um festejo comum e se reúnem para almoçar ou jantar e presentear as crianças. Além disso, as missas são realizadas, em média, de três em três meses e, segundo um entrevistado, “*não são todos que vão*”.

Parte deste fato relaciona-se a problemas ocorridos no passado, quando algumas festividades acabaram com excesso de bebida alcoólica e desentendimentos entre alguns. Em parte, também, parece ser em razão de um trabalho intenso, pois muitos afirmam que não se reúnem porque estão sempre cansados, e, nos domingos, preferem ficar em casa.

Essa situação, no entanto, não faz com que os assentados esqueçam os tempos de acampamento, os laços produzidos desde então, e nem que ainda existem muitos sem terras que dependem do apoio logístico dos que já estão assentados. Algumas manifestações simbólicas de luta estão sempre presentes no cotidiano desses trabalhadores, como o boné e a bandeira do Movimento. A maioria das casas na COOPROSERP, tem uma bandeira do MST, pendurada na parede ou estendida numa mesa, sempre em lugar estratégico, à vista

dos visitantes. É uma praxe destes assentados, sempre que vão à cidade, ao centro do município de Pitanga ou de Boaventura de São Roque, usarem o boné do MST. Poucos saem da cooperativa sem ele, pois, segundo eles, é uma forma “*de fazer propaganda*” e se identificar perante à comunidade.

A principal atividade de lazer dos trabalhadores da COOPROSERP, tem sido o futebol, tanto para os homens como para as mulheres. São organizados campeonatos que agregam times da região, que vão desafiar o time da cooperativa em seu próprio campo.

A música é outro elemento muito presente na vida dos assentados da COOPROSERP. Recentemente, o MST/Pr editou uma fita-cassete com dois cantores assentados no município de Querência do Norte, Danilo e Daniel. Suas músicas são tocadas na rádio local de Pitanga, nos programas matinais. As letras falam do horror da miséria, da luta incessante, das noites mal dormidas nos acampamentos, enfim, de todas suas dificuldades na luta pela terra; fala também de sua sociedade, de socialismo, de revolução, do dia em que os trabalhadores vencerão a burguesia, em que os latifundiários terão o que merecem. Uma música de Danilo, chamada “7 de abril,” conta algumas passagens da luta do MST no Estado Paraná e no Brasil:

*· Dia 26 de março deu grande acontecimento
na PR 58 surgiu dois acampamentos
Homem, mulher e criança acompanhavam o movimento
Prá fazer reforma agrária, dar emprego prá esse povo e acabar com o sofrimento
Companheirada, a nossa luta não pára,
Vamos junto com justiça, queremos reforma agrária.
17 de abril, me lembro daquele dia
Ocupamos a Giacometti com mais de 3 mil famílias
Começou no Rio Bonito e terminamos em Brasília
Negociar nossos direitos prá impor nosso respeito*

e acabar com a burguesia
Companheirada, a nossa luta não pára ...
17 de abril na história ficou marcado o massacre no Pará
é nosso sangue derramado
A polícia militar matou nossos companheiros
Com o imposto desta terra, quem treinou prá fazer guerra
mata o próprio brasileiro
Pára Brasil, pensa Brasil
Até parece mentira que na pátria brasileira
o que manda é a carabina e o fuzil
Pára Brasil

Uma outra música, de Zé Pinto, cantador sem terra mineiro, chamada “Assim já ninguém chora mais,” e cantada por Danilo e Daniel, explicita a guerra dos sem terras com os latifundiários:

Sabemos que o capitalista diz não ser preciso ter reforma agrária
Seu projeto traz miséria a milhões de sem terra jogados na estrada
O medo de ir prá cidade e enfrentar favela, fome e desemprego
Safda nesta situação é segurar as mãos de outros companheiros
E assim já ninguém chora mais, ninguém tira o pão de ninguém
No chão onde pisava o boi, é feijão e arroz, capim já não convém
Compadre junte ao movimento, convide a comadre e a criança
porque a terra só pertence a quem traz nas mãos os calos da enxada
Se somos contra o latifúndio, da mãe natureza somos aliados
E viva a vitória do chão sem a concentração dos latifundiários
E assim já ninguém chora mais...
Seguimos ocupando terra, derrubando cerca e conquistando chão
Que chore o latifundiário prá sorrir os filhos de quem colhe o pão
E a luta por reforma agrária a gente até pára se tiver em fim
Coragem, a burguesia agrária vai ensinar seus filhos a comer capim
E assim já ninguém chora mais...

9. GÊNERO: “AQUI A MULHER É IGUAL AO HOMEM”

A mulher, na cooperativa, acumula tarefas, preparando as refeições, cuidando dos filhos, e trabalhando nas atividades produtivas:

Na cooperativa a mulher trabalha igual ao homem e ainda faz o trabalho de casa. Normalmente, eu acordo às 6 horas, às vezes antes, preparo o almoço, vou para o trabalho e aí volto para almoçar. (Entrevistada, nº 1, COOPROSERP).

Todos os entrevistados, mulheres e homens, afirmaram existir um tratamento igual em relação à mulher: “os homens ajudam em casa igual às mulheres”. Mas quando se trata de assumir cargos na Coordenação, as próprias mulheres dão preferência aos homens:

O que as mulheres aqui se desviam muito é de assumir compromisso, como na Coordenação. Não é fácil para por uma mulher, por que as mulheres já se acham mais ocupadas, e são mais simples, sem experiência, por que quase não saem, e outras porque tem os filhos pequenos, acham difícil. Então é toda aquela coisa e em quase tudo que é política: vamos pôr os homens porque para eles é mais fácil, eles podem sair o mês inteiro, que em casa não fazem falta. É essa a contradição. (Entrevistada nº 6, COOPROSERP).

No quadro de sócios, existem 11 mulheres, contra 16 homens, fato explicado por um entrevistado: “tem mais homens que mulheres, e a maioria dos homens são solteiros,” embora existam duas mulheres solteiras, em idade para se associar. Nota-se, na COOPROSERP, uma divisão sexual do trabalho. A malharia e a creche, por exemplo, são compostas somente por mulheres. São vistas como atividades reservadas à elas. Mas quando há necessidade de força de trabalho em uma outra atividade, em alguns casos elas deixam sua ocupação para se juntar aos homens. O caso da malharia é ilustrativo. Como é uma atividade ainda insipiente para o conjunto de produção da cooperativa, as mulheres da

malharia sempre são requisitadas para ajudar em alguma outra atividade, como a colheita de grãos:

A malharia ficou parada por um tempo, porque nós não estávamos fazendo roupas como era para ser e também devido ao apuro de serviço. Apurou o serviço na colheita de milho e aí nós paramos a equipe da malharia para ajudar a colher os mantimentos. Agora nós queremos recomeçar. (Entrevistada nº 2, COOPROSERP).

E mesmo quando não são requisitadas para ajudar em alguma outra atividade e a malharia não esteja funcionando, as mulheres (como ninguém) não podem ficar paradas. Se não estão trabalhando na malharia, sua obrigação é ajudar em alguma outra atividade, tirando leite das vacas, tratando dos suínos:

Eu tenho minha atividade, que é na malharia, só que agora nós paramos um pouco, por causa do apuro nas atividades. Só que enquanto eu não estou na lavoura ou na malharia, eu estou trabalhando nos serviços gerais, qualquer atividade que apareça. (Entrevistada nº 1, COOPROSERP).

Em relação ao cotidiano familiar, as mulheres detém o papel principal, preparando as refeições, cuidando dos filhos, limpando a casa. Em nossas visitas às casas dos assentados, notamos que os homens, de fato, procuram ajudar, dando banho nas crianças ou ajudando a descascar batatas para o jantar. Mas não assumem inteiramente as tarefas do lar. Quanto às atividades produtivas, as mulheres se desdobram, assumindo, quando requisitadas, tarefas normalmente executadas pelos homens, sem deixar sua própria ocupação. Na Coordenação não há qualquer tipo de discriminação. As mulheres, apesar dos afazeres domésticos, participam ativamente de todas as assembléias e reuniões da cooperativa, e ainda têm uma representante no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST, nos anos 90, expressa a resistência a um modelo de sociedade, que se manifesta desde seu vocabulário que inclui palavras, como por exemplo, “exploradores e explorados,” “burguesia,” “classe trabalhadora,” “revolução,” “socialismo.” Mas há quem diga que o MST emprega táticas radicais para objetivos não radicais.

A ação do MST, que se dirige à reforma agrária, tem, por um lado, um perfil conservador, à medida em que a posse da terra não se contradiz com as formas de apropriação capitalista, pelo contrário, reforça-a. Por outro, esta ação relaciona-se a um projeto que não está voltado à afirmação das relações capitalistas, pois pretende instituir a organização coletiva da terra conquistada, e não somente sua repartição individual. Nesse sentido, este projeto está em desacordo com a ordem vigente, na teoria e na prática. Na teoria porque se insurge contra o direito básico de apropriação da sociedade mercantil. Na prática, porque evidencia a obsolescência da atual forma social de vida. (Aued, 1997: 2). Mesmo tendo sua forma de vida e sobrevivência desintegrada, estes trabalhadores não só resistem, tentando conservar seu espaço, como tentam transformar suas relações.

Este projeto não é exatamente novo. Os trabalhadores rurais sem terra, que é como eles próprios se denominam, se inscrevem numa história, a do movimento dos trabalhadores em busca de sua autonomia, presentes no imaginário social e vivenciado em experiências como a Comuna de Paris, os Conselhos Operários na Europa. O projeto do MST só se constitui em novidade à medida em que sintetiza, neste momento histórico, a contra hegemonia, envolvendo setores populares numa organização nacional.

Na busca de realização deste projeto, apresenta-se a experiência das CPAs. Permeada de contradições, vive numa luta incessante para fazer valer um modo diferente de organizar a vida em geral e rechaçar formas de organização, relações sociais, relações de produção e hábitos de uma sociedade de classes. Os assentados deparam-se diariamente com a cultura do consumo, do individualismo, do “deixa para lá,” da idéia de que “as coisas são assim mesmo,” de “levar vantagem em tudo,” mas insistem que é preciso reinventar uma forma de pensar e se relacionar com o trabalho e com a sociedade e apontar uma nova utopia.

Os limites das CPAs enquanto organizações autogestionadas estão colocadas pelos principais estudiosos da autogestão. Dos autores consultados, todos afirmam que a autogestão só é possível num contexto revolucionário generalizado e numa economia planificada, e que, fora disso, qualquer experiência isolada tende a desaparecer, pois são engolidas pelo sistema, são cercadas pelas leis do mercado e não sobrevivem. Assim, portanto, a autogestão refere-se aos fundamentos de uma sociedade socialista, sendo impensável no capitalismo. De fato, por si só, sem o ideário do MST, as CPAs configuram-se como empresas capitalistas. Suas possibilidades, enquanto organizações autogestionadas, dependem da presença e do lastro do Movimento, pois, isoladas, talvez não conseguissem se viabilizar. A CPA não existe nela mesma, mas no interior do, e na relação com o Movimento, que faz com que seu caráter de instrumento de luta se sobreponha à objetivos meramente econômicos.

Nessa construção, na experiência da COOPROSERP, verifica-se muitos descompassos. Nota-se a persistência e reprodução de relações sociais típicas de uma sociedade de classe, como a busca pelo lucro e o enriquecimento. Mas seu cotidiano evidencia, também, a construção de uma outra subjetividade, através da construção de uma

materialidade que procura criar outra forma de relacionamento a que estavam acostumados estes assentados. Isto se evidencia, por exemplo, na negação da relação patrão X empregado, mediante a idéia de distribuição de sobras, e não de salário; na idéia de que é o trabalho que gera riqueza, produzida pelos trabalhadores e não pelos que detém os meios de produção; na horizontalidade na tomada de decisões.

Desde sua origem, a COOPROSERP convive com muitos problemas: saída de famílias, dificuldade de adaptação ao trabalho coletivo, de gerenciamento, de organização. A saída para esses problemas das CPAs não está nela, mas fora. O problema não é de administração, de falta de força de trabalho ou do abandono. Se inscreve num modelo econômico, ao qual o projeto de coletivização é completamente conflitivo.

Apesar destas tensões, a COOPROSERP tem conseguido se viabilizar do ponto de vista econômico, sem deixar de manter alguns princípios da vida coletiva. A viabilidade econômica manifesta-se no patrimônio da cooperativa, que é significativo; nos números de sua produção, nas diversas atividades; no fato destes assentados possuírem boa alimentação, saúde, trabalho, casa. No limite, se não estivessem assentados, provavelmente estariam numa das tantas favelas nas periferias das grandes cidades, fazendo parte das estatísticas dos desempregados e das pessoas que passam fome no país. (Quadro 8).

Quanto aos princípios da vida coletiva, estes mantêm-se mais por um passado comum de lutas e por alguns espaços de formação produzidos pela estrutura organizativa e pela estratégia política do Movimento, do que por uma ação concreta deste, que não tem investido diretamente na formação política destes trabalhadores, no seu sentido tradicional. A composição da direção, por exemplo, a qual reúne membros de assentamentos, faz com que estes participem das discussões sobre quem deve ir aos encontros regionais e por que devem ir, além da escolha da própria coordenação do assentamento. Outro fato que mantêm

e reforça a relação do Movimento com a cooperativa, é o apoio logístico aos novos acampamentos, mediante repasse de recursos, de acordo com a produção. Os assentados além de não questionar sua validade, são consciêntes de sua importância. Outro aspecto refere-se à estratégia política do Movimento: nas manifestações de massa, com os objetivos mais variados (por exemplo, de pressionar o governo federal por linhas de crédito, ou pela soltura de presos políticos do Movimento), os assentamentos devem estar presentes, através de representantes, o que leva os assentados a discutirem sobre estes problemas.

Esse conjunto de ações e aspectos mantém acesa a chama da utopia de uma nova sociedade, não deixando que o aspecto da sobrevivência se sobreponha aos objetivos de longo prazo do Movimento.

Experiências de autogestão no capitalismo abarcam, necessariamente, uma contradição, que expressa uma luta entre o velho e o novo, entre velhas e novas relações sociais. Assim, pensamos as CPAs como uma cooperativa autogestionada, que, inserida no capitalismo, constitui-se num meio de luta e que, como tal, gesta uma subjetividade rumo a novas relações sociais. Este tipo de experiência é conflitiva em relação ao modo de produção dominante e a capacidade deste em oprimi-la é muito grande, pois ela está em oposição não só em relação à categorias objetivas da própria reprodução das relações de produção, mas também em relação a valores, que com o atual desenvolvimento do modo de produção capitalista, são tecidos em escala global. Este contexto, de neoliberalismo e globalização, ao mesmo tempo em que impõe inúmeras barreiras, também amplia a importância da experiência das CPAs, pois elas expressam uma recusa à idéia de “fim da história,” da inevitabilidade do avanço do capitalismo. Pelo contrário, apontam uma alternativa e, mesmo nos seus limites, propicia um exercício crítico que leva à conclusão de que é possível não naturalizar a história.

QUADRO 8 - PESSOAS QUE PASSAM FOME NO BRASIL

ESTADO	Nº total de pessoas que passam fome	Nº de famílias rurais que passam fome	% de miseráveis rurais sobre o total da população rural
REGIÃO NORTE	685.204	-	-
Rondônia	74.052	-	-
Acre	43.134	-	-
Amazonas	122.411	-	-
Roraima	2.849	-	-
Pará	429.871	-	-
Amapá	12.887	-	-
NORDESTE	7.288.528	2.404.809	55
Maranhão	2.304.066	392.012	52
Piauí	1.515.266	223.615	75
Ceará	3.034.518	409.283	66
Rio Grande do Norte	977.175	110.970	59
Paraíba	1.527.826	194.367	72
Pernambuco	2.325.719	251.582	48
Alagoas	833.077	113.247	41
Sergipe	439.617	69.375	38
Bahia	4.331.264	640.357	50
SUDESTE	7.982.453	760.493	39
Rio de Janeiro	1.703.824	91.228	27
Minas Gerais	3.471.824	413.549	37
Espírito Santo	678.556	101.383	47
São Paulo	2.128.239	154.333	14
SUL	4.082.314	674.467	32
Paraná	1.883.043	296.701	23
Santa Catarina	664.375	120.065	32
Rio Grande do Sul	1.534.895	257.701	-
CENTRO OESTE	1.640.597	214.479	28
Mato Grosso do Sul	310.858	33.260	25
Mato Grosso	273.465	45.662	22
Goiás	930.806	135.557	31
Distrito Federal	125.468	-	-
BRASIL	31.679.095	4.054.247	42

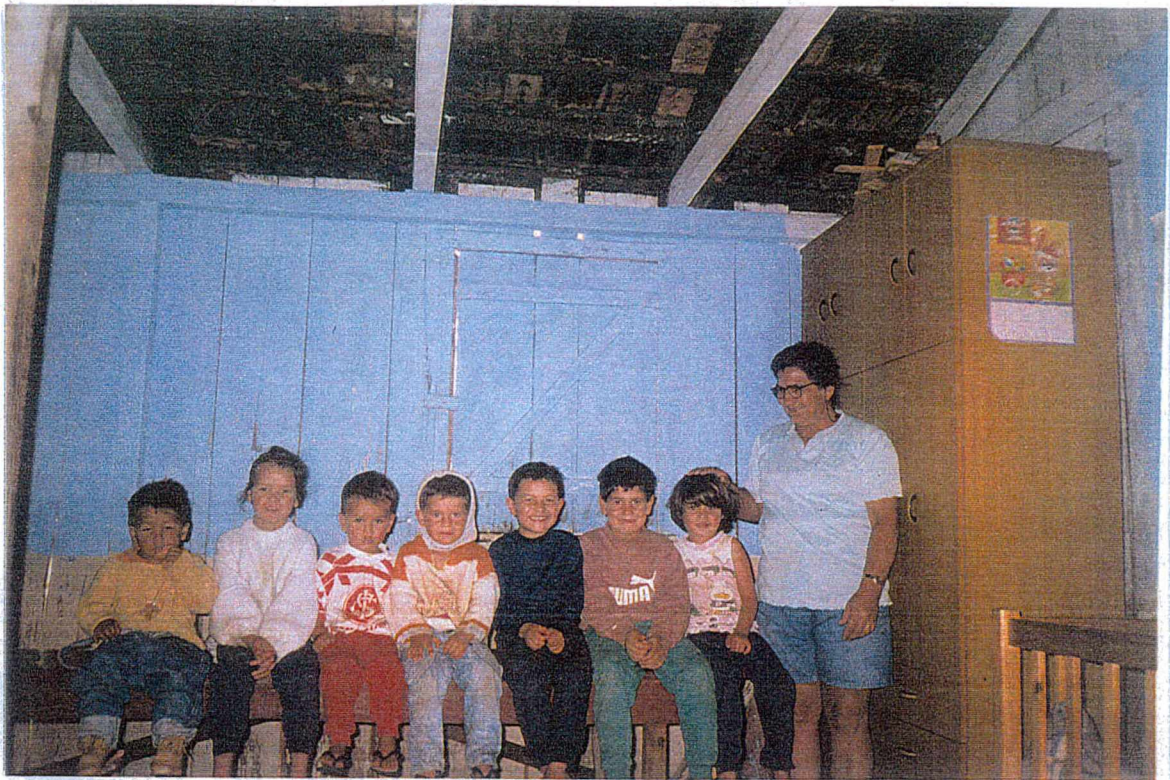
Fonte: IPEA - Ministério do Planejamento



Marta, Secretária Geral da COOPROSERP, em frente à placa de entrada



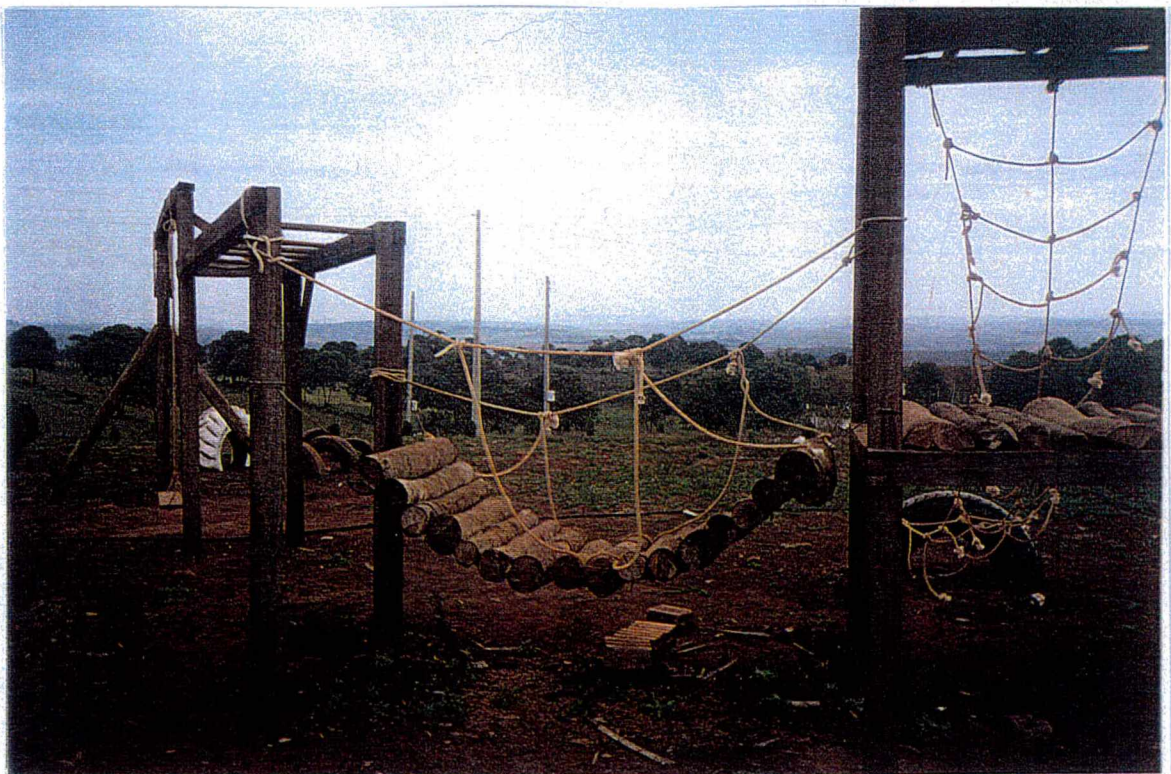
Vista parcial da agrovila



Dona Rosalina e as crianças na creche: forma de liberar força de trabalho feminina e espaço onde as crianças aprendem a sociabilizar



Na construção do saber, a escola, que atende às crianças da COOPROSERP e da ASTROAGRI, é instrumento fundamental para seu desenvolvimento. Ao fundo, a bandeira do MST.



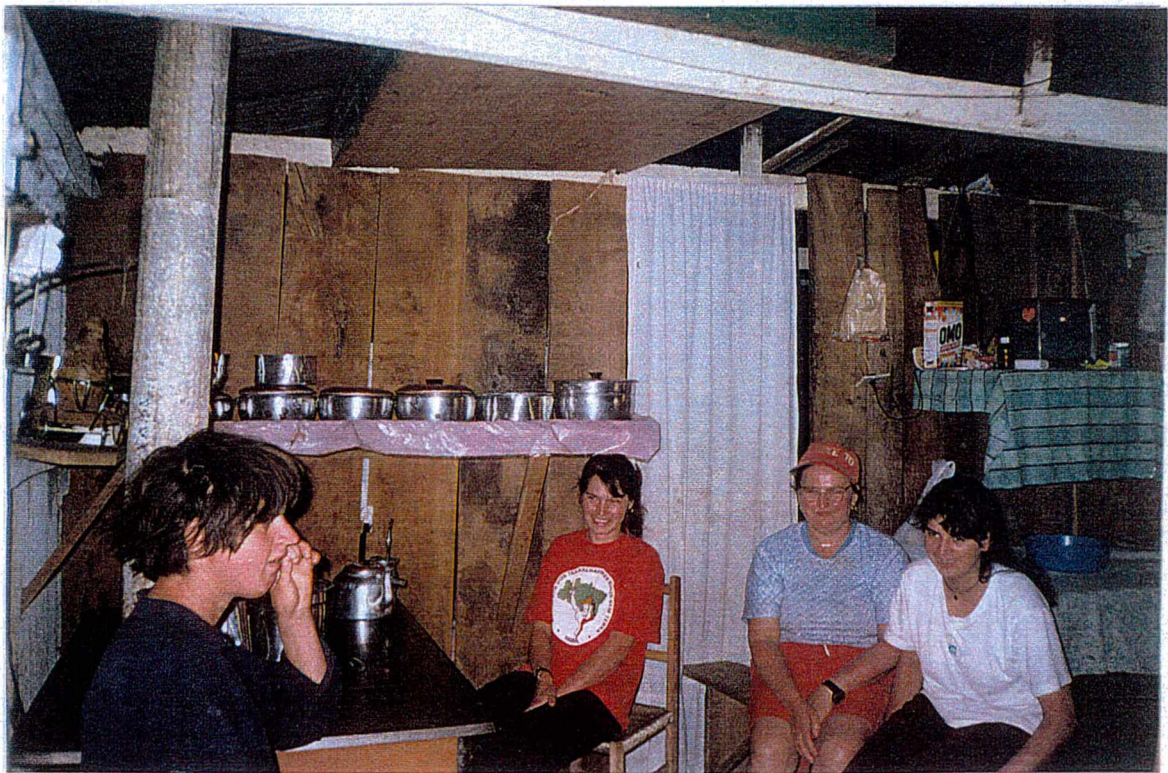
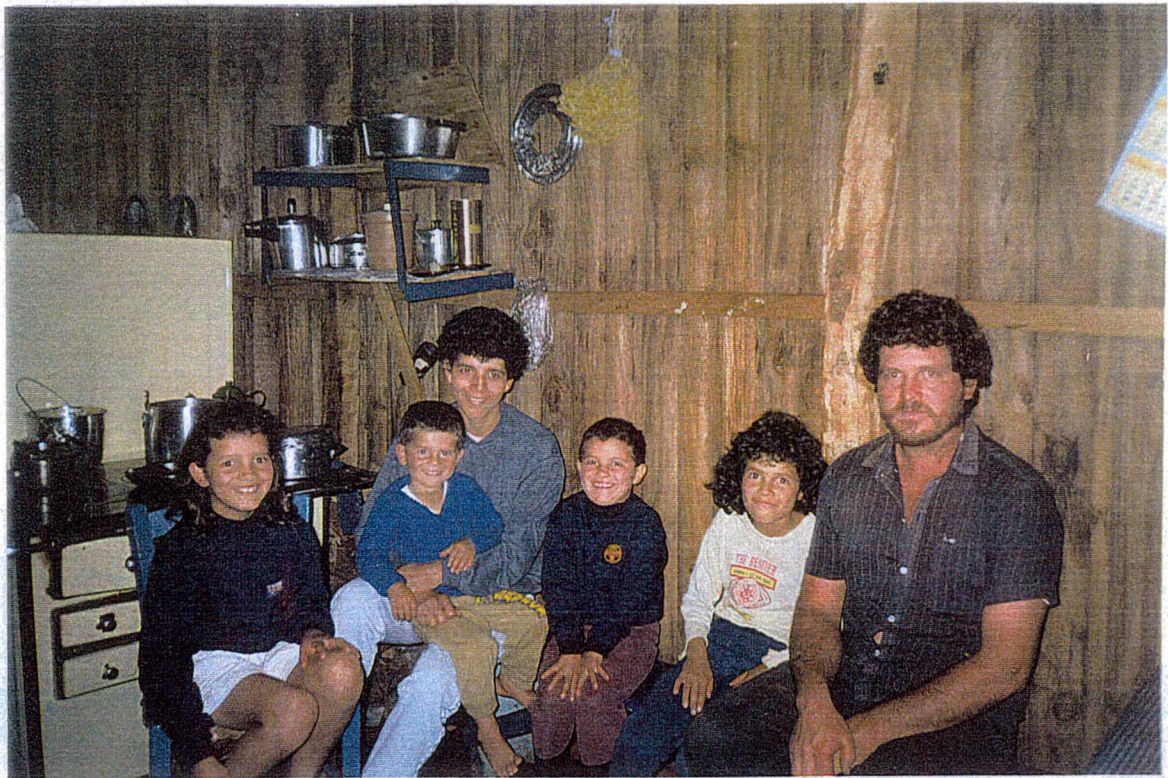
No interior da agrovila se fazem presentes espaços de sociabilização, como o parque das crianças, construído por um grupo de estudantes americanos.



As experiências de cada personagem da COOPROSERP se faz presente em seu sembiante. O boné do MST e o hábito do chimarrão são elementos presentes no cotidiano de seus integrantes.



As mulheres da COOPROSERP acumulam as tarefas de casa com as atividades da cooperativa.



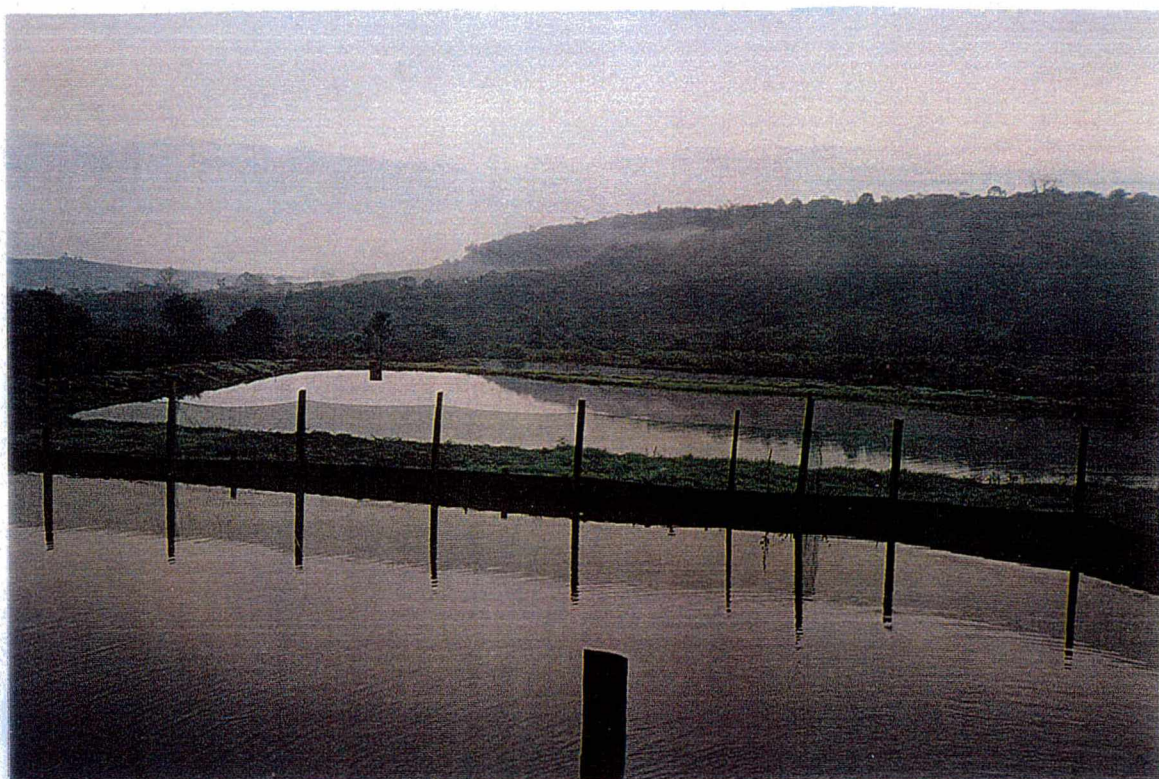
Alguns personagens da COOPROSERP no interior de suas casas: expressão de individualidade em formas particulares de distribuir e arrumar o ambiente. Apesar de rústicas, as casas estão sempre limpas e bem cuidadas. O capricho com a casa e seus objetos pode ser notado no brilho das panelas.



O trabalho na estrebaria: a venda do leite representa importante fonte de renda para os associados



Criação de suínos: em 1996 a COOPROSERP comercializou 9.400 Kg em leitões



Vista parcial dos tanques de peixe: os associados pensam transformá-lo em pesque-pague



Vista parcial do pomar: projeto para o futuro



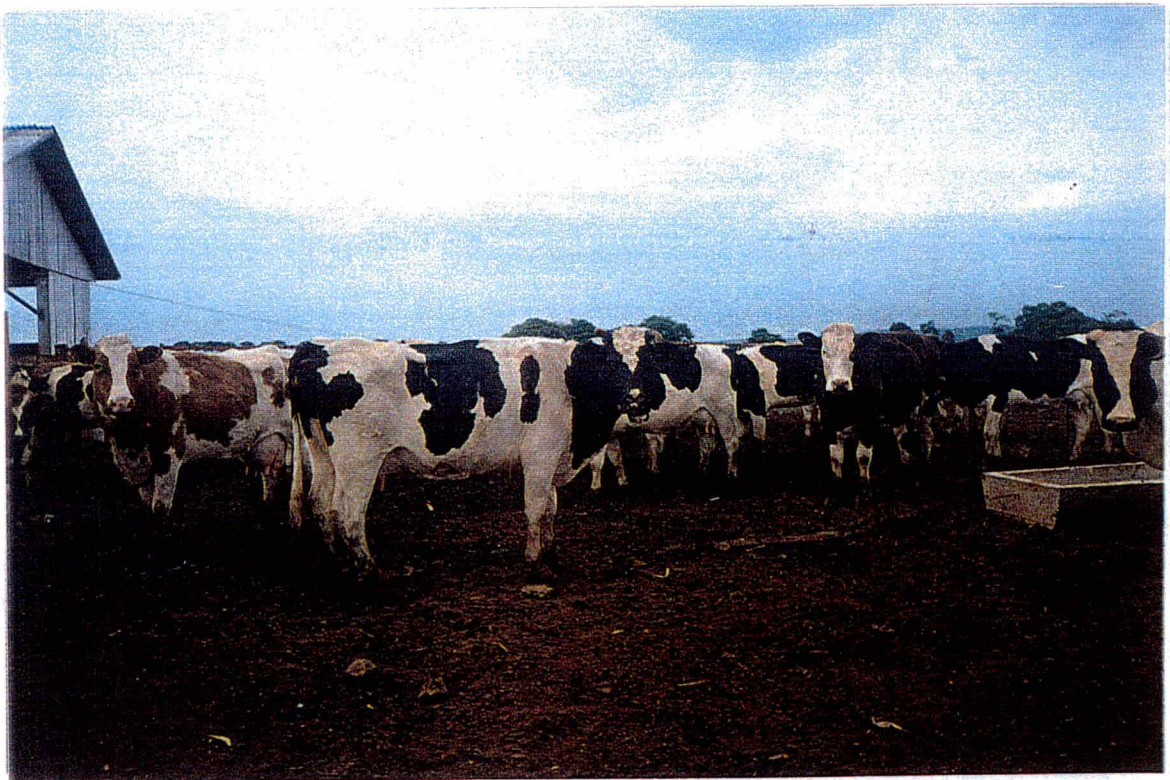
O símbolo da modernização rompendo as fronteiras da agrovila: os computadores da Secretaria



O processo de trabalho na malharia revela uma divisão, inclusive sexual, do trabalho. Nele, só trabalham mulheres.



O patrimônio da COOPROSERP é significativo. As máquinas e implementos agrícolas se destacam por sua imponência e por sua função na produção.



As matrizes de suínos e as vacas leiteiras fazem parte do patrimônio da COOPROSERP



As casas, todas de madeira, são ainda precárias, contrastando com o patrimônio da cooperativa.



Vista panorâmica da lavoura da COOPROSERP. Embaixo, os tanques de criação de peixes.



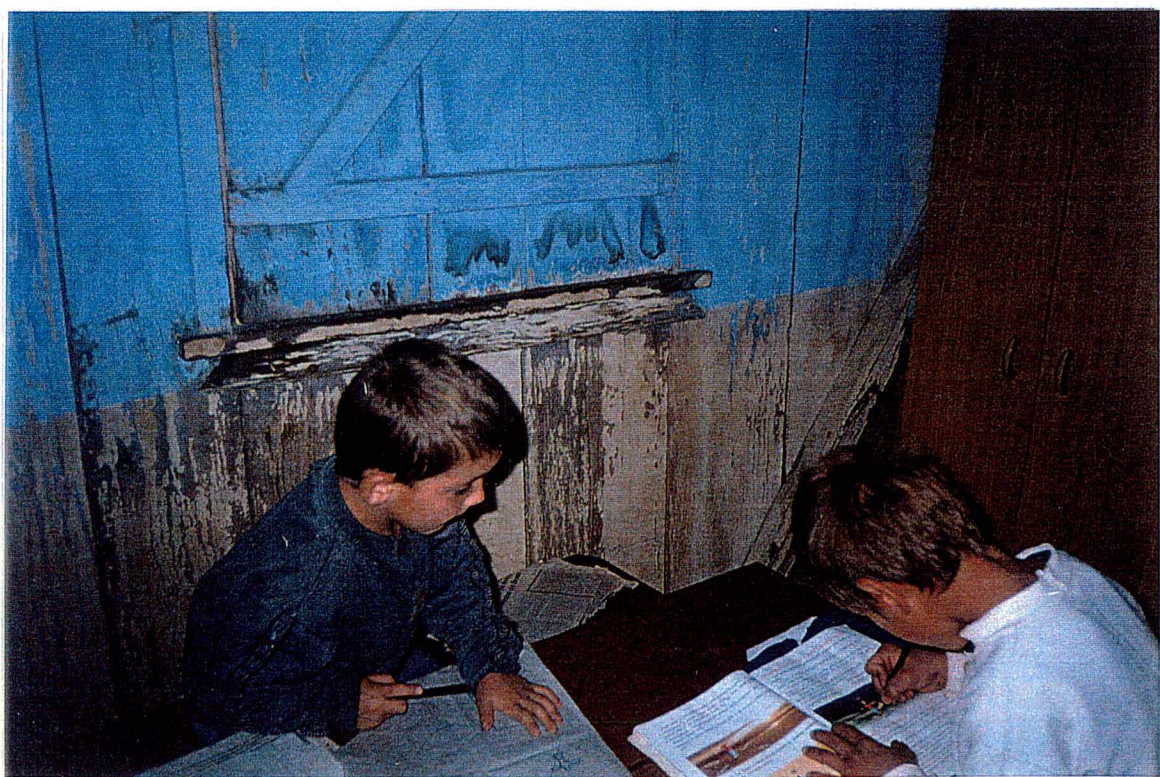
Vista panorâmica da agrovila da ASTROAGRI.



O velho e o novo: a gaiola de passarinho divide espaço com a antena parabólica.



O calendário na parede, a televisão e a bandeira do MST: símbolos do tempo, da modernização e da luta, respectivamente. Resistência e convivência com a sociedade de consumo.



As crianças da COOPROSERP: alimentadas, saudáveis e sorridentes. O que lhes reserva o futuro?

Fotos e elaboração: Raquel Sizanowski

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, S. M. P. de. **Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação.** Curitiba: Projeto, 1982.
- AUED, B. W. **A esperança.** Mimeo: Florianópolis, 1997.
- , **Profissões Emergentes em Santa Catarina.** Relatório de Pesquisa, mimeo: Florianópolis, 1998
- AUED, I. M. **Estratégias e contradições na construção da sociedade socialista soviética: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917-1929).** Tese de Doutorado, Geografia Humana, FFLCH, USP, São Paulo, 1995.
- BALBACHEVSKY, E. Stuart Mill: liberdade e representação. In: WEFFORT, Francisco. **Os Clássicos da Política.** 5º ed.: São Paulo: Ática, 1995, p.189-223.
- BARROT, J. **O movimento Comunista.** Lisboa: & etc - Publicações Culturais Engrenagem, 1972, Terceira Parte.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **Estratégias familiares e organizativas: limites e controvérsias.** Texto apresentado na XX Reunião Anual da ANPOCS (GT Processos Sociais Agrários), Caxambú 1996.
- BITTENCOURT, G. A. & BIANCHINI, V. **Estudo de sistemas agrários - Pitanga/Boaventura.** Curitiba: FAO/INCRA, 1997.
- BOGARDUS, E. **Princípios de cooperação.** Lisboa: Lidador, 1964.
- BONIM, A.; FERREIRA, A. D. D.; TORRENS, J. C.; KERSTEN, M. S. de A. Luta pela terra e contradição de um projeto comunitário de vida. In: **Movimentos Sociais no Campo,** Curitiba: Criar, 1987, p. 67-102.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BRUNO, L. **O que é autonomia operária.** 3ª ed.: São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CARVALHO, N. V. de. **Autogestão: o governo pela autonomia.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

- CASTORIADIS, C. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL (CONCRAB); MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Cooperativas de Produção - questões práticas. 2ª ed., **Caderno de Formação**, nº 21, São Paulo, abril-1996.
- CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA (CONCRAB). Sistema cooperativista dos assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola** nº 5, São Paulo, 1997.
- D'INCAO, M. C. & ROY, G. **Nós cidadãos - aprendendo e ensinando democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: ed. Fulgor, s/d..
- ENGELS, F. Introducción a la edición alemana de *La guerra civil en Francia*. In: MARX, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V.I. **La Comuna de Paris**. Buenos Aires: Editorial Polémica, 1973, p. 77-95.
- FARIA, J. H. de. **Relações de poder e formas de gestão**. Curitiba: Criar, 1985.
- FERNANDES, B. M. **MST - formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FIGUEIRA, F. G. **Separando o Joio (cooperativas de trigo - capitalização da agricultura)**. Dissertação de Mestrado, USP, Departamento de História, 1979.
- FILHO, F. L. **Teoria e prática das sociedades cooperativas**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1961.
- *GÖRGEN, F. S. A. e STÉDILE, J. P. **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GUILLERM, A. & BOURDET, Y. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HOBBSAWN, E. **A era dos extremos - o breve século XX - 1914-1991**. 2ª ed.: São Paulo: Cia. das Letras, 1996, Cap.10.
- JOIEUX, M. **Autogestão, gestão direta, gestão operária**. Brasília: Novos Tempos, 1988.

KLEBA, J. B. **A cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária no Estado de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado, Sociologia Política, UFSC, 1992.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. 3ª ed.: Paz e Terra: São Paulo, 1993, Capítulo 1.

LÊNIN, V.I. Las enseñanzas de la Comuna. In: In: MARX, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V.I. **La Comuna de Paris**. Buenos Aires: Editorial Polémica, 1973, p. 96-100.

----- **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978.

----- Sobre o cooperativismo. In: BERTELLI, Antonio Roberto (org). **Lênin: Estado, ditadura e poder soviético**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, p. 337-347.

LISSAGARAY, P. O. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991.

LUQUET, P. A Comuna de Paris. In: TROTSKY, L. et al. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1968, p. 7-42

LUXEMBURGO, R. Os sindicatos, as cooperativas e a democracia política. In: **Reforma ou revolução?** São Paulo: Global, 1986, p. 87-97.

MANDEL, E. **Control Obrero, consejos obreros, autogestión**. México, D.F.: Era, 1974.

----- **Alienación y emancipación del proletariado**. México: Fontamara, 1992.

MARX, K. O cooperativismo. In: MARX, K; LENINE, V. I.; TSE-TUNG, M.; PRÉOBRAJENSKI, E.; LUXEMBURGO, R.. **Cooperativismo e socialismo**. Coimbra: Centelha, 1973, p. 13-29.

----- Crítica ao Programa de Gotha. In: ENGELS, F. E MARX, K. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa Ômega, 1977, 3 vols.

----- **O Capital (capítulo inédito)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, Livro I, Cap. VI (inédito).

----- **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, Vol. I, Livro Primeiro, Tomo I, Cap. XI e XII..

----- **Salário, preço e lucro**. In: MARX, K. Coleção Os Pensadores. 4ª ed.: São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 83-127.

- . **O Capital: Crítica da Economia Política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, Livro II, Vol. V, Cap. XXVII
- & ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Moraes, 1984.
- MORAIS, C. S. de. **Elementos sobre a teoria da organização no campo.** 2ª ed.: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, 1986.
- MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon.** São Paulo: Brasiliense, 1981
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Calendário histórico dos Trabalhadores.** Caderno de Formação, nº 19, São Paulo, 1993 (a).
- . **A cooperação agrícola nos assentamentos.** Caderno de Formação, nº 20, São Paulo, 1993 (b).
- NASCIMENTO, C. **As lutas operárias autônomas e autogestionárias.** Rio de Janeiro: CEDAC, 1986.
- NAVARRO, Z. **Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais - o caso do assentamento "Nova Ramada" (Estado do Rio Grande do Sul)** Texto apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS (GT Processos Sociais Agrários), Caxambú 1995.
- . **Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas rurais brasileiras** (com ênfase no caso do sul do Brasil). Texto apresentado na XX Reunião Anual da ANPOCS (GT Processos Sociais Agrários), Caxambú 1996.
- PAULILO, M. I. S. **Terra à vista... e ao longe.** Florianópolis: EDUFSC, 1996, cap. 6.
- PINHO, D. B. **Dicionário de cooperativismo (doutrina, fatos gerais e legislação cooperativa brasileira).** São Paulo: E. Dotto Garcia Ltda, 1960.
- . **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista.** 2ª ed., São Paulo: Livraria Pioneira, 1965.
- . **O que é cooperativismo.** São Paulo: DESA, 1966.
- PETRAS, J. América Latina: la izquierda, pasado y futuro. In: **Revista Punto Final,** Santiago do Chile, abril de 1996, p. 12-15.

- . Apuntes sobre el futuro del socialismo. In: **Revista Alfaguara**, Ano IV, nº 0, mar-abr/1995, p. 29-32
- PRÉOBRAJENSKI, E. A cooperação. In: MARX, K. et alli. **Cooperativismo e socialismo**. Coimbra: Centelha, 1973, p. 49-59
- REGO, W. D. L. **Indivíduo, liberdade e igualdade**. mimeo, 1986.
- REGO, N. A experiência de autogestão dos trabalhadores de Nova Ronda Alta e seu significado para o MST. In: **Terra Livre - Geografia e Lutas Sociais**, nº 14, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1988.
- . **Autonomia social: finalidade e meio de luta** - a experiência dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Sociologia Rural, Porto Alegre, 1989.
- ***REVISTA SEM TERRA**. São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola, Ano I, nº 1, jul/ago/set, 1997.
- STÉDILE, J. P. Os Sem Terra. In: **Teoria & Debate**. São Paulo, nº 9, jan-fev-mar, 1990, p. 6-12.
- . Entrevista a Breno Altman, Jayme Brener e José Arbex. **Revista Atenção**. São Paulo, Ano 2, nº 6, 1996, p. 6-13.
- SILVA, A. A. **Política social e cooperativas habitacionais**. São Paulo: Cortez, 1992.
- TORRENS, J. C. S. O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: MEDEIROS, L.; BARBOSA, M. V. et alli. **Assentamentos rurais - uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994, p. 144-156.
- TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986.
- TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1989.